



Ecoturismo & Conservação

Um periódico do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação - PPGEC,
da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.



Txai Suruí na Terra Indígena 7 de Setembro – Paiter Surui. Floresta Lapetanha, Rondônia
Foto de Gabriel Uchida

Caminhos do ecoturismo – pandemia e resistências
número especial

v. 3, n. 1, 2022

ISSN 2675-8946



SEMINÁRIO
Ecoturismo e
Conservação

Comunicações Orais

II Seminário em Ecoturismo e Conservação
“Caminhos do ecoturismo – pandemia e resistências”

Realização



Apoio



COMISSÃO ORGANIZADORA

Rodrigo Machado Vilani (Coord. Geral)
Andressa dos Santos Dutra
Arthur da Silva Neves
Carlos Augusto Assumpção de Figueiredo
Eloise Silveira Botelho
Hedinene Silva da Costa
Luiza Corral Martins de Oliveira Ponciano
Maria Amália Silva Alves de Oliveira
Marília Luisa de Oliveira
Telma Paes

Foto da capa

Gabriel Uchida

Capa e editoração

Áthila Bertoncini Andrade

Revisão gramatical

Maria Marta Garcia de Assis Rangel

Sumário

Apresentação	
Caminhos do ecoturismo – pandemia e resistências	6
Rodrigo Machado Vilani	
Maria Amália Silva Alves de Oliveira	
Mesa de abertura	
Os cinco anos de história do PPGEC Ecoturismo e Conservação: uma parte da história	12
Laura Sinay	
Os cinco anos de história do PPGEC: alguns desafios atuais	17
Daniel Fonseca de Andrade	
O futuro do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação – bora?	25
Carlos Augusto Assumpção de Figueiredo	
Palestra de abertura	
Análise da evolução do ecoturismo e outros segmentos derivados	30
Zysman Neiman	
Mesa redonda	
Turismo da Reforma Agrária	33
Maria Celeste Lustosa	
Priscila Araujo	
Mesa redonda	
Conflitos ambientais e sociedades de risco	
Ivaneide Cardozo	41
Cris Faustino	43
Raquel Giffoni	46
Mesa redonda	
TBC – Turismo de Base Comunitária como ferramenta de luta do Território Tradicional	49
Santiago Bernardes	
Palestra	
Produtos técnicos e artísticos do Programa de Pós- Graduação em Ecoturismo e Conservação - PPGEC	55
Luiza Corral Martins de Oliveira Ponciano	
Camila Reis Tomaz	
Mesa redonda	
Parcerias em Áreas Protegidas	
Eloise Silveira Botelho	58
Alaildo Malafaia	59

Desafios e perspectivas na implementação do programa de parcerias em Minas Gerais Cecília Vilhena	62
Ecoturismo e Concessões: oportunidades e desafios Paula Normandia Moreira Brumatti	68
Mesa de encerramento	
Importância e aplicabilidade das pesquisas em Ecoturismo e Conservação Manuela Tambellini	71
La investigación: estrategia sociocultural y socioambiental para fomento del ecoturismo. Importancia y aplicabilidade Lillyam López de Parra Cristian David Plaza Pérez	74
Mesa artístico-cultural	
Roteiro para vídeo institucional Caio Salles Rodrigo Machado Vilani	89
Composição da música “Ecoturismo e Conservação” Max Prates Rodrigo Machado Vilani	91

Apresentação

Caminhos do ecoturismo – pandemia e resistências

Rodrigo Machado Vilani¹
Maria Amália Silva Alves de Oliveira¹

¹ Docentes do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC/UNIRIO)

resistir

verbo

transitivo indireto e intransitivo: conservar-se firme; não sucumbir, não ceder.

transitivo indireto: não ceder ao choque de outro corpo.

O **Seminário em Ecoturismo e Conservação** é uma construção do Programa de Pós-graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

O II Seminário, cujas comunicações orais estão reunidas neste número especial da revista Ecoturismo & Conservação, foi realizado em meio à pandemia da COVID-19 e marcado por um cenário político adverso no Brasil. Se, por um lado, em 2021, a pandemia seguia uma realidade dura no Brasil, marcada por negacionismo e disputas políticas, por outro, a ciência e a cidadania caminharam juntas e a vacinação avançou no País. O governo federal mantinha uma agenda de retrocessos e ataques socioambientais contraposta por um movimento de crítica e resistência crescente na sociedade brasileira e internacional. Nesse contexto, definiu-se pela temática “**Caminhos do ecoturismo – pandemia e resistências**”.

O braço mais forte da política conservadora do atual governo pesa sobre os povos originários. Na mesma medida, cresce a resistência indígena na defesa pelos seus direitos e territórios. Por isso, neste número especial, em consonância com a temática escolhida, a capa tem Txai Suruí, ativista indígena, coordenadora do Movimento da Juventude Indígena. Txai Suruí foi a primeira brasileira a proferir discurso na abertura de uma Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, no caso, a COP-26, realizada em Glasgow, Escócia. A mensagem do seu discurso ecoou em todo o planeta, nos convocando a **resistir**:

Os povos indígenas estão na linha de frente da emergência climática, por isso devemos estar no centro das decisões que acontecem aqui. Nós temos ideias para adiar o fim do mundo.

Vamos frear as emissões de promessas mentirosas e irresponsáveis; vamos acabar com a poluição das palavras vazias, e vamos lutar por um futuro e um presente habitáveis. É necessário sempre acreditar que o sonho é possível.

Que a nossa utopia seja um futuro na Terra¹.

¹Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?80429/Txai-Suru-i-jovem-indigena-brasileira-acaba-de-discursar-na-abertura-da-COP26>

A batalha contra o retrocesso socioambiental tornou-se ainda mais urgente quando a política ambiental brasileira passou a ser desfigurada, em janeiro de 2019, por meio da Medida Provisória 870/2019 (convertida na Lei 13.844/2019). O Ministério do Meio Ambiente (MMA) deixou de ter pautas fundamentais entre as suas competências, como o combate ao desmatamento e às mudanças climáticas. Não havia, em janeiro de 2019, razões para surpresa. Isso porque, durante sua campanha eleitoral, Jair Bolsonaro proferiu todas as possíveis ameaças à agenda ambiental, como a extinção do MMA.

Além disso, a omissão diante da questão indígena também já havia sido sinalizada em sua campanha. O posicionamento inconstitucional do presidente Bolsonaro e de seus indicados no tocante à demarcação e proteção das Terras Indígenas (TIs) e dos povos originários tem sido combatido pelo movimento indígena, por diversas organizações — brasileiras e internacionais — e partidos políticos, inclusive no Supremo Tribunal Federal (STF).

À sua retórica quanto à questão ambiental e indígena, que alcança um conjunto amplo de comunidades tradicionais, em particular, os quilombolas, soma-se um discurso nacionalista, extremista e negacionista disseminado e sustentado por um forte aparato de fake news.

Logo, o discurso, as ações e omissões do presidente Bolsonaro têm motivado, além de um movimento anti-vacina no Brasil, o aumento da violência contra povos indígenas, ataques às TIs e aos órgãos ambientais e o incremento do desmatamento, particularmente, na Amazônia Legal (FERRANTE; FEARNESIDE, 2019, 2021).

A agenda ultraneoliberal do Governo Bolsonaro promove um desaparecimento estatal nas esferas econômica, ambiental, indigenista, trabalhista e fundiária (PEREIRA et al., 2021; SANTOS et al., 2021, SAUER et al., 2020; WANDERLEY et al., 2020) em favor de interesses diversos, nacionais e internacionais, ligados ao agronegócio, à bancada ruralista, aos latifundiários, aos grileiros, aos madeireiros e aos garimpeiros (PEREIRA et al., 2021).

Esse desmonte é resultado de um conjunto de ações iniciadas desde a posse da atual gestão federal, entre as quais, podemos destacar: (i). militarização dos órgãos ambientais; (ii). cortes orçamentários; (iii). redução e boicote a operações contra o desmatamento ilegal; (iv). criação da conciliação nos processos administrativos federais de apuração de infrações por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Decreto n.º 9760, de 11 de abril de 2019) que, na prática, deixou milhares de multas sem surtir efeito; (v). ameaças às Unidades de Conservação (SANTOS et al., 2021).

A fragilização das instituições, políticas e programas socioambientais motivou, em 2020, o Ministério Público Federal (MPF, 2020) a entrar com ação de improbidade administrativa contra o ministro do Meio Ambiente:

A ação judicial do MPF enumera atos, medidas, omissões e declarações de Ricardo Salles que inviabilizaram a proteção ambiental e assim contribuíram decisivamente para a alta do desmatamento e das queimadas, sobretudo na região amazônica. Com as queimadas, em 2019, as florestas brasileiras perderam 318 mil quilômetros quadrados, um recorde histórico. O desmatamento também vem batendo sucessivamente recordes históricos, desde que o acusado assumiu o Ministério do Meio Ambiente em 2 de janeiro de 2019. Naquele ano, o Brasil sozinho foi responsável por 1/3 da degradação de florestas nativas no mundo. (MPF, 2020).

A Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) n.º 500, de 19 de outubro de 2020, foi emblemática no movimento de fragilização da legislação conduzido majoritariamente pelo então ministro Ricardo Salles – MMA. A CONAMA 500/2020, chamada de revogação, declarou a revogação de três outras resoluções: (i). CONAMA 284/2001; (ii). CONAMA 302/2002; (iii). CONAMA 303/2002. Contra a medida, foram impetradas três ações de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) – 747, 748 e 749.

A relatora das ADPFs no STF, ministra Rosa Weber, julgou procedente as ações e declarou a inconstitucionalidade da CONAMA 500/2020 em dezembro de 2021. Em sua síntese, a ministra afirmou haver uma intolerância jurídica ao desmonte da política ambiental em curso:

Como se vê, o estado de coisas (tanto na dimensão normativa quanto fática) inaugurado pela revogação das Resoluções nºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002 do CONAMA apresenta agravamento da situação de inadimplência do Brasil para com suas obrigações constitucionais e convencionais de tutela adequada e efetiva do meio ambiente. A supressão de marcos regulatórios ambientais, procedimento que não se confunde com a sua atualização e ajustes necessários, configura quadro normativo de retrocesso no campo da proteção e defesa do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, caput, da CF) e, conseqüentemente, dos direitos fundamentais à vida (art. 5º, caput, da CF) e à saúde (art. 6º da CF), a ponto de provocar a impressão da ocorrência de efetivo desmonte da estrutura estatal de prevenção e reparação dos danos à integridade do patrimônio ambiental comum. (BRASIL, 2021, p. 16).

Expostos o quadro político e alguns dos principais debates nacionais de 2021 para que seja apreensível a opção temática do II Seminário, passaremos a descrever o nascimento desse evento, a proposta e a conciliação de esforços e ideias que deram origem aos Seminários em Ecoturismo e Conservação do PPGEC/UNIRIO e como a programação da segunda edição reflete e converge para a construção de alternativas e o fortalecimento das resistências.

Concepção do Seminário²

O Seminário nasce, em 2019, a partir de uma proposta construída nas disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I e TCC II do PPGEC. Essas disciplinas eram denominadas pelos(as) professores(as) coordenadores(as) de “Seminários em Ecoturismo e Conservação”. A demanda dos(as) discentes do Programa também foi fundamental para o processo, e tinha por fio condutor discutir temas relevantes e urgentes no contexto do ecoturismo e da conservação.

As disciplinas foram iniciadas com uma discussão sobre os principais temas apontados pelos(as) discentes a partir de observação de mídias de grande circulação. Posteriormente, o grupo elegeu o tema “Parcerias para o turismo em áreas protegidas” para ser discutido no “I Seminário em Ecoturismo e Conservação”, evento que foi um importante produto da disciplina e foi organizado por discentes e docentes do PPGEC.

Assim, a disciplina teve um momento de discussão e aprendizado coletivo sobre temas de interesse dos alunos. No segundo momento, os discentes desempenharam uma atividade de extensão, a organização do evento “I Seminário em Ecoturismo e Conservação: parcerias para visitação em áreas protegidas”.

O evento técnico-científico foi realizado nas dependências da UNIRIO, no segundo semestre de 2019, e teve 120 participantes. O Seminário reuniu diferentes interlocutores de instituições públicas, privadas, associações, organizações não governamentais, programas de pós-graduação, entre outros.

Em razão do sucesso da iniciativa junto ao corpo discente, foi definida a continuidade do evento. Contudo, em 2020, por força das medidas de isolamento social e suspensão das atividades acadêmicas, impostas pela pandemia da covid-19, o “II Seminário em Ecoturismo e Conservação” não foi realizado. A segunda edição, então, aconteceu em 2021.

²A descrição foi elaborada pela Profa. Eloise Botelho para o Relatório anual do PPGEC submetido na Plataforma Sucupira em 2020.

II Seminário

Inicialmente, cumpre assinalar a identidade visual construída para o evento “Seminário em Ecoturismo e Conservação”.



A marca contém diversos elementos conceituais fundamentais do PPGEC/UNIRIO, entre os quais, destacamos: a construção dialógica; a conservação da biodiversidade; a valorização da multiculturalidade e dos conhecimentos tradicionais. A ideia foi colocar essas premissas em uma distribuição cíclica e harmônica para traduzir a ideia de periodicidade do evento, que está associada ao respeito aos ciclos da natureza, e a interação entre entes diversos para estabelecer uma comunhão, uma busca por objetivos comuns.

O processo dialógico e interativo, assim como na primeira edição, se fez presente na composição da comissão organizadora. Docentes (Rodrigo Machado Vilani; Carlos Augusto Assumpção de Figueiredo; Eloise Silveira Botelho; Luiza Corral Martins de Oliveira Ponciano; Maria Amália Silva Alves de Oliveira) e discentes (Andressa dos Santos Dutra; Hedinene Silva da Costa; Marília Luisa de Oliveira), a servidora Telma Paes do PPGEC e um discente da graduação em Turismo (Arthur da Silva Neves) fizeram parte da elaboração e execução do evento.

Para assegurar o amplo acesso aos debates realizados, o evento foi transmitido pelo canal do PPGEC no YouTube³ e acompanhado de acessibilidade linguística em libras.

Alcance

As inscrições no evento demonstram o amplo alcance do Seminário. Para a segunda edição, foram 206 inscritas(os) de todas as regiões do País. O público principal foi de discentes de graduação (40,8%), seguido de discentes de pós-graduação (20,9%) e de docentes (8,7%). Houve uma heterogeneidade de cursos e de instituições de vínculo do público universitário.

Além da universidade, foram recebidas inscrições de servidores de secretarias municipais, de órgãos estaduais e federais, de instituições do terceiro setor, todas com atuação na área ambiental ou, especificamente, na gestão de áreas de áreas protegidas. Do total de inscritas(os), 68 participaram do evento e receberam os respectivos certificados. Para os cursos de curta duração e o tour virtual foram emitidos 43 certificados de participação no total.

A programação

Iniciou-se o primeiro dia do evento (06/12/2022) com uma mesa de abertura pensada para contar os cinco anos de história do PPGEC e sua concepção. Participaram a prof.a Dra. Laura Sinay (UNIRIO), coordenadora da proposta submetida à CAPES; prof. Dr. Daniel Fonseca de Andrade (UNIRIO), coordenador do PPGEC desde setembro de 2020; prof. Dr. Carlos Augusto Assumpção de Figueiredo (UNIRIO), integrante do PPGEC desde a criação da proposta.

³Ecoturismo e Conservação – UNIRIO: https://www.youtube.com/channel/UCF9c3Lkcx_kYZ2F4juGCPdg

O prof. Dr. Zysman Neiman (UNIFESP) foi convidado para proferir a palestra de abertura intitulada “Análise da evolução do Ecoturismo e outros segmentos derivados”, em que conduz uma narrativa que caminhou para definir o “Resistir” como ação estruturante tanto para a concepção como para a implantação de ecoturismo comunitário. Em seguida, foi realizada, pelo prof. Dr. Marcelo Melo (UFRJ), a apresentação “Lazer, cidade e direitos sociais em tempos neoliberais: desafios em tempos de avanço conservador”.

O estabelecimento de redes e a abertura ao diálogo é uma marca do PPGE, traduzida no evento e na diversidade de instituições de ensino presente. Mas também, e sobretudo, a aproximação com o conjunto de movimentos sociais e sujeitos diversos que atuam ou sejam impactados pelo (eco) turismo é uma característica diferencial do Programa.

Assim, foi pensada a segunda mesa redonda — “Turismo da Reforma Agrária” — com a presença de Maria Celeste Lustosa (advogada, da Comissão para o Turismo da Reforma Agrária, Assentamento Dênis Gonçalves – MST) e Priscila Araújo (coordenação do Assentamento Dênis Gonçalves e da Comissão para o Turismo da Reforma Agrária – MST). Discutiu-se, então, esse novo formato de resistência e valorização da cultura camponesa para construir a Reforma Agrária Popular.

Na mesma linha, como encerramento do primeiro dia, “Conflitos ambientais e sociedades de risco” reuniu, também no formato de mesa redonda, Cris Faustino (assistente social, feminista negra e ambientalista, Conselho Estadual de Direitos Humanos do Ceará), a prof.a Dra. Raquel Giffoni Pinto (UFF) e Ivaneide Bandeira Cardozo (mãe indígena, historiadora, coordenadora de projetos da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé no estado de Rondônia) para analisar e discutir os caminhos do ecoturismo a partir da multiculturalidade brasileira.

O segundo dia teve início com a mesa redonda “Ideias para adiar o fim do mundo: o TBC e a educação ambiental de base comunitária como alternativas contra-hegemônicas”. A mesa contou com o prof. Dr. Marcelo Vilela de Almeida (USP), o prof. Dr. Celso Sanchez Pereira (UNIRIO) e Santiago Bernardes (caçara, escritor, biólogo, articulador em Ubatuba do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba – FCT, membro da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras – CNCTC). Novamente, saberes tradicionais e científicos dialogaram em favor de uma construção conciliatória de resistência.

A prof.a Dra. Luiza Ponciano (UNIRIO) abriu as atividades na parte da tarde com uma importante discussão para o PPGE e para os programas de natureza profissional de maneira geral. A palestra “Produtos técnicos e artísticos do PPGE” apresentou um conjunto de reflexões quanto à diversidade e às exigências da produção acadêmica, apontando, inclusive, propostas à própria nomenclatura e sua repercussão no chamado produtivismo acadêmico.

A mesa redonda “Parcerias em áreas protegidas” contou com a presença da prof.a Paula Brumatti (IFRN), de Alaildo Malafaia (Cooperativa Manguezal Fluminense) e Cecília Vilhena (IEF-MG). As experiências diversas apresentadas contribuíram para relevar a importância das áreas protegidas e dos esforços multissetoriais, técnicos, científicos e tradicionais para sua conservação.

A mesa “Importância e aplicabilidade das pesquisas em Ecoturismo e Conservação”⁴ foi conduzida por MSc. Manuela Tambelini (INEA). A palestrante refletiu sobre as possibilidades de parceria entre a universidade e os órgãos ambientais na conservação de áreas protegidas e na promoção do ecoturismo. Foram destacadas experiências bem-sucedidas entre o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e o PPGE/UNIRIO.

O encerramento foi realizado com o lançamento do videoclipe da música Ecoturismo e Conservação, uma composição de Max Prates e Rodrigo Vilani. Em seguida, foi apresentado o vídeo institucional produzido por Caio Salles, que também escreveu o roteiro em parceria com Rodrigo Vilani. Caio, Max e Rodrigo expuseram os elementos utilizados para a construção do material e como suas trajetórias no próprio PPGE influenciaram o processo criativo.

⁴ O prof. Dr. Cristian David Plaza Pérez e a prof.a Dra. Lillyan López de Parra (Universidad de la Amazonia, Colômbia), convidados da mesa, tiveram problemas de conexão e não conseguiram se manter de forma síncrona. Contudo, suas falas foram gravadas posteriormente e estão disponíveis no canal do PPGE.

Abreu (2007) destaca que em todas as sociedades observa-se a dinâmica entre lembranças e esquecimentos, pois todas as sociedades precisam lembrar de umas coisas e esquecer de outras na permanente atualização de laços sociais. Esta produção de memórias, que é social, articula-se de formas distintas nos variados grupos sociais e, dentro desses, são reproduzidas conforme os valores socialmente atribuídos ao que se pretende rememorar. No caso do II Seminário, os organizadores optaram por transmitir a memória das comunicações orais apresentadas, por meio do registro escrito manifestado no presente documento.

Considerando lembrança e esquecimento como aspectos inerentes a um conjunto de disputas de narrativas memoriais, a transcrição das comunicações orais insere-se no esforço de resistência convocado por Txai Suruí, no intuito de contribuir com fortalecimento de interlocução dos conhecimentos científico, técnico e tradicional no enfrentamento a uma profusão de narrativas descompromissadas com as questões pertinentes à política ambiental brasileira. Assim sendo, a experiência do II Seminário — rica por sua essência crítica, dialógica por sua natureza participativa e integradora, e inquietante pelo conjunto de experiências e saberes reunidos nos dias 6 e 7 de dezembro de 2021 — fica agora à sua disposição nas transcrições das falas que compõem este número especial da nossa Ecoturismo & Conservação.

Referências

- ABREU, R. M. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: Lima Filho, Manuel Ferreira; Eckert, Cornelia; Beltrão, Jane. (Org.). Antropologia e Patrimônio Cultural - Diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 263-287.
- BRASIL. Arguição De Descumprimento De Preceito Fundamental 747. Relatora: Min. Rosa Weber, 14 de dezembro de 2021. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=6016616>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- FERRANTE, L.; FEARNESIDE, P. M. Brazilian government violates Indigenous rights: What could induce a change? *Die Erde*, v. 152, n. 3, p. 200-211, 2021.
- FERRANTE, L.; FEARNESIDE, P. M. Brazil's new president and 'ruralists' threaten Amazonia's environment, traditional peoples and the global climate. *Environmental Conservation*, v. 46, p. 261-263, 2019.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF pede afastamento de Ricardo Salles do Ministério do Meio Ambiente por improbidade administrativa. Brasília, 06 jul. 2020. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/noticias-df/mpf-pede-afastamento-de-ricardo-salles-do-ministerio-do-meio-ambiente-por-improbidade-administrativa>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- PEREIRA, L. I.; ORIGUÉLA, C. F.; COCA, E. L. F. A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo. *Revista NERA*, v. 24, n. 58, p. 08-27, 2021.
- SANTOS, A. A.; MENEZES, M.; LEITE, A. Z.; SAUER, S. Ameaças, fragilização e desmonte de políticas e instituições indigenistas, quilombolas e ambientais no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 29, n. 3, p. 669-698, 2021.
- SAUER, S.; LEITE, A. Z.; TUBINO, N. L. G. Agenda política da terra no Governo Bolsonaro. *Revista da ANPEGE, Dourados*, v. 16, n. 29, p. 285-318, 2020.
- WANDERLEY, L. J.; GONÇALVES, R. J. A.; MILANEZ, B. O interesse é no minério: O neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. *Revista da ANPEGE, Dourados*, v. 16, n. 29, p. 549-593, 2020.

Mesa de abertura

Os cinco anos de história do PPGEC Ecoturismo e Conservação: uma parte da história

Laura Sinay¹

¹ laura.sinay@unirio.br

Sobre a palestrante

A professora Doutora Laura Sinay tem pós-doutorado em Sustentabilidade pela Universidade da Sunshine Coast - USC (Austrália) e em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Doutorado em Gestão de Sistemas Naturais, Rurais e Turísticos pela Universidade de Queensland (Austrália, 2008); Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela UFRJ e Graduação em Turismo pelas Faculdades Integradas Hélio Alonso. É professora adjunta do Departamento de Ciências Ambientais e do Programa de Pós-graduação em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e é pesquisadora do Centro de Pesquisas em Sustentabilidade da USC.

Apresentação

A proposta desta mesa e série de artigos é contar um pouco da trajetória do Programa de Pós-graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC). O foco da minha fala vai desde o início dessa história, que começa oficialmente com a demanda institucional apresentada a mim pelo nosso então pró-reitor de pós-graduação e pesquisa e, hoje, reitor, prof. Dr. Ricardo Silva Cardoso. Vou começar a minha fala explicando o porquê dessa demanda e encerrar contando como criamos o PPGEC.

Por que uma pós-graduação em ecoturismo e conservação?

O turismo e alguns de seus impactos em tempos pré-pandêmicos

Em 2019, cerca de um bilhão de turistas realizaram viagens internacionais[1]. Esses turistas movimentaram mais de 9 trilhões de dólares americanos[2] e criaram oportunidades de trabalho para mais de 300 milhões de pessoas[1].

Há algum tempo, dizia-se que “eco” era o segmento do turismo que mais crescia, sendo responsável por 20% do fluxo total. Hoje, contudo, sabemos que, com a melhoria dos meios de transporte e de comunicação, a maioria dos turistas tornou-se híbrida buscando experiências diferentes numa mesma viagem — um turista em Cancun, por exemplo, pode nadar pela manhã com um tubarão-baleia, visitar pirâmides à tarde e, à noite, ir ao cassino.

Ao não sermos capazes de separar o joio do trigo, não sabemos a real dimensão do turismo ecológico em termos numéricos, mas, qualitativamente, temos conhecimento que a atividade contribuiu significativamente para os números totais do turismo e, em muitos casos, constitui o melhor caminho para a incorporação dos povos tradicionais à sociedade moderna, o melhor contrapeso à destruição dos ecossistemas ainda em pé e o melhor argumento para a proteção ambiental. Além disso, sabemos que, até 2019, o ecoturismo ia progressivamente se expandindo tanto no sentido do crescimento

do número de “ecoturistas” quanto na diversidade de destinos, e que essa expansão, quando não acompanhada de planejamento, acabava causando uma série de impactos negativos.

Os possíveis impactos decorrentes de atividades ecoturísticas são inúmeros, tanto para o positivo quanto para o negativo, mas, como só tenho 10 minutos para esta fala e oito páginas para o artigo, vou focar somente no impacto do momento, as pandemias.

A pandemia em tempos turísticos

As pandemias não são novidade para a humanidade. Uma busca rápida na Wikipédia mostra que há 2.500 anos, por exemplo, uma pandemia de febre tifoide dizimou um quarto da população de Atenas, e que, desde o início do século XIX, tivemos nove pandemias de cólera e seis de gripe. Embora existam fartos exemplos de pandemias que afetaram a humanidade ao longo do tempo, é claro que a escolha do tema se deve à pandemia atual provocada pelo vírus SARS-CoV-2 que causa covid. Durante um ano e oito meses (de março de 2020 a novembro de 2021), esse vírus matou diretamente mais de 5 milhões de pessoas e mais muitas outras indiretamente.

A relação do turismo com a pandemia é, acredito eu, evidente posto que os turistas foram o principal vetor de disseminação geográfica do vírus. A relação do ecoturismo com as pandemias, contudo, pode não ser tão clara, mas envolve, dentre outros, entender de onde surgiu o SARS-CoV-2.

A hipótese melhor aceita no meio científico é que esse vírus é uma zoonose, ou seja, uma doença que afeta animais e que, depois de um ou mais “pulos” (mutações) genéticos, passou a infectar humanos também. Essa é a mesma história do HIV, da raiva, febre amarela, dengue, zika, leishmaniose, ebola e de outras 200 doenças reconhecidas pela ciência. A virose originária que, após mutações, se tornou o SARS-CoV-2 ainda não foi 100% identificada, mas, nessa procura, cientistas intensificaram o processo de mapeamento das viroses encontradas em morcegos na Ásia e encontraram muitas delas similares ao SARS-CoV-2 em morcegos vivendo em cavernas da Tailândia, no Camboja, na China e em Laos. Nesta última, diga-se de passagem, descobriram três viroses (chamadas BANAL-52, BANAL-103 e BANAL-236) cujos DNAs são mais do que 95% idênticos ao DNA do vírus que deu início à atual pandemia[3] – que, como vocês sabem, já deu vários novos “pulos”, criando diversas variantes genéticas, sendo a Delta a predominante no momento e a Ômicron a mais debatida e que apresenta, ao que se sabe, 50 mutações desde o SARS-CoV-2 original.

Como as mutações são constantes e aleatórias, o aparecimento de novas viroses com potencial de infectar humanos é sempre uma questão de tempo. Se essa virose vai ou não se tornar pandêmica depende de uma série de fatores, um deles é se esse novo agente encontrará humanos para infectar. Se infectar humanos da região, é provável que a dispersão da doença seja relativamente lenta — do infectado à sua família, aos vizinhos, ao comércio local etc. —, mas, se infectar turistas visitando, digamos, as cavernas onde a virose surgiu, o vetor – literalmente – viajará de avião.

O plano global que falhou

Nada disso é novidade, ao contrário, esta pandemia não pegou especialistas de surpresa. No último século, tivemos três planos capitaneados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que tinham como foco oferecer respostas globais a riscos de saúde pública, como esta pandemia, por exemplo.

O primeiro desses planos foi divulgado em 1951 (com o título de *International Sanitary Regulations*), e o segundo, em 1969 (chamado Health Assembly). Em 1995, posto o “crescimento das viagens e do comércio internacional e o surgimento ou ressurgimento de doenças e outros riscos para a saúde pública”[4], a OMS solicitou a atualização do regulamento de 1969. Em 1995, ano dessa solicitação, meio bilhão de turistas empreenderam viagens internacionais.

Passaram-se 10 anos entre a chamada da OMS e a aprovação do 3º Regulamento Internacional de Saúde, que acabou sendo publicado em 2005 tendo como signatários os 194 países-membros da OMS.

Esse regulamento tem 84 páginas. Embora o crescimento das viagens internacionais tenha sido uma das principais motivações para a atualização do plano, interessantemente, em nenhuma dessas 84 páginas, o termo ‘turista’ é utilizado, e o termo ‘turismo’ é usado somente uma, no anexo 2. O termo ‘viajante’ (traveller), contudo, foi empregado 86 vezes. Embora todo turista seja um viajante, nem todo viajante é turista; a diferença fundamental é que as viagens de turismo são a lazer e podem, com boa vontade e ao menos em teoria, acontecer em outras datas ou em outras localidades, portanto, podem ser reprogramadas sem grandes prejuízos. Outros tipos de viagem que não para fins turísticos tendem a ser mais engessadas. Esse é o caso, por exemplo, dos imigrantes, dos que viajam a negócios e dos militares. Sem diferenciar os termos, o Regulamento Internacional de Saúde de 2005, que visa “prevenir, proteger, controlar e fornecer respostas de saúde pública para evitar a propagação internacional de doenças”, estabelece como principal diretriz “evitar interferências desnecessárias no tráfego e comércio internacional”, já que, segundo a OMS, estas causariam grandes distúrbios[4].

No artigo 18, o Regulamento de 2005 lista uma série de diretrizes gerais para gerenciar a disseminação de patologias por meio dos viajantes, mas não estabelece parâmetros claros para quando ou se restrições de viagem devem ser recomendadas[4]. Apesar disso, informa que para “emitir, modificar ou encerrar” tais recomendações, “o Diretor-Geral [da OMS] deverá levar em consideração [...] as opiniões dos Estados Partes diretamente interessados” [4].

Faltando clareza em relação à possibilidade ou necessidade de restrições de viagens, o Regulamento de 2005 é complementado pelas Diretrizes para Estados Relativos à Gestão de Doenças Transmissíveis que Representam um Sério Risco para a Saúde Pública, da Organização Internacional de Aviação Civil — Instituição que, assim como a OMS, é também parte das Organizações das Nações Unidas[5]. A recomendação 24 estabelece que “os Estados não devem interromper o transporte aéreo por motivos de saúde”, a menos que em circunstâncias excepcionais[5]. O que constitui “circunstâncias excepcionais”, no entanto, não é descrito.

O caos como consequência

Foi com base nessas diretrizes que, em 2020, o mundo respondeu à nova ameaça de saúde global, o SARS-CoV-2. Sem um plano internacional para interromper o turismo, a atividade parou tarde, quando o vírus já havia se propagado pelo mundo; parou sem coordenação, o que deixou milhares de turistas presos em suas viagens (muitos desses ainda não conseguiram retornar para os seus países de origem); e parou sem uma estratégia para as 300 milhões de pessoas que viviam do turismo, o que aumentou vertiginosamente a pobreza e a miséria.

Um cenário alternativo

Imaginemos um plano diferente, no qual a instrução fosse: quando do aparecimento de zoonoses altamente contagiantes, desvia-se o fluxo de pessoas e isola-se a área até que o risco seja melhor entendido. Se esse tivesse sido o plano, e o lockdown e o isolamento da China tivessem começado em fevereiro de 2020, quando a milésima pessoa foi infectada e contabilizada, muito provavelmente o SARS-CoV-2 teria sido extinto em mais ou menos abril ou maio de 2020, o que corresponde à época quando os casos na China cessaram [6]. Se esse tivesse sido o approach usado, muito provavelmente mais de cinco milhões de vidas teriam sido salvas.

Os muitos cenários

Na ausência de um plano global que funcionasse, cada país instituiu seu próprio caminho. As consequências dessas escolhas podem ser medidas pelo número de fatalidades reportadas. Até o dia 15 de novembro de 2021, quando escrevi estas linhas, a China havia contabilizado 4.636 fatalidades; o Brasil, no extremo oposto do planeta, computou mais de 600.000 [6]. O que matou, portanto, não foi o SARS-CoV-2, mas as políticas públicas por trás do manejo do risco.

O gap de conhecimento

As políticas públicas são largamente fundamentadas em valores morais e em conhecimento científico. O conhecimento científico a respeito de um tópico específico pode ser avaliado de diferentes formas, por exemplo, por meio da análise das publicações, dos programas de pós-graduação, dos grupos de pesquisa e dos periódicos.

No início da pandemia, fiz uma análise sistêmica, no Google Scholar, para mapear o conhecimento acadêmico sobre o manejo do turismo em tempos pandêmicos. Dos 900 artigos que analisei, somente três tinham foco no turismo, e não na zoonose, e nenhum tratava da realidade brasileira [7].

Em relação aos programas de pós-graduação — que são incubadoras de pesquisas e conhecimento —, o Brasil tem hoje dez programas de pós-graduação com foco no turismo em funcionamento no Brasil e reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Apenas um, o nosso, tem foco no ecoturismo, e somente três desses programas oferecem doutorado; nenhum dos doutorados é em ecoturismo [8].

Há 115 grupos de pesquisa em turismo cadastrados no site do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mas apenas 12 com foco no ecoturismo. A realidade dos periódicos é parecida. Onze periódicos em turismo são reconhecidos pela CAPES, mas somente um é focado no ecoturismo. Dez desses periódicos tem Qualis B, a única exceção é a Revista Brasileira em Turismo, que é A2, e a única revista focada no ecoturismo é B3[8].

Ou seja, independentemente do meio pelo qual se meça o conhecimento em ecoturismo e conservação no contexto brasileiro, o resultado é o mesmo: falta saber.

O pedido institucional

Ciente dessa situação, em 2014, a CAPES começou a acenar para a necessidade de criação de um programa de pós-graduação focado no ecoturismo, e foi então que o prof. Dr. Ricardo Silva Cardoso me passou a demanda de criar o PPGEC. Por que eu? Provavelmente, porque fui a primeira pesquisadora no Brasil a obter um doutorado em ecoturismo.

O PPGEC enquanto projeto

Inexistindo cursos anteriores ao nosso, havia poucos pesquisadores especializados em ecoturismo no Rio. Nesse contexto, compomos um grupo não de especialistas em ecoturismo, mas multidisciplinar, no qual cada um de nós tem uma expertise própria, e a soma dessas expertises forma o ecoturismo e a conservação. Com essas muitas mãos, escrevemos e submetemos uma proposta à CAPES, que acabou sendo aprovada no final de 2015 com nota 4 — nota mais alta do que a normal, 3.

O público-alvo do programa, tanto em termos de alunado quanto de impactados pelos produtos que produzimos, é composto por pessoas afetadas pelo ecoturismo, especialmente os povos tradicionais e os gestores de unidades de conservação da natureza.

Internacionalização

A internacionalização do PPGEC foi prevista desde a conceptualização do programa. O primeiro acordo de cooperação internacional que firmamos foi com a Universidade de Sunshine Coast (USC), na Austrália, assinado em 2016. Por meio desse acordo, realizamos um curso, com duração de três semanas, em doenças tropicais, conservação e turismo oferecido na Austrália pela USC para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Conseguimos 15 bolsas de estudo junto ao Ministério de Relações Internacionais da Austrália, que cobriram todos os custos dos pesquisadores da UNIRIO que se interessaram pelo curso — oferecido em 2018, um ano e meio antes de começar a atual pandemia. Ainda por esse acordo, publicamos, em parceria entre o PPGEC e o Centro de Pesquisas em Sustentabilidade da USC, mais de uma dúzia de artigos, além de eu ter desenvolvido uma pesquisa de pós-doutoramento.

Acordos semelhante estão sendo construídos com as Universidades de Coimbra, de Linköping

(na Suécia) e de Leicester (no Reino Unido).

O fim do início e o início do futuro

O meu papel nesta mesa foi introduzir o início da história do PPGEC, o que termina, penso eu, com a pandemia — que também marca o início do futuro. Um futuro no qual ainda teremos que lidar com questões do passado, como o aquecimento global e a miséria, mas teremos que fazer isso numa nova realidade. Essa nova realidade nos trouxe uma nova geografia da educação, pela qual restou provado que as aulas on-line de pós-graduação em ecoturismo e conservação podem ser tão boas quanto, ou ainda melhores, que as presenciais. Melhores especialmente no sentido de mais inclusivas geograficamente, o que é muito importante no nosso contexto, posto que temos discentes de diferentes estados e, para muitos, os custos de morar no Rio para estudar são proibitivos.

Nessa nova realidade, temos também novas tecnologias de comunicação que, a partir de 2022, oferecerão serviços de legendagem e tradução simultânea, o que nos permitirá, se assim quisermos, estabelecer uma rede global de pós-graduações em assuntos correlatos ao ecoturismo e à conservação. Nos tornaríamos, assim, o primeiro e único mestrado em ecoturismo e conservação do mundo que, sem ser regulado pelas leis de mercado, conectaria ideias, pessoas e universidades de diversos países.

Referências

1. International Monetary Fund (2021). Tourism-dependent economies are among those harmed the most by the pandemic. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2020/12/impact-of-the-pandemic-on-tourism-behsudi.htm>
2. Statista (2021). Travel and tourism total-economic contribution worldwide. <https://www.statista.com/statistics/233223/travel-and-tourism--total-economic-contribution-worldwide/>
3. Mallapaty, S. (2021). Closest known relatives of virus behind COVID-19 found in Laos - Studies of bats in China and Laos show southeast Asia is a hotspot for potentially dangerous viruses similar to SARS-CoV-2. *Nature*. [nature.com/articles/d41586-021-02596-2](https://www.nature.com/articles/d41586-021-02596-2)
4. World Health Organization (2005). International Health Regulations. <https://www.who.int/publications-detail-redirect/9789241580496>
5. International Civil Aviation Organizations (2007). Guidelines for states concerning the management of communicable disease posing a serious public health risk. https://www.icao.int/safety/aviation-medicine/guidelines/avinfluenza_guidelines.pdf
6. New cases and deaths. <https://www.google.com/search?q=covid+deaths+worldwide&oq=covid+deaths+world&aqs=chrome.0.0i433i512j69i57j0i512l5j69i65.4557j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>
7. Sinay, L. (2020). How to Better Manage Tourism on Pandemic-Times? Moving Forward on a Discussion We Should Have Had Before the 2020 Crisis. Preprints. <https://www.preprints.org/manuscript/202010.0487/v1>
8. Sinay, MCF, Sinay, L., Ferreira, A., Braga, I. (2021). A Pós-Graduação Brasileira em Turismo e em Ecoturismo como caminho para o Desenvolvimento Sustentável. <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/11143>

Os cinco anos de história do PPGEC: alguns desafios atuais

Daniel Fonseca de Andrade¹

¹ daniel.andrade@unirio.br

Sobre o palestrante

Possui licenciatura e bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo, mestrado em Ciência Ambiental pela Universidade de South Bank, e Doutorado em Ciência Ambiental pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. É Professor no Departamento de Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, onde atua na graduação e nos mestrados em 'Ecoturismo e Conservação' e em 'Educação'.

Resumo

O objetivo deste texto é versar sobre alguns desafios atuais do Programa de Mestrado Profissional em Ecoturismo e Conservação. Para tal, são apresentadas algumas informações institucionais do programa e alguns resultados do processo do Coleta CAPES relativo à quadrienal 2017 – 2020. Por fim, são apresentados e discutidos nove desafios destacados no texto: a infraestrutura física; o não lugar da interdisciplinaridade; a necessidade de individualização e visibilização dos produtos para fins de avaliação; a necessidade de adequação dos produtos aos solicitados pela área das Ciências Ambientais; a necessidade de realização de pesquisas “sob demanda”; a necessidade de aderência dos projetos de pesquisas às linhas de pesquisa e à área de concentração; a necessidade de retroalimentação de discentes, egressos e docentes ao programa; a necessidade de foco na qualidade das produções e na qualidade dos lugares para onde as produções são enviadas; e a necessidade de participação em eventos de alta qualificação da área.

Introdução

O objetivo deste texto é versar sobre alguns desafios atuais do Programa de Mestrado Profissional em Ecoturismo e Conservação (PPGEC), tarefa que será realizada tendo-se como base o seu último relatório do Coleta Capes, submetido à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em maio de 2021, e referente à quadrienal 2017 – 2020 (PPGEC, 2021). Para se alcançar tal objetivo, serão primeiro apresentadas algumas informações institucionais do programa (missão, visão, valores, objetivos e linhas de pesquisa) e, para contextualização, alguns resultados do Coleta. Finalmente, sobre esse pano de fundo, serão trazidos e debatidos os desafios do programa.

Como o PPGEC foi oficialmente criado e iniciado em 2016, último ano da quadrienal 2013 – 2016, sua primeira quadrienal completa foi a seguinte, entre 2017 e 2020. Assim sendo, o olhar para esta quadrienal permite reflexões acerca do seu primeiro ciclo avaliativo completo, ao mesmo tempo que colabora com a especificação de demandas a serem cumpridas na nova quadrienal em curso (2021 – 2024).

O PPGEC foi criado com quatro objetivos específicos fundamentais: 1. Contribuir para a produção de conhecimento aplicado ao funcionamento do sistema ecoturístico; 2. Favorecer o diálogo interdisciplinar do Ecoturismo e das Ciências Ambientais com outras áreas de conhecimento,

de forma a fortalecer a construção de políticas públicas a partir de visões integradas; 3. Estimular o desenvolvimento inovador de processos e práticas turísticas, de forma a contribuir para a eficácia e a eficiência das instituições públicas e do setor privado e sua inserção social junto às comunidades receptoras; e 4. Colaborar para a ampliação e consolidação do campo científico do ecoturismo em seus aspectos ambientais, sociais, técnicos, econômicos, políticos, jurídicos, institucionais e éticos.

Além disso, o PPGEC possui como missão contribuir para o processo de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas de ecoturismo e conservação da sociobiodiversidade. Como visão, ser reconhecido como programa de referência em produção de conhecimento científico, qualificação de profissionais e aprimoramento e/ou elaboração de métodos e técnicas de planejamento e gestão de ecoturismo e conservação; e como valores, a autonomia científica, o pensamento crítico, a responsabilidade social e ambiental, as inovações científica, técnica, tecnológica e artística, a prática profissional transformadora e a cooperação com órgãos ambientais e instituições de ensino e pesquisa.

Com a finalidade de cumprir com tais preceitos, e considerando-se que o programa está situado na grande área das Ciências Ambientais da CAPES, caracterizada fundamentalmente por ser de natureza interdisciplinar (CAPES, 2019), o programa foi organizado por meio de duas linhas de pesquisa que se relacionam de forma multidimensional (ARDOINO, 2001) (e não cartesiana), que melhor atende ao caráter complexo da sua área de concentração. Dessa forma, assume-se que as questões abordadas por cada uma das linhas não estão separadas na realidade por fronteiras nítidas e bem demarcadas, mas compõem uma única realidade maior, que é diferenciada em duas meramente pelo enfoque atribuído à pesquisa e aos produtos desejados.

Dentro desse contexto epistêmico, as duas linhas de pesquisa do programa são Gestão de Áreas Protegidas e Conservação e Sustentabilidade, que se organizam conforme a Figura 1. Nesse arranjo, a linha imaginária (e artificial) que as separa foi concebida como sendo um “muro” sobre o qual o observador se coloca, ora olhando para dentro das áreas protegidas, ora para fora delas. No primeiro caso estariam pesquisas e produtos cujos enfoques de interesse seriam os fenômenos e as atividades prioritariamente internos às áreas protegidas, e no segundo caso, externos a elas.

O Arranjo multidimensional das linhas de pesquisa do PPGEC

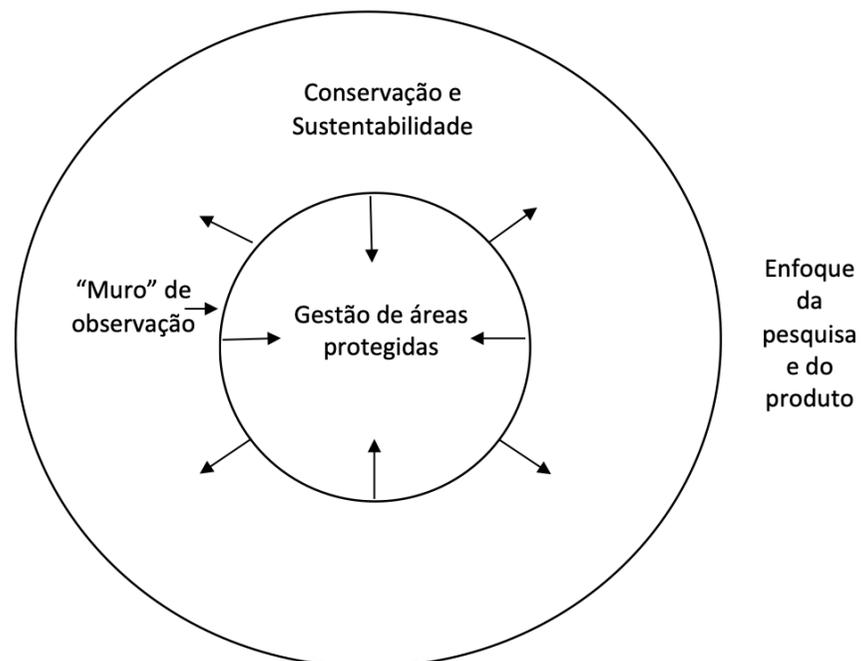


Figura 1. - O arranjo multidimensional das linhas de pesquisa do PPGEC

Mais uma vez, é importante reafirmar que essa linha de separação — esse “muro” — é arbitrária e artificial, ou seja, não existe na realidade. Nesse sentido, o que determina o lugar de um projeto de pesquisa em uma ou outra linha de pesquisa é, como dito, o seu enfoque. Porém, o caráter interdisciplinar da área de concentração pressupõe que eles (os projetos) carreguem elementos não centrais pertinentes à outra dimensão. Pode haver, portanto, trânsito livre entre as áreas previsto nos recortes das pesquisas.

A quadrienal 2017 – 2020: alguns resultados

A partir de análises feitas nos temas das 18 defesas ocorridas no âmbito da quadrienal 2017 – 2020, as primeiras do programa, algumas conclusões puderam ser tiradas sobre o perfil das pesquisas realizadas no período. Esse perfil foi caracterizado pela existência de quatro esferas de ação, notadamente pela existência de dissertações de cunho predominantemente instrumental, socioambiental, educacional e público (PPGEC, 2020). Dissertações “instrumentais” foram aquelas cujos enfoques recaíram sobre questões técnicas relativas a diferentes aspectos da Área de Concentração; dissertações “socioambientais” destacaram-se pela perspectiva política; dissertações “educacionais”, pelo aspecto da educação em geral, ou de pedagogias específicas; e dissertações “públicas” foram caracterizadas pelo enfoque no lugar em que foram desenvolvidas. Um aspecto bastante interessante percebido nessa sistematização foi o equilíbrio dessas esferas, compostas respectivamente por quatro (instrumental), cinco (socioambiental), quatro (educacional) e cinco (pública) dissertações cada.

Mais uma vez, essa organização apenas destaca o lugar de enfoque de cada uma delas e não significa que elas não tiveram elementos que transitaram livremente pelas demais esferas.

Outro aspecto relevante do programa na quadrienal 2017-2020 diz respeito à sua produção. A título de ilustração, serão citados abaixo dados relativos à produção de artigos científicos pelos seus docentes permanentes — o programa iniciou a quadrienal com 15 e terminou com 16 docentes permanentes. Para interessados pela produção total e discriminada da quadrienal, incluindo detalhes de produtos técnicos, de outras produções bibliográficas etc., recomenda-se uma consulta ao relatório completo.

Entre 2017 e 2020, os docentes permanentes do PPGEC produziram 151 artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais, em língua portuguesa e outras. Desses 151 artigos, 18 foram publicados em revistas A1 da área das Ciências Ambientais; 23, em revistas A2; nove, em revistas A3; oito, em revistas A4; 23, em revistas B1; oito, em revistas B2; 23, em revistas B3; quatro, em revistas B4; 22, em revistas C; e 13, em revistas não pontuadas, sobretudo a própria Revista Ecoturismo & Conservação, revista ligada ao programa cujo primeiro número foi ao ar em dezembro de 2020.

Uma ponderação que cabe quanto aos estratos das revistas é que, em meio à quadrienal, a CAPES alterou a pontuação delas, de forma que ganharam novos estratos diferentes daqueles originais de quando os artigos foram enviados, de modo que muito deles tiveram seus estratos rebaixados após a sua publicação. De qualquer maneira, chama a atenção o nível quantitativo de produção absoluta do programa, sem considerar aspectos mais específicos e relevantes como a concentração de publicações em docentes e a aderência dos artigos à Área de Concentração do programa. Esse pano de fundo de produção docente, no entanto, além de ilustrar a produtividade do programa, servirá de parâmetro para a discussão de um dos aspectos dos desafios, abordados a seguir, que o programa precisa começar a enfrentar de forma mais ativa no contexto da nova quadrienal que estamos vivenciando.

Desafios atuais do programa

São vários os desafios que o PPGEC precisa enfrentar. Alguns desses são antigos e existem desde a criação do programa. Outros emergiram ao longo da quadrienal. E, finalmente, ainda outros foram evidenciados no âmbito da preparação e da análise do relatório Coleta Capes 2020. Serão abordados, abaixo, nove desses desafios.

1. *Infraestrutura física*

A primeira questão — desafio — a ser destacada aqui diz respeito à infraestrutura física do programa. Desde a sua criação, o PPGEC convive com dificuldades de infraestrutura física, sem uma sala para sua secretaria acadêmica, uma sala “sede” do programa e uma de apoio a estudantes e docentes. Essa estrutura é demandada pela CAPES, e sua inexistência prejudica a evolução do programa, o desenvolvimento de um senso de identidade e sua capacidade de pleiteio de um doutorado. Essa escassez de espaço reflete uma dificuldade mais ampla encontrada na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como um todo e que afeta também não só outros programas de pós-graduação como de graduação. Insolúvel até o momento, é uma agenda de atuação permanente e continuada das diferentes gestões de coordenação do programa junto a diferentes esferas da Universidade.

No entanto, um aspecto resolvido durante a pandemia de Covid-19 foi a contratação de uma servidora pública para trabalhar na secretaria do programa, também uma reivindicação incisiva das gestões desde 2016. Ao assumir uma função até então cumprida em tempo parcial por um servidor compartilhado por outro programa, a nova servidora está permitindo uma maior profissionalização do serviço e uma atenção mais detalhada para as gestões administrativa e acadêmica do programa.

2. *O “não lugar” da interdisciplinaridade*

Um segundo desafio percebido ao longo da existência do programa é de natureza epistêmica e está associado ao que será denominado aqui de “não lugar” da interdisciplinaridade. Esse “não lugar” é um conceito relacionado, em outra pesquisa (FIGUEIREDO, ANDRADE, SANTOS, 2020), à educação ambiental, justamente por seu caráter interdisciplinar, e pode ser transposto para os propósitos desta análise. O “não lugar” está ligado ao fato de um tema interdisciplinar ter dificuldade de encontrar o seu lugar em contextos marcados pela disciplinaridade. Por ser transversal e atravessar disciplinas, não se encontra em nenhuma delas, especificamente falando, o que gera, no mínimo, estranhamento e, no máximo, resistência institucional (LEDFOORD, 2015).

Pois que o “não lugar” da interdisciplinaridade afeta o PPGEC em pelo menos dois aspectos: o primeiro deles, institucionalmente. Universidades são instituições historicamente disciplinares (LEDFOORD, 2015), habitadas por profissionais também disciplinares. Nesse contexto, a existência de uma instituição interdisciplinar (o PPGEC) dentro de uma instituição de cultura predominantemente disciplinar (a universidade) dificulta que o programa encontre o seu lugar institucionalmente, e isso inclui a questão do espaço físico: ao não ser circunscrito a uma disciplina cuja fronteira é tradicional e, portanto, nitidamente demarcada, o programa acaba aparentemente não pertencendo a lugar nenhum. Assim, o enfrentamento da escassez de espaço físico em uma unidade acaba por ser “resolvida” pela sugestão de que o programa, por ser interdisciplinar, vá buscar tal espaço em outra unidade da universidade, como se ali não pertencesse. Esse é, antes de tudo, um conflito epistêmico: a interdisciplinaridade é, de certa maneira, rejeitada pela gestão disciplinar da Instituição (RYLANCE, 2015), mesmo em uma unidade que hospeda cursos de graduação interdisciplinares, como Ciências Ambientais e Ciências da Natureza.

Além disso, outro aspecto em que o “não lugar” da interdisciplinaridade afeta o programa está ligado às pesquisas individuais: como o lugar da interdisciplinaridade não é nitidamente demarcado (como o é o lugar das disciplinas), pesquisas individuais e, por consequência, docentes, por ora, têm dificuldades de se reconhecer dentro do escopo do programa. Isso gera o estranhamento mencionado acima. Ou seja, se no parágrafo anterior o “não lugar” da interdisciplinaridade dificulta que o programa encontre o seu lugar na Instituição, aqui esse “não lugar” gera dificuldades para que docentes, sobretudo aqueles com perfis mais disciplinares, encontrem seu lugar no programa, no escopo da área de concentração. Isso gera questões epistêmicas como “a minha pesquisa é interdisciplinar?”, “o que caracteriza a minha pesquisa como interdisciplinar?”, ou ainda, “o quanto minha pesquisa precisa transcender à disciplinaridade para que ela seja reconhecida como interdisciplinar?” Todas essas são

questões legítimas e difíceis de serem respondidas e cujo enfrentamento cotidiano leva à maturação do programa.

3. Aderência de pesquisas e produtos

Essa questão da dificuldade de alguns docentes de se encontrarem no programa leva ao terceiro desafio a ser enfrentado na quadrienal em andamento: a necessidade de aumentar a aderência das pesquisas realizadas por docentes, e de seus produtos, à área de concentração do programa e às suas duas linhas de pesquisa.

A seção anterior do texto ilustrou a produtividade do programa tendo como parâmetro a publicação de artigos em revistas de diferentes estratos ao longo da quadrienal. Embora o número seja significativo, em alguns casos esses produtos refletem investigações que aderem apenas parcialmente à proposta do PPGEC. Isso demanda serem feitas revisões para que essas questões sejam consideradas e sanadas. De um lado, a identificação desse problema já trouxe respostas do programa, sobretudo com o encaminhamento — em curso no momento da escrita — de um processo coletivo para a construção de projetos de pesquisa institucionais para o programa. Com essa composição coletiva, espera-se que todos os docentes se encontrem, de fato, dentro do programa e tenham mais facilidade em produzir aderência com suas pesquisas. Por outro lado, não basta apenas a iniciativa institucional, é necessário também que docentes reflitam individualmente sobre suas pesquisas e localizem maneiras de incorporar variáveis no sentido de torná-las robustamente aderentes ao programa, ao menos a um dos projetos institucionais em criação.

A maioria dos desafios a serem enfrentados no PPGEC, no entanto, diz respeito aos produtos gerados. Nesse sentido, há vários aspectos práticos e procedimentais a incorporar na cultura institucional e na de docentes e discentes relacionados, em grande parte, com as especificidades trazidas pela natureza profissional do programa, visto que nenhum docente é egresso de um curso desse tipo, portanto, não têm experiência vivencial com essas demandas.

4. Adesão de produtos à relação da CAPES

Nesse contexto, o quarto desafio do programa está ligado à incorporação de uma cultura que naturalmente atrele, aos projetos de pesquisas, a geração de produtos que estão entre os dez elencados pela CAPES como principais para a avaliação do programa na área das Ciências Ambientais (CAPES, 2020): Carta, mapa ou similar; Curso de Formação Profissional; Empresa ou Organização Social Inovadora; Manual/Protocolo; Material Didático; Patente depositada, concedida ou licenciada; Produto Bibliográfico Técnico/Tecnológico; Processo/Tecnologia e Produto/Material não Patenteável; Software/Aplicativo; e Tecnologia Social. Neste momento, o programa ainda está em processo de compreensão do significado específico de cada um desses e do tipo de produção possível de ser considerada dentro de cada uma dessas categorias.

5. Individualização e publicação de produtos técnicos

Porém, para fins de avaliação do programa, não basta gerar produtos inovadores e adequados ao solicitado pela área. É fundamental também que eles estejam disponíveis para serem contados. Para tal, é preciso que seus autores se conscientizem da necessidade de individualizá-los em seus currículos Lattes — ou seja, lançá-los como produtos técnicos individuais nos respectivos campos do currículo — e deixá-los publicados em algum lugar, inclusive até no depositório criado para tal na página do programa. Ao serem individualizados no Lattes, poderão ser identificados pela plataforma Sucupira na ocasião da importação da produção intelectual dos docentes, discentes e egressos do programa. E ao estarem disponíveis para consulta na página, poderão ser facilmente localizados e enviados à avaliação. Muitos dos produtos técnicos produzidos ao longo da primeira quadrienal completa do programa não foram considerados para avaliação porque não atenderam a pelo menos um dos passos acima, por isso, mesmo quando relevantes e potentes, não foram contabilizados para fins de avaliação,

e o programa perdeu muito com isso. Em resumo, não basta ter o produto de qualidade, é preciso cumprir todos os passos acima para que ele possa existir para a avaliação.

6. Desenvolvimento de pesquisas com enfoque aplicado

Outro aspecto específico da área das Ciências Ambientais é o enfoque aplicado das pesquisas realizadas, que, segundo a CAPES (2019), deve transcender o enfoque em diagnósticos para enfatizar a busca de soluções de problemas. Também, que pesquisas devem ser realizadas para atender a demandas do mercado de trabalho, o que vale sobremaneira para mestrandos profissionais.

No PPGE, e em consonância com suas características, consideram-se como “mercado” do programa, de forma abrangente, áreas protegidas, áreas de interesse turístico, instituições gestoras dessas áreas, comunidades, ONGs ou outras instituições e pessoas ligadas de alguma forma, profissionalmente, com a área de concentração do programa e as suas linhas de pesquisa. Nesse sentido, é natural julgar fundamental a aproximação das iniciativas de pesquisas com esse “mercado”, inclusive de forma a colaborar na identificação de problemas reais pertinentes a essas áreas e instituições e que podem ser enquadrados como questões de pesquisa. Este seria o caminho ideal para o programa. No entanto, ele se coloca ainda, em grande maneira, como um desafio a ser vencido, principalmente porque inclui, em suas estratégias, a necessidade de levar em conta esses aspectos no próprio processo de seleção de discentes, para que entrem no programa já tendo como caminho de pesquisas questões reais postas pelo mercado. Ainda que de forma insatisfatória, esse ponto já foi identificado, e já há encaminhamentos no sentido de se avançar nessa direção, com a busca do estabelecimento de parcerias institucionais com órgãos gestores de Unidades de Conservação (UC) e com Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), com o esforço para a incorporação de agentes do mercado em bancas de qualificação e defesa e com a atração desses agentes para ingressarem no programa como discentes e, quem sabe, como docentes colaboradores e permanentes. Isso tornaria o trânsito programa – mercado bastante orgânico e ajudaria em muito o programa a atender a essa exigência da CAPES de realizar pesquisas sob demanda.

7. Produção conjunta discente-docente

Por fim, os três últimos desafios a serem destacados estão ligados diretamente à necessidade de participação ativa de discentes na retroalimentação do programa no âmbito da avaliação frente à CAPES. É sabido que o papel da pós-graduação stricto sensu é formar pesquisadores e docentes de ensino superior, além de produzir conhecimento (UNIRIO, 2019), e que essas três dimensões se dão em intrínseca relação. Ou seja, formam-se pesquisadores por meio da produção de conhecimento e produz-se conhecimento mediante a formação de pesquisadores. Assim, em um contexto em que o programa é avaliado em sua capacidade de formar pesquisadores, entre outras coisas, pelos produtos produzidos pelos discentes e egressos em parceria com seus orientadores, então, para que o programa seja bem-sucedido, é fundamental que tais discentes e egressos compreendam a importância de seu papel nesse processo e se dediquem a gerar tal produção. Caso contrário, o programa perde sua credibilidade enquanto local de formação avançada de pessoal e, caso isso persista, perde sua autorização para formar pessoas.

No âmbito da composição do relatório da quadrienal 2017 – 2020, diagnosticou-se que, embora o número de publicações de artigos em revistas por docentes tenha sido relativamente alto, conforme demonstrado acima, apenas poucos deles (13) foram publicados em parceria com discentes (PPGEC, 2021). Considerando-se que, em 2020, 18 defesas já tinham sido realizadas, a presença de 13 publicações em parceria com docentes mostra que o programa não atingiu ainda a média de uma publicação por ciclo de formação, e que essa deve ser uma meta mínima a ser perseguida. Isso desconsiderando-se o fato de que, entre as 13 publicações, alguns discentes e egressos foram responsáveis por mais de uma, o que significa que ainda há um espaço para um aumento significativo da produtividade dos discentes e egressos do programa em parceria com seus orientadores.

É importante, então, os estudantes compreenderem a pós-graduação *stricto sensu* como um lugar em que eles participam da construção do programa, para além de um lugar meramente complementar à sua própria formação. É preciso, assim, uma relação sinérgica e sintrópica com orientadores e com o programa como um todo.

8. Foco na qualidade da produção e dos meios de publicação

Além disso, é necessário que discentes e egressos compreendam a importância de focarem na qualidade de sua produção, assim como prestem atenção no nível dos lugares para onde enviam suas produções para publicação. A criação de conhecimento significativo para um campo é uma atividade que demanda atenção, dedicação e comprometimento. Requer investimento de tempo nas análises e reanálises, nas reflexões críticas e nas verificações. Não ocorre do dia para a noite e exige foco, paciência e persistência. Esse investimento cuidadoso em uma investigação é uma competência que queremos formar no programa, e discentes precisam compreender que isso é parte do “pacote” para se tornar pesquisador.

9. Participação em eventos de alta qualificação da área

Por fim, complementa esse envolvimento formativo de discentes com o programa o estímulo para que participem ativamente de eventos científicos de alta qualificação da área, conheçam seus pares e suas pesquisas e estabeleçam possíveis intercâmbios com pesquisadores e instituições de outras regiões e países. O fazer científico é um fazer que se dá em meio a pares, e é fundamental, portanto, que nossos discentes estejam dispostos e interessados em conhecer seu campo de pesquisa, o que pode ser importante, inclusive, para suas carreiras individuais. Em suma, temos o desafio de fazer com que discentes percebam a relevância de um envolvimento orgânico com o programa e com suas pesquisas e estejam dispostos e disponíveis para viver esses contextos com tudo o que eles têm a oferecer.

Conclusão

O objetivo deste texto foi versar sobre alguns desafios atuais do Programa de Mestrado Profissional em Ecoturismo e Conservação tendo como referência o último relatório do Coleta Capes 2020. Para tal, foram apresentadas algumas características do programa e ilustrado o seu potencial produtivo.

Quanto aos desafios, destacaram-se nove tipos, identificados em longo, médio e curto prazos. Tais desafios estão relacionados à infraestrutura física do programa, a questões epistêmicas inerentes à interdisciplinaridade, à aderência de docentes e suas pesquisas ao programa e aos produtos produzidos por docentes, discentes e egressos. Quanto a este último item, foi evidenciada, no texto, a necessidade de atenção com a devida identificação (individualização e publicação) de tais produtos para fins de avaliação, com a adequação aos tipos de produtos principais elencados pela CAPES e com a necessidade do estabelecimento de uma relação mais sinérgica e sintrópica de discentes e egressos com seus orientadores e o programa. Nesse sentido, foram abordadas a demanda por geração de produtos em parceria com seus orientadores; a atenção à qualidade das produções e dos locais em que são publicadas; e a necessidade de transitarem em eventos científicos de alta qualificação para a área. Mesmo que alguns desses desafios já tenham sido identificados e ações já tenham sido iniciadas no sentido de saná-los, eles ainda exigem uma dedicação institucional do programa, que deve ser empenhada de forma permanente e continuada ao longo da quadrienal 2021– 2024.

Referências

ARDOINO, J. A complexidade. In: MORIN, E. A religação dos saberes: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 548–558.

CAPES. Ficha de Avaliação Área de Ciências Ambientais: Resumo. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/FICHA_

- CIENCIAS_AMB_ATUALIZADA.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021.
- CAPES. Documento de área / área 49 / Ciências Ambientais. MEC/CAPES/DAV, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/C_amb.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021.
- FIGUEIREDO, T. F.; ANDRADE, D. F. de; SANTOS, L. M. F. dos. Espaços de resistência no currículo: uma análise da inserção da educação ambiental nos cursos de graduação de uma universidade federal. *Revista Sergipana de Educação Ambiental*, v. 9, p. 1-16, 2020.
- LEDFOURD, H. How to solve the world's biggest problems. *Nature*, 525, p. 308–311, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/525308a>.
- PPGEC. Relatório Coleta Capes 2020. Disponível em: <http://www.unirio.br/ccbs/ecoturismo/arquivos/relatorio-coleta-capes-2020>.
- PPGEC. Relatório Coleta Capes 2019. Março de 2020.
- RYLANCE, R. Grant giving: Global funders to focus on interdisciplinarity. *Nature*, 525, p. 313–315, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/525313a>.
- UNIRIO. Regimento geral da pós-graduação stricto sensu da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO. Boletim UNIRIO, n. 07 de 15 de abril de 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Asus/Downloads/Boletim%20no7%20Aprovacao%20Regimentos%20Stricto%20Sensu.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2019.

O futuro do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação – bora?

Carlos Augusto Assumpção de Figueiredo¹

¹ carlos.figueiredo@unirio.br

Sobre o palestrante

Possui graduação em Ciências Biológicas Modalidade Ecologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), mestrado em Zoologia - Museu Nacional/UFRJ (1997) e doutorado em Ciências Biológicas (Zoologia) pela Universidade de São Paulo (2003). Professor Associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, foi coordenador do Bacharelado em Ciências Ambientais, atuou na Licenciatura em Biologia e na Pós-graduação, no PPGGIO (PPG em Biodiversidade Neotropical). Atualmente é ligado ao PPGE (mestrado profissional em Ecoturismo e Conservação) onde ministra a disciplina de Técnicas de Planejamento e Gestão aplicadas ao Ecoturismo e à Conservação de Áreas Naturais.

Apresentação

Bom dia a todos e todas, é uma satisfação estar neste evento de hoje.

Eu vou tentar dar uma perspectiva de como a gente traça uma direção e o que nós vemos como possibilidades para o PPGE no futuro. Partimos do Mestrado Profissional em Ecoturismo e Conservação, como ele foi idealizado de forma pioneira pela prof.a Laura Sinay, e a ela nos juntamos, eu e os professores Rodrigo Vilani, André Zaú e vários outros professores do Instituto de Biociências e do Departamento de Patrimônio e Turismo, ambos da UNIRIO. Este mestrado surge com uma missão explícita, adotada em sua criação, e que pretende “contribuir para o processo de elaboração de políticas públicas de ecoturismo e conservação do meio ambiente natural”. Nossa pretensão é ir além da simples formação de guias. É claro que nós também abraçamos e celebramos estudantes que vêm para aprimorar suas práticas de guiamento, mas pretendemos ir além. Pensar em, para além do processo de guiamento, como estabelecer as melhores práticas para o turismo na natureza — o ecoturismo — e para a visitação na natureza.

Para onde nós vamos? Nosso norte é definido pela nossa visão em nos tornarmos “[...] reconhecido[s] como Programa de referência na produção de conhecimento científico, de qualificação de profissionais e de aprimoramento e/ou elaboração de métodos e técnicas de planejamento e gestão de ecoturismo e conservação”. Pretende-se que este reconhecimento seja internacional. Precisamos, então, mirar no cume e partir adiante. Mas, como fazemos para chegar lá? Existem os caminhos conhecidos, mas a nossa perspectiva não é tão linear e direta como um caminho traçado e previamente conhecido. É um caminho que estamos conhecendo ao longo da caminhada, um caminho exploratório, um vara-mato epistemológico. Estamos abrindo esta trilha como pioneiros que somos.

No Seminário de Meio Termo da área de Ciências Ambientais da CAPES, em 2019 (quadriênio 2017-2020), foram instituídas três práticas que pretendem dar maior definição aos programas de pós-graduação: o entendimento de que a avaliação das pós-graduações e, por conseguinte, do PPGE, precisa ser uma avaliação multidimensional; que faz parte desta avaliação global uma autoavaliação – feita pela própria comunidade acadêmica do curso –; e que precisa de um planejamento estratégico.

Estas são algumas inovações que aconteceram no processo avaliativo da CAPES nesta última quadriênal, que se encerrou em 2020.

Avaliação multidimensional

Começando pela avaliação multidimensional, vamos imaginar uma trajetória linear que leva ao cume. Acontece que nosso programa vai englobar diversas variáveis que se encontram na complexidade inerente a ele e que não equivale, por exemplo, a uma visão simplista de estabelecer uma meta para aumentar a arrecadação pecuniária para o ecoturismo ou ampliar o papel do ecoturismo no mercado do turismo.

Esse objetivo e essa meta fazem parte do nosso entendimento, entendendo que, se o ecoturismo é bem-remunerado, ele também vai ser um maior atrativo. Se o ecoturismo é bem-feito e se ele está contribuindo com a conservação da natureza ao mesmo tempo, então que ele seja bem-remunerado também e, com isso, faça com que as populações tradicionais e as populações locais se dediquem mais a essas atividades, a que a economia local se fortaleça, e que assim a economia local se fortalecendo, a conservação da natureza seja também fortalecida, seja vista como um valor para a sociedade de maneira geral.

Mas o que é a avaliação multidimensional da CAPES? Ela foca em ensino e aprendizagem do corpo discente, produção científica, basicamente, e internacionalização. Estes três primeiros pontos são os mais tradicionais. A nova proposta de avaliação da CAPES, comentada na reunião de Meio Termo em 2019, foi a inovação e transferência de conhecimento e o impacto e a relevância econômica e social, que, para nós do PPGEC, já tinha uma grande importância e que passa a ter uma importância ainda mais crucial.

Nós partimos, então, para uma autoavaliação e, ao incorporar a autoavaliação no processo de conhecimento e de avaliação da CAPES, “ela abre potencialmente uma pequena janela para que a diversidade de culturas e a riqueza dos contextos emergentes reflua para dentro da pós-graduação”, o que, para nós, é extremamente valioso. Todo professor tem a ambição e o objetivo pessoal de, enquanto oferece seus conhecimentos através das aulas, aprender. E nós aprendemos demais com nossos alunos, nós aprendemos demais com a nossa pesquisa, com as nossas formas de extensão, e a melhor maneira de aprender é ensinar. Então, queremos ativamente ter contato com a diversidade de culturas e contextos diferentes que surgem ao longo de nossa pesquisa.

Elaboração da matriz FOFA

Partimos, então, para a elaboração de uma matriz FOFA. FOFA vem de SWOT, que, no inglês, significa Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats). Nossas Forças são, então, as nossas competências, os destaques de nosso corpo docente, os destaques de nosso corpo discente. Nas Oportunidades, quais são os desafios que se apresentam e onde a atuação do curso pode ser útil; quais oportunidades se apresentam para nós e favorecem nossa pós-graduação. Quais são as Fraquezas e onde podemos melhorar; quais os nossos recursos que não estão adequados, como, por exemplo, a questão da infraestrutura; quais dificuldades nossos estudantes enfrentam, se moram no Rio de Janeiro, onde fica nossa sede física, se moram fora do estado e se têm que se manter no estado ou não, se têm condições para realizar sua pesquisa. Quais são as Ameaças, quais são os cursos que competem conosco, que não são propriamente uma ameaça, mas que são cursos que serão atrativos para o corpo discente, para aqueles que estão procurando processos seletivos e que vão pensar se vão para o curso de Ecoturismo e Conservação da UNIRIO ou vão para outros cursos, como o da UNB ou da UFRRJ, da UNIVALI, em Santa Catarina, enfim, existem outros cursos afins, como foi citado na fala da professora Laura Sinay (2021). Pois então, nesta matriz, que

é constituída de pontos fortes e pontos fracos, foi feita uma consulta ampla à comunidade, incluindo docentes e discentes, e foram levantados 46 itens em Pontos Fortes (Forças); 65 itens em Pontos Fracos (Fraquezas); 12 Oportunidades; e 13 Ameaças.

Uma vez conhecendo essas Oportunidades, Ameaças, Forças e Fraquezas, partimos para o planejamento estratégico. Vamos então definir, de acordo com o diagnóstico prévio, linhas de ação que conduzam o programa de pós-graduação a cumprir sua missão institucional e alcançar sua visão de desenvolvimento. Fizemos a análise da matriz FOFA na autoavaliação, e, já no planejamento estratégico, a gente faz a inversão dessa matriz. Usamos nossas Forças e Oportunidades para lidar com as Ameaças frente às nossas Fraquezas. Esta é uma técnica chamada SWOT-TOWS, que é uma inversão da matriz FOFA, no inglês, SWOT.

Objetivos

Fazendo isso, conseguimos, então, elaborar seis objetivos para o nosso programa.

Consolidar o programa como centro de excelência em produção técnico-científica;

Ampliar a rede de colaboração interinstitucional;

Ampliar o impacto social;

Reafirmar e aprimorar a formação de excelência;

Fomentar a coesão da comunidade acadêmica no programa, incluindo docentes, discentes e técnicos administrativos;

Adequar o programa à realidade de ensino e de seu principal foco de pesquisa, o turismo, no contexto da pandemia de COVID-19.

Para alcançar o primeiro objetivo, foram propostas seis diferentes iniciativas:

Consolidar o programa como centro de excelência em produção técnico-científica

Adequar e renovar o corpo docente;

Adequar o setor administrativo;

Adequar a infraestrutura;

Diversificar e incrementar;

Criar e organizar evento do programa;

Propor curso de doutorado.

Cada objetivo foi abordado por diferentes iniciativas, 19 ao todo, que se desdobram em 47 ações e cada uma destas ações com suas metas específicas, totalizando 73 metas que queremos alcançar. Estas diferentes escalas foram colocadas em um painel inspirado no de indicadores balanceados de desempenho (Balanced Scorecard; ver Anexo 1), que mostra o progresso das ações em relação às metas propostas. Algumas metas já foram atingidas, algumas estão em processo. Este é um planejamento para a quadrienal de 2021-2024.

Por exemplo, no setor administrativo, as questões já foram resolvidas. Nós prevemos estimular a produção artística e técnica do PPGEC. Criamos e foi lançada, em 2020, a revista Ecoturismo & Conservação e, agora, fazemos parte, representados pela professora Maria Amália de Oliveira, da liderança na editoração da Revista Brasileira de Ecoturismo, o que muito nos deixa honrados. Uma das nossas metas neste objetivo seria criar um canal no YouTube e um evento anual do PPGEC, e o resultado é o canal por onde foi veiculado o II Seminário de Ecoturismo e Conservação. Ter presença nas redes, Instagram, Facebook, Twitter, e uma presença viva que inclua discentes e até mesmo candidatos ao processo seletivo discente e o público em geral. Não menos importante é propor um novo curso de doutorado. A proposta de um curso em nível de doutorado está no nosso radar para esta quadrienal vigente (2021-2024). No início de 2022, haverá uma janela para propostas APCN. Uma informação que é nova e ainda não confirmada é a possibilidade de que mestrados e doutorados profissionais e acadêmicos sejam fundidos em uma única categoria e percam esta distinção. É claro que, no momento político atual, a CAPES está com muitas questões internas indefinidas e controversas no

meio acadêmico de maneira geral, e não sabemos qual será o desfecho para a quadrienal. No entanto, a possibilidade de terminar a distinção entre cursos profissionais e acadêmicos é algo que vem sendo aventado pela CAPES, retornando aos moldes antigos.

O segundo objetivo é ampliar a rede de colaboração interinstitucional, conforme já foi dito na primeira fala desta mesa (Sinay, 2021). Este objetivo tem uma única iniciativa homônima e prevê quatro ações.

- Ampliar a rede de colaboração interinstitucional;
- Ampliar a colaboração/ intercâmbios nacionais e internacionais;
- Identificar parcerias nacionais e internacionais relevantes;
- Promover convênios oficiais com instituições nacionais e estrangeiras;
- Participar de editais internacionais;
- Convidar representantes de instituições de interesse para palestras, bancas e outras participações.

Nós já temos algum progresso em cada uma destas ações. Atualmente, temos parcerias já consolidadas no Reino Unido, em Portugal, na Universidade de Coimbra — de onde eu escrevo —, na Austrália. Temos tratativas com Colômbia e Chile, no Projeto NaTour, que está sendo liderado pela UNB e a UFRJ e no qual o PPGEC é parceiro. Temos tratativas com cursos na Suécia, contatos na China, Canadá e Costa Rica, que podem vir a desenvolver um projeto, quem sabe até de uma outra modalidade diferente, como um mestrado em rede internacional, o que está nos nossos planos.

- Ampliar o impacto social
- Produzir temas de pesquisa com foco em vulnerabilidades socioambientais;
- Identificar objetos de pesquisa de relevância social e ambiental;
- Realizar seleção discente temática, com foco em temas de relevância social e ambiental;
- Aproximar o programa de movimentos sociais, comunidades e as diversas formas de iniciativa privada em ecoturismo e conservação da natureza.

Para isso, temos discutido os temas de pesquisa que estão em andamento e queremos criar projetos de pesquisa em comum, contando com docentes e discentes e pesquisadores associados, com foco em vulnerabilidades socioambientais, o que já vem sendo feito. O programa do II Seminário em Ecoturismo e Conservação é uma mostra destas iniciativas.

- Reafirmar e aprimorar a formação de excelência;
- Adequar a matriz curricular;
- Aumentar a aderência do corpo discente.

Para reafirmar e aprimorar nosso processo de ensino-aprendizagem, temos repensado nossa matriz curricular. Estamos com uma nova proposta de grade curricular que ainda não foi implementada, mas que deverá ser a partir da turma do ano de 2022. Buscamos também aumentar a aderência do corpo discente através de uma seleção mais focada para o perfil desejado de discente para o nosso curso. Este perfil é o de profissionais que já atuam em Unidades de Conservação, secretarias de meio ambiente ou turismo, Ministério do Meio Ambiente, BNDS etc.

O objetivo 5 é considerado de extrema importância — fomentar a coesão na comunidade acadêmica:

- Aumentar a coesão da comunidade acadêmica no programa aumentar a cooperação entre docentes (2 ações);
- Sensibilizar a comunidade acadêmica para causas étnico-raciais, socioeconômicas e de gênero (4 ações);
- Implantar mecanismos de verificação do cumprimento de compromissos didáticos, de orientação e de relacionamento urbano para docentes e discentes (2 ações).

O aumento da cooperação entre docentes inclui a criação de projetos em comum, o que já vem sendo desenvolvido em quatro projetos conjuntos do programa. Outra questão importante é sensibilizar a comunidade acadêmica para as causas étnico-raciais, socioeconômicas e de gênero. Assunto delicado, que precisa ser encarado com diligência, e a academia não pode se eximir de lidar com essas questões que permeiam nossa sociedade de uma maneira geral. Nós temos quatro ações previstas para esta temática. Nenhuma delas concretizada. Incluem:

Ação 5.2.1 – Abrir espaço nas reuniões de colegiado para resolução de conflitos e discussões que surjam na temática;

Ação 5.2.2 – Criar e ofertar disciplina sobre questões étnico-raciais e socioeconômicas na grade do curso;

Ação 5.2.3 – Aumentar a representatividade negra no corpo docente;

Ação 5.2.4 – Conscientizar a comunidade acadêmica do programa e divulgar os caminhos institucionais para denúncias de ofensas raciais, de gênero, de classe e outras.

Com o movimento #Metoo e as denúncias dentro da própria UNIRIO, a temática tende, muito justamente e com atraso, a tomar força.

Outra iniciativa que vai ao encontro da coesão da comunidade é a implantação de mecanismos de verificação do cumprimento dos compromissos didáticos, de orientação e relacionamento urbano para docentes e discentes. Estas iniciativas vão incluir também este nosso seminário, reuniões presenciais, reuniões de imersão que a gente possa vir a fazer.

O último objetivo, de número seis, é adequar o programa à realidade de ensino e de pesquisa no contexto da pandemia. Direcionar esforços na área de ensino que levem em consideração a influência da pandemia. Isso vai incluir também a possibilidade de que as aulas sejam híbridas ou mesmo com disciplinas completamente remotas. Isso está em processo de discussão, inclusive, não apenas pelo nosso curso, mas também na CAPES. E direcionar os esforços de pesquisa para a temática do ecoturismo e visitação de áreas naturais no contexto pós-COVID-19. Como já foi citado, nossos pesquisadores já têm algumas publicações sobre a influência da pandemia COVID-19 nas práticas de ecoturismo e conservação de áreas naturais.

Em resumo, nós temos seis objetivos gerais, e foi dado um panorama do que pretendemos fazer até 2024, incluindo, em destaque, a proposta de um novo doutorado — há a possibilidade de que o curso se mantenha remoto ou híbrido — e da criação de comissões de avaliação e comitês de Ética dentro do programa.

Bora juntos nessa aventura? Eu chamo vocês para caminhar junto comigo, junto com o nosso corpo docente, junto com o nosso corpo discente, com a nossa comunidade acadêmica. É uma aventura estar junto com vocês. Por favor, cheguem mais!

Referências

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO. Relatório Sucupira - Coleta CAPES. (2021). Disponível em: <https://bit.ly/3sto8jp>. Acesso em: 21 dez. 2021.

Palestra de abertura

Análise da evolução do ecoturismo e outros segmentos derivados

Zysman Neiman¹

¹ zneiman@gmail.com

Sobre o palestrante

Zysman Neiman é Doutor em Psicologia (Psicologia Experimental com pesquisa em Educação Ambiental) (2007), mestre em Psicologia (Psicologia Experimental, com ênfase em Ecologia Comportamental) (1991), Licenciado em Ciências (1986), Licenciado em Biologia (1986), e Bacharel em Ciências Biológicas (1986), todos pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Pesquisador e Professor Associado IV do Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), e Coordenador da Cátedra “Sustentabilidade e Visões de Futuro”.

Introdução

Farei um panorama do segmento de ecoturismo tanto do ponto de vista acadêmico como do setor econômico.

Pesquise e atuo no ecoturismo desde 1986, quando o termo ecoturismo ainda não havia sido cunhado, o que ocorreu a partir da década de 1990.

Histórico

Um dos maiores problemas, nos últimos anos, são os impactos do turismo como atividade econômica nas localidades onde ocorre, especialmente a modalidade turismo de massa, com o grande fluxo de pessoas que resultam em impactos ambientais, sociais e culturais. Para dar uma resposta a esse tipo de atividade, e com o desenvolvimento do ambientalismo a partir da década de 1980, é iniciado um questionamento desses impactos.

O ambientalismo tenta trazer algumas respostas aos impactos decorrentes do consumismo característico do capitalismo, que contribui para exaurir os recursos naturais. A criação e o uso das Unidades de Conservação (UCs), ou outras modalidades de áreas protegidas, têm, no Brasil, um crescimento exponencial nas décadas de 1980 e 1990.

Uma visão inicial de que a presença humana em UCs causaria impactos ambientais foi motivo de conflito com as comunidades tradicionais residentes em seu entorno nesse período de expansão das áreas protegidas no Brasil.

O tripé da sustentabilidade — dimensões social, econômica e ambiental — influenciará a construção de uma ideia de turismo sustentável. A partir da década de 1990, surge, na literatura científica, o termo ecoturismo.

Ecoturismo

Quando se fala em ecoturismo, deve-se pensá-lo também sobre um tripé: educação ambiental como modus operandi do ecoturismo; produção de benefícios para as comunidades locais; e garantia da conservação dos recursos naturais.

O ecoturismo torna-se uma área de pesquisa, e um conjunto de encontros acadêmicos passam a ter início. O Congresso Nacional de Ecoturismo é o principal desses eventos no Brasil, e teve como

um de seus produtos a criação da Revista Brasileira de Ecoturismo.

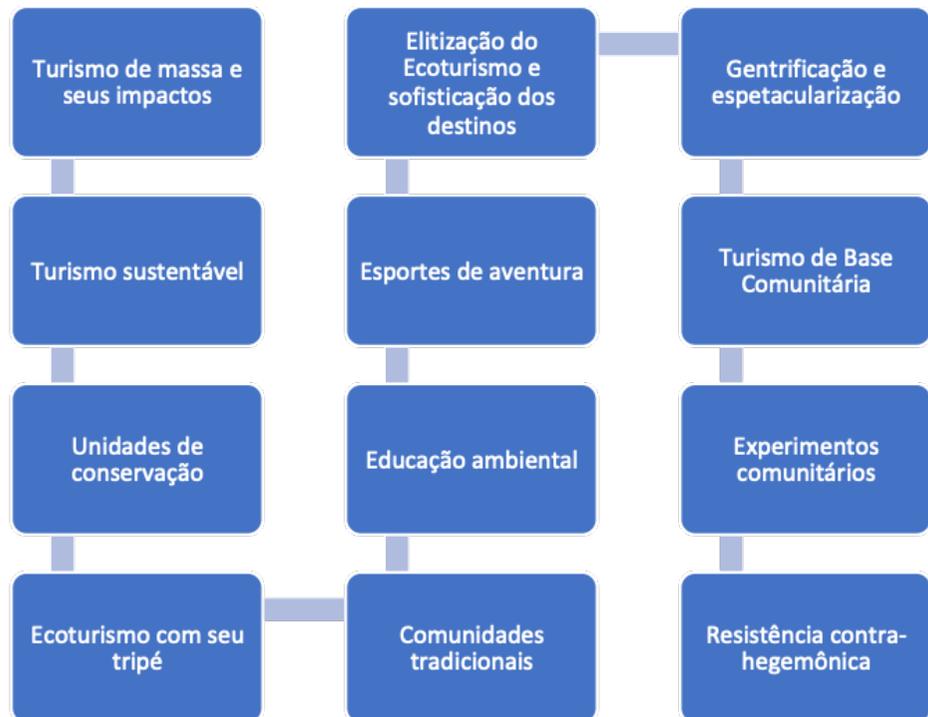
Uma vez que se consolida como segmento, o ecoturismo passa a ter derivações. Uma delas, o turismo de aventura, apesar de não coincidir com o ecoturismo, passa a ser entendido, no senso comum, como seu sinônimo. Muitas agências desenvolvem pacotes com foco no turismo de aventura, mas os vendem como “ecoturismo”; no entanto, sua prática não está assentada sobre seu tripé conceitual, em particular, por não ter a participação das comunidades locais nesse turismo de aventura.

A ocorrência de acidentes e aspectos de segurança do turismo de aventura desencadeiam um conjunto de regulamentações — locais, estaduais e federal — e normas para a implementação da atividade.

Essa regulamentação impacta o setor, e as exigências elitizam a prática devido ao custo de equipamentos exigidos. Ao confundir o ecoturismo com o turismo de aventura, tem-se uma mercantilização que onera a visitação e os pacotes, privilegiando um grupo de pessoas de maior poder econômico e, por conseguinte, promovendo segregação social, gentrificação e espetacularização das manifestações culturais.

Toda essa pressão de gentrificação e espetacularização forma uma preocupação do setor acadêmico e das comunidades tradicionais. Como resposta e após um longo amadurecimento de diversos atores e segmentos, surge o Turismo de Base Comunitária (TBC) como forma de resgate do protagonismo dessas comunidades para gerir o desenvolvimento dessa atividade. O Ecoturismo de Base Comunitária emerge como uma especificidade dentro desse movimento.

Essas mudanças podem ser visualizadas no fluxograma:



Definições importantes

O Turismo de Base Comunitária busca encontrar uma nova lógica contra-hegemônica para a atividade turística, de modo que não ocorram os mesmos impactos verificados sobre o ecoturismo. Para tanto, o TBC pretende organizar a resistência e implementar modelos de gestão alternativos ao capitalismo. Atualmente, dar escala ao TBC sem fazer concessões aos “turistas” — e com o auxílio da

Educação Ambiental Crítica — é um grande desafio do segmento.

Para tanto, temos que buscar a descentralização tanto territorial como funcional do TBC no desenvolvimento do espírito local e da iniciativa pessoal ou coletiva e na organização livre das comunidades, do simples ao complexo, ao invés da hierarquia atual do trade turístico, que vai do centro à periferia.

Todos os membros das comunidades devem ter acesso aos meios de produção e podem exercer o seu trabalho sem nenhuma exploração, seja de instituições governamentais, seja de um proprietário de empresas ou terras.

Em seus territórios, os comunitários devem ter o direito de ocupar a terra de modo igualitário, em que cada um tem acesso à posse, mas a propriedade continua sendo da comunidade, a depender do arranjo local, sendo todos responsáveis pelo bem comum.

Tudo que cada comunitário ganhar com seu trabalho poderá trocá-lo livremente (livre mercado) por qualquer outro produto ou serviço de outro trabalhador.

As comunidades podem, inclusive, até criar bancos e moedas locais.

Resistir, portanto, é a palavra do momento na concepção e implantação de um ecoturismo que se aproxime cada vez mais de seus princípios e diretrizes.

Mesa redonda

Mediação: **Maria Amália Silva Alves de Oliveira**

Turismo da Reforma Agrária

Maria Celeste Lustosa¹
Priscila Araújo

¹ mclust@gmail.com;

Sobre as palestrantes

Maria Celeste Lustosa, advogada, da Comissão para o Turismo da Reforma Agrária, Assentamento Dênis Gonçalves - MST.

Priscila Araújo, da coordenação do Assentamento Dênis Gonçalves e da Comissão para o Turismo da Reforma Agrária - MST.

Introdução

O território brasileiro é rico em pessoas, culturas e belezas naturais. Os assentamentos da Reforma Agrária conquistados pelo Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não são diferentes: os antigos latifúndios improdutivos guardam belezas materiais e imateriais oferecidas pela natureza ou construídas pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais, na forma de cultura.

O site do MST¹, ao tratar da produção e dos assentamentos espalhados por 24 estados brasileiros, contextualiza a Reforma Agrária que o Movimento busca construir: “*Entendemos que a Reforma Agrária Popular é aquela em que, além de buscar redistribuir a terra em todo o país, assume a missão de produzir alimento saudável para o povo brasileiro; conservar os bens comuns dos povos; criar territórios de enfrentamento a toda forma de violência e com novas relações sociais, fundamentadas nos valores humanistas.*”

O programa agrário do MST persegue uma mudança estrutural na relação com o acesso à terra, com os bens da natureza, com os modos de produção e com a organização comunitária camponesa² — campesinato aqui entendido como classe social — no meio rural³. Para além da conquista da terra, da produção agroecológica e da organização do cooperativismo, a relação equilibrada com a natureza e o acesso à educação e à cultura também representam valores fundamentais na prática política do movimento, confluindo todos esses objetivos para o **Turismo da Reforma Agrária**. Esta forma de turismo é uma iniciativa política, solidária e popular para o compartilhamento dos bens naturais e culturais presentes nos territórios da Reforma Agrária. Nesses territórios, a prática política tem a vocação de mostrar à sociedade os benefícios da desconcentração da propriedade da terra levando ao incentivo da produção e comercialização de alimentos saudáveis e sem veneno no contexto da chamada visita turística, provando que desenvolvimento econômico não é sinônimo de agronegócio.

O MST na Zona da Mata Mineira

O MST está presente na Zona da Mata em três assentamentos. Falar do Movimento na região também é abordar a Cooperativa Regional de Cooperação Agrícola da Zona da Mata de Minas Gerais (COOPERARCA-ZM). Ela organiza o conjunto das famílias assentadas na região - algo em torno de 170 núcleos - para gerar melhores condições econômicas e sociais para as camponesas e camponeses. Busca também ser referência na região, com aposta nos valores da direção coletiva e inclusiva, da

transparência e da solidariedade. Ela opera em inúmeras feiras locais e por meio do fornecimento de Cestas Agroecológicas, além de participar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em escolas municipais e estaduais de três municípios da Zona da Mata. A mesma Cooperativa detém a marca de produção de 1 milhão de litros de leite por ano.

Primeira ocupação do MST na região ocorrida em 2005, o Assentamento Olga Benário localiza-se no município de Visconde do Rio Branco, na área da antiga Fazenda Santa Helena, que foi usina de beneficiamento de cana de açúcar desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no ano anterior⁴.

A pressão e a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores levou a propriedade de 760 hectares a abrigar 30 famílias camponesas, distribuídas por zonas de cultivo individuais e coletivas, com uma área de reserva legal e áreas de preservação permanente. Entre as famílias que tiveram acesso à terra, uma quarta parte compreende ex-agregados da Fazenda Santa Helena, de quem foram respeitados os laços com o território. A produção familiar e agroecológica do local compreende hortaliças, milho, grãos, mandioca, queijo, leite, suínos, aves e ovos. Neste ano de 2021, foram colhidas 5 toneladas de feijão, plantado e colhido em mutirão.

O pequeno Assentamento Marielle Franco está localizado no município de Tocantins de Minas, tem área de apenas 50 hectares e abriga cinco famílias que haviam lutado pela terra no Acampamento Gabriel Pimenta. A área pertencia ao Governo do Estado de Minas Gerais e foi destinada à Reforma Agrária. A produção local é de hortifrutigranjeiros, em especial, fruticultura e olericultura.

Já o Assentamento Dênis Gonçalves, de interesse particular para tratar da iniciativa pioneira do Turismo da Reforma Agrária, é o maior dos três, e hoje abriga cerca de 150 famílias camponesas. Está localizado a 40 km de Juiz de Fora, na área da antiga e centenária Fazenda Fortaleza de Santana, abarcando trecho dos municípios de Goianá, Chácara, São João Nepomuceno e Coronel Pacheco.

O Território do Assentamento Dênis Gonçalves: presente e passado

Depois de muitos anos de luta e resistência, acampados às margens da MG-353, centenas de trabalhadoras e trabalhadores rurais sem terra colheram uma vitória importante com a desapropriação da Fazenda Fortaleza de Santana. O decreto foi publicado em dezembro de 2011 e, em maio de 2013, começou o processo de imissão dos trabalhadores rurais na posse. O nome do assentamento homenageia uma criança, um sem-terrinha, do assentamento irmão Olga Benário, que morreu num acidente automobilístico. Os assentados e seus lotes distribuem-se pelo vale, local da antiga sede, e pela Serra da Babilônia, onde fazem, majoritariamente, produção agroecológica de hortaliças, milho, feijão, mandioca, banana, leite, queijo e produtos processados (doces e conservas) e apostam no cooperativismo como modelo de desenvolvimento. O artesanato, especialmente em bambu, tem produção expressiva.

A fazenda, de aproximadamente 4.213 hectares, dos quais 3.000 hectares de Mata Atlântica preservada, possivelmente com alguns trechos de mata primária, foi sesmaria, demarcada em 1811, distribuída aos primeiros beneficiários no início do século XIX, cujos marcos de pedra ainda se encontram no território. Consta ter sido rica produtora de açúcar e café à custa do trabalho de negras e negros escravizados. Edifícios e resquícios de construções incluem uma senzala no porão de um edifício de dois andares, ruínas de uma usina de açúcar e uma casa de máquinas, que guarda equipamento dos anos 1870, usado para o beneficiamento do café, todos em precárias condições de conservação.

Por volta de 1842, o tenente Joaquim José de Santana adquiriu a fazenda, mais tarde herdada e administrada pelo neto Mariano Procópio — nome gravado na história de Juiz de Fora, seja pela organização da imigração de colonos alemães, seja pela criação da primeira escola técnica agrícola na região, seja pelo estímulo econômico à urbanização da antiga vila de Santo Antônio do Paraibuna —, empresário que foi o responsável pela primeira estrada de rodagem construída no Brasil, a União e Indústria.⁵

Mariano Procópio recebeu, em 1865, o casal de naturalistas Elizabeth e Louis Agassiz, que passaram uma semana na fazenda a caminho da Amazônia, para uma longa viagem de estudos e coleta de espécimes. As impressões do casal estão registradas no livro *Viagem ao Brasil*⁶, e dão conta das características da mata, dos animais que então se achavam por lá, do plantio do café e um pouco da rotina das negras e dos negros escravizados, apontada como amena em comparação com outras fazendas brasileiras.

Território também de rebelião: em 30 de maio de 1853, enquanto Mariano viajava com a mulher, Maria Amália, pela Europa, o feitor da fazenda, na função há poucos meses, foi morto por revoltosos. Dos autos do processo de homicídio, compreende-se a dura rotina de trabalho: eram 5 horas da manhã, e os negros escravizados vinham fazendo a segunda viagem de cana-de-açúcar para o engenho naquele dia⁷.

Muito antes da chegada dos colonizadores brancos, ou dos trabalhadores negros escravizados, as encostas e os topos de morros foram habitados por diversos povos originários, conhecidos usualmente como Puri, Coroado e Coropó, pertencentes aos grupos Tupi e Macro-Jê, contemporâneos na ocupação do território, pelo menos por dois séculos, no período pré-colonial⁸. A mata guardava cavernas míticas, inúmeras nascentes de águas cristalinas e muito alimento, e os grupos lá se estabeleceram com perspectiva de permanência, desenvolvendo a agricultura e enterrando seus mortos.

Na Serra da Babilônia, coração do território, em 1874, na caverna que ficou conhecida como Toca da Índia, foram desenterrados inúmeros restos mortais e vestígios funerários, inclusive as únicas três múmias indígenas (uma mulher e duas crianças) totalmente íntegras encontradas no Brasil, material datado do ano 1300 da nossa Era, doado pela família de Mariano Procópio a D. Pedro II⁹, mas infelizmente queimado quando do incêndio do Museu Nacional, em 2018.

Vocação turística

Feito esse breve apanhado de fatos presentes e passados, impossível desprezar e desconhecer a riqueza humana, histórica, econômica, natural e política do território, o que descortina um sem-número de vocações para atrair a visitação turística.

Podemos examinar algumas delas:

História agrária brasileira – toda a história agrária do Brasil pode ser contada no território: a) os diferentes povos originários colheram e plantaram naquelas encostas e cumeadas — os achados da Toca da Índia estão aí para confirmar; b) os negros escravizados plantaram e colheram riquezas de cana-de-açúcar e café — as senzalas, os documentos históricos e a riqueza acumulada não nos deixam mentir; c) o colonato marcou sua presença, especialmente por imigrantes alemães e italianos — há um cemitério de colonos no local, abandonado, e descendentes desses trabalhadores estão por toda a região, assim como as ruínas de prédios construídos com a técnica do enxaimel; d) os trabalhadores rurais, sem acesso à terra, assalariados, vieram com o século XX e são a realidade de exploração que conhecemos; por fim, e) as assentadas e os assentados da Reforma Agrária, realidade do presente, agora com terra, mas na busca de construir um bem mais valioso: a solidariedade camponesa e uma aliança entre o campo e a cidade.

História da imigração – toda a imigração alemã e italiana na região de Juiz de Fora cruza com a existência da Fazenda Fortaleza de Santana. Mariano Procópio foi o primeiro empresário a organizar a vinda de alemães (1858), interessado em mão-de-obra especializada na construção de estradas de rodagem e, por outro lado, em técnicos agrícolas que pudessem melhorar sua produção, além dos colonos. Os prédios e o cemitério são um grande acervo. A técnica construtiva do enxaimel¹⁰, identificada principalmente com os povos germânicos, veio com esses imigrantes. As tulhas e a casa de máquinas, quase em ruínas, são os únicos exemplares, na Zona da Mata Mineira, de prédios destinados ao trabalho e à produção construídos nesse padrão.

Diáspora negra – escravidão – a cultura e o trabalho dos povos negros escravizados estão por toda parte em Minas Gerais. Muito ensinaram na música, na culinária, na medicina popular e nos ofícios.

Cada nação com seu conhecimento específico. O povo Mina dominava a siderurgia e a mineração — permaneceram anônimos, mas foram fundamentais na extração dos metais preciosos¹¹. Com o descobrimento das minas, a antiga província tornou-se a região brasileira de maior concentração de negros escravizados, situação que perdurou até o final da escravidão oficial. O declínio do ouro e do diamante provocou um fenômeno que deixou marcas em toda a Zona da Mata: os capitais acumulados passaram a ser empregados na expansão da fronteira agrícola local, especialmente no cultivo do café, havendo um deslocamento interno da mão-de-obra negra escravizada. Mariano Procópio foi um dos maiores negreiros de Minas Gerais, mancha que vinha de família: seu pai e seu avô enriqueceram como tropeiros, negociando, especialmente, gente. A antiga Fazenda Fortaleza de Santana é um exemplo material dessa realidade.

Turismo na natureza – a beleza do vale e da Serra da Babilônia, cortada por inúmeras nascentes de água, é um convite a uma interação verdadeira com a natureza. Há paredes desafiadoras para escalada e rapel, mais de 3 000 hectares de matas para serem percorridos em trilhas curtas e travessias e muita vida silvestre a ser apreciada: répteis, anfíbios, mamíferos e aves, muitas aves. Um açude, hoje quase completamente coberto por vegetação aquática densa (taboa, chapéu-de-couro, alface-d'água etc.), cujo espelho d'água tem uma área superior a 3 hectares, é uma possibilidade para a prática de algumas atividades aquáticas, como caiaquismo, remo e nado. O lago foi descrito, em 1865, por Elizabeth Agassiz, no livro referido acima. Além desse enorme corpo d'água e do rio Cágado, que corta um grande trecho da mata, há pequenos pântanos e alagados, locais privilegiados para avistamentos da fauna local.

Observação de aves – tratamos as aves em separado porque são realmente muitas espécies presentes no território e porque foi uma das atividades desenvolvidas na primeira experiência de visitação, fruto de uma parceria entre o Assentamento e o Clube de Observação de Aves de Juiz de Fora (COA-JF)¹². Até o momento, temos 266 espécies avistadas nas áreas de campo, corpos d'água e borda de mata. Pela experiência dos experts em aves, quando tivermos percursos que cortem a mata mais fechada, esse número deve subir em torno de 30%. Para que se tenha uma ideia dessa grandeza, consultando a plataforma Wikiaves¹³, em fevereiro de 2021, descobrimos que esse número de avistamentos é superior ao registrado no Parque Estadual do Ibitipoca (136 espécies) e no Parque Estadual do Brigadeiro (160 espécies), todos na Região Sul da Zona da Mata Mineira. Por certo que ainda não descobrimos uma ave realmente rara no território, como a saíra-apunhalada (Mata Atlântica do Nordeste), a maria-leque-do-sudeste ou o gavião-de-penacho (Mata Atlântica do Sudeste), mas a esperança permanece.

Cultura camponesa – por último, e com igual importância, listamos a vivência da cultura camponesa. Há um público enorme que gostaria de conhecer como vivem as assentadas e os assentados da Reforma Agrária, onde moram e em que condições materiais, como e onde são cultivados os alimentos agroecológicos que consomem. E ainda os que gostariam de trabalhar a terra e compartilhar a vida rural por um período, especialmente curiosos das práticas cooperativas e solidárias, que fazem brotar dessa experiência turística uma categoria diferente, porque em todas essas práticas está impressa a luta pela desconcentração fundiária, pela produção de alimentos saudáveis acessíveis à população e pela decisão política de que são bens comuns a toda a sociedade os atrativos naturais, culturais e arqueológicos presentes nos territórios da Reforma Agrária.

Há ainda inúmeras outras formas de vivência e visitação do território, como os intercâmbios técnicos e culturais, sejam nacionais, sejam internacionais; os projetos de extensão, nas áreas de biologia, agroecologia etc.; e os projetos de pesquisa, por exemplo, na área da arqueologia.

Organizando a primeira experiência

No começo de agosto de 2021, foi tomada a decisão de organizar uma primeira experiência de visitação em grupo, para colocar em prática o princípio de que os bens naturais e culturais presentes nos territórios da Reforma Agrária são bens comuns à sociedade. Ao longo de 45 dias, aproximadamente, o

evento foi sendo organizado e envolveu 17 pessoas no trabalho. As responsabilidades foram repartidas de forma coletiva e cobriram propaganda e comunicação, construção de apoios institucionais, ordenamento de aspectos legais, orientações sanitárias, acolhimento e administração financeira, além, é claro, do trabalho na preparação das refeições e compras prévias, internas e externas, e da limpeza, organização e decoração do espaço. Um grupo menor, de quatro a cinco pessoas, trabalhou durante todo o período, enquanto o restante atuou nos dias que antecederam o evento e no próprio dia.

A publicação das primeiras chamadas nas redes sociais despertou enorme interesse, atingindo, inclusive, pessoas fora do Brasil. Publicações regulares, na forma de teasers, foram sendo feitas ao longo das semanas, e em pouco tempo, além das 40 vagas oferecidas, tínhamos cerca de 20 pessoas em lista de espera. Contamos com o apoio remoto, mas cuidadoso, da professora Luciana Bittencourt Villela, do curso de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora. Com ela, discutimos algumas ideias práticas e encaminhamentos para o dia. Foi dela a sugestão e a elaboração de um formulário de avaliação da atividade, aplicável no fim do evento.

Decidimos que formaríamos quatro grupos de visitantes, cada um com dez pessoas. Dois grupos visitariam os produtores conhecendo os espaços de cultivo, a história do produtor no MST, a agroindústria e poderiam fazer algum tipo de plantio. Um terceiro grupo faria a caminhada à Toca da Índia, percurso de 7 km, ida e volta. O último grupo seria o de observadores de aves, que caminharia cerca de 8 km por estradas rurais, margeando, no trecho final, o açude referido. Todos seriam recebidos na cidade de Chácara, distante 12 km (estrada de terra) do Assentamento. O pacote, pago com antecedência, incluía café da manhã, almoço e a companhia de condutores locais durante o passeio. A partir do retorno para o almoço, marcado para as 12h30 / 13h, seria realizada uma feirinha com produtos locais e regionais. Cumpridas as atividades, cada um ficaria livre para se retirar na hora que fosse conveniente. Foi exigido de todos os participantes que comprovassem estar em dia com o calendário de vacinação e que usassem máscaras para proteção contra a COVID-19 enquanto estivessem no território.

Foi adquirido um chip telefônico e criado um endereço no Instagram, por onde nos comunicamos com o mundo exterior. O número telefônico, em especial, foi o canal para explicar para os interessados como seria a dinâmica da visita e o que exatamente estávamos oferecendo. Esse mesmo telefone serviu como ligação com jornalistas interessados em saber a experiência e com pesquisadores que buscavam informações sobre a iniciativa. Tivemos alguns apoios importantes. A Prefeitura de Chácara montou uma enorme tenda (15 m x 7 m, aproximadamente) sob a qual foram servidas as refeições; também contribuiu com o aluguel de 15 mesas e 60 cadeiras. O Centro Cultural da cidade de Goianá emprestou pratos e talheres para viabilizar a festa. Tivemos muito rigor com a organização e limpeza do local, especialmente dos banheiros. O COA-JF ficou responsável por montar um grupo de sócios interessados e repassar informações técnicas e de logística. Haveria água potável disponível em todos os pontos de apoio. Embora os visitantes tivessem sido orientados a levarem um lanche para o período entre o café da manhã e o almoço, todos os condutores estariam carregando alguns snacks para oferecer aos visitantes.

25 de setembro de 2021

O sábado começou cedo, num esforço conjunto de receber bem os visitantes (Figura 1). Uns terminavam a decoração do espaço, outros preparavam as refeições, outros se deslocavam para receber os visitantes no núcleo urbano de Chácara. Os sanitários receberam um último toque de cuidado e a mística de boas-vindas foi repassada, poesias e músicas lembradas e participações distribuídas. O dia nublado não mostrava a melhor faceta da paisagem, mas foi providencial para proteger as visitantes e os visitantes do sol forte da serra.



Figura 1. - Mística de abertura do evento turístico. Foto: Dowglas Silva, 25/09/2021.

Passava um pouco das 6h quando chegou o grupo dos observadores de aves, que vinham fazer o jejum mais cedo porque tinham pressa em pegar os animais na hora mais fresca do dia. Ficaram tão encantados com a hospitalidade, a acolhida e o café da manhã servido, que se esqueceram das horas e ainda comiam os últimos pedaços de bolo e finalizavam o café fresquinho quando o resto do grupo começou a chegar. Enquanto o primeiro grupo partia para o campo com dois condutores locais, os outros visitantes se acomodavam às mesas e desfrutavam da segunda leva do café da manhã. Bem alimentados, foram saudados com a mística poético-musical, carregada de referências à luta e à conquista da terra.

Os caminhantes da Toca da Índia seguiram de carro até o lote onde a trilha começa, também acompanhados de dois condutores locais, e tiveram a possibilidade de desfrutar da vista do vale, da subida da Pedra da Babilônia e de conhecer um pouco da história da descoberta das múmias indígenas, contada por um dos assentados e complementada, de forma inesperada, por uma professora do curso de Arqueologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, que fazia parte do grupo, a Dra. Luciane Monteiro Oliveira.

A visita aos produtores locais reuniu 20 visitantes que empregaram a manhã na conversa com as assentadas e os assentados, compreenderam o que levou cada uma e cada um à luta pela terra, conheceram as condições de moradia, visitaram áreas de plantio e de beneficiamento dos alimentos produzidos localmente e puderam pôr a mão na terra, tanto para o plantio de mudas de hortaliças quanto de espécies florestais locais, abraçando o plano nacional do MST, “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”.

Todas e todos reunidos de volta para a última refeição encontraram montada na tenda uma feirinha não só com os produtos servidos no café da manhã como também com aqueles usados no almoço, que logo chegaria à mesa. A alegria imperava entre os que visitavam e os que recebiam. Crianças corriam para lá e para cá. Quem tinha ido ver as aves mostrava, orgulhoso, as fotos de algumas das 77 espécies avistadas no dia. Os caminhantes queriam saber de mais trilhas e mais histórias. E todas e todos compravam e comentavam os produtos agroecológicos que iriam levar para

casa.

Um sucesso era a impressão generalizada.

As notícias e fotos publicadas nos sites do MST14 e do g115 podem dar uma ideia mais completa de como transcorreu o dia do ponto de vista de quem organizou e do de quem foi desfrutar do local.

Avaliação da atividade e reflexões para o futuro

Mais de uma reunião foi realizada para avaliar os resultados dessa primeira experiência. O formulário com a pesquisa de satisfação dos visitantes teve uma adesão de quase 60%. Avaliações muito positivas em relação à organização, à alimentação, à acolhida e aos atrativos oferecidos.

Para as assentadas e assentados, afora a alegria de terem conseguido organizar, de forma eficiente e humanizada, as atividades oferecidas, ficaram questões para o futuro.

Embora a primeira experiência tenha sido organizada e pensada exclusivamente pelos moradores do núcleo da Serra da Babilônia, viu-se a importância de os próximos eventos envolverem os núcleos do vale, para que a apropriação das possibilidades econômicas e sociais sejam efetivamente feitas pelo coletivo do Assentamento.

Um mundo de possibilidades e entendimento se abriu com a iniciativa, levando várias assentadas e assentados a perceber que é importante buscar formação específica para que o acolhimento de futuros turistas seja feito levando em consideração padrões de qualidade e saúde que contemplem os dois lados.

Houve a percepção de que as diferentes estações do ano possam não ser igualmente propícias para receber grupos de visitantes devido tanto ao regime de chuvas da região e ao estado das estradas rurais como aos momentos de maior demanda de trabalho relativo à produção agrícola.

Refletir coletivamente sobre os pontos positivos e negativos de receber visitantes no território — sem perder de vista que tal reflexão deve levar em conta que os bens naturais, materiais e imateriais presentes no território são bens comuns ao conjunto da sociedade e com ela devem ser divididos — é uma questão que permanece.

Sem esgotar a totalidade das questões envolvendo a pertinência política e uma gama quase infinita de possibilidades a serem trabalhadas na organização de eventos futuros da mesma natureza, a prática conjunta trouxe a compreensão de que não só haviam nomeado uma nova categoria, que pode vir a ser adotada e estudada pela academia, como haviam posto em prática pressupostos do Projeto da Reforma Agrária Popular no campo do Turismo. Ou, em outras palavras, uma compreensão prática do conceito de Turismo da Reforma Agrária forjado naquele território.

Conclusão

A experiência de visita turística ao Assentamento Dênis Gonçalves, do MST, não só foi bem-sucedida — em termos de capacidade de comunicação, organização e condução em segurança de um público interessado em conhecer as práticas culturais e as belezas naturais de um território da Reforma Agrária — como também delimitou um conceito de Turismo da Reforma Agrária cunhado localmente e que aponta uma categoria totalmente dissociada, por seu conteúdo político, do Turismo de Base Comunitária, do Turismo Ecológico ou ainda do Turismo Rural.

O Turismo da Reforma Agrária está umbilicalmente ligado ao Programa Agrário do MST, que hoje é a proposta de Reforma Agrária Popular, e não tem vida própria sem ele. Seus principais objetivos — por meio dos atrativos já abordados no presente trabalho — são mostrar à sociedade os efeitos práticos e saudáveis da desconcentração de terras, o que possibilita a produção de alimentos saudáveis, a preço justo; o desenvolvimento econômico para as famílias camponesas, baseado no respeito à natureza, organizado de forma cooperativa; e o acesso a bens naturais e culturais presentes nos territórios conquistados pela luta das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais sem terra em benefício de toda a sociedade.

Lutar! Construir a Reforma Agrária Popular!

Referências

1. <https://mst.org.br/>
2. <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>
3. STÉDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2016, p. 15-17.
4. TEIXEIRA, Manoel Tadeu. Assentamento Olga Benário: um estudo de caso da espacialização da luta pela terra na Zona da Mata Mineira. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa – Viçosa, 2012.
5. LACERDA, Antônio Henrique Duarte. Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a Família Ferreira Armonde (1751-1850). Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense - Niterói, 2012.
6. AGASSIZ, Louis et Elizabeth Cary. Viagem ao Brasil: 1865-1866. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
7. GUIMARÃES, Elione. Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora. Juiz de Fora: FUNALFA, 2001.
8. OLIVEIRA, Ana Paula Loures de (org.). Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata Mineira. Juiz de Fora: Editar, 2006.
9. BELTRÃO, Maria da Conceição e LIMA, Tânia Andrade (org.). Mumificações naturais na pré-história brasileira: um estudo de caso. Revista de Arqueologia, p. 3-39, 1986.
10. CARVALHO, Naiara Amorim. Entre Fazenda Fortaleza de Santana e Assentamento Dênis Gonçalves: projeto de intervenção no conjunto edificado da sede. Dissertação de Mestrado em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos, Universidade Federal da Bahia – Salvador, 2018.
11. ZEMELLA, Mafalda. O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1990.
12. <https://www.facebook.com/groups/coajuizdefora>
13. <https://www.wikiaves.com.br/>
14. <https://mst.org.br/2021/09/27/mst-inicia-experiencia-de-turismo-da-reforma-agraria-na-zona-da-mata-mineira/>
15. <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2021/09/28/mst-realiza-primeira-acao-de-turismo-da-reforma-agraria-na-zona-da-mata.ghtml>

Mesa redonda

Mediação: **Marília Luisa de Oliveira**

Conflitos ambientais e sociedades de risco

Ivaneide Cardozo

Sobre a palestrante

Ivaneide Cardozo, conhecida como Neidinha Suruí, é mãe indigenista, historiadora e Coordenadora de Projetos da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé no estado de Rondônia.

Introdução

Eu sou aqui de Rondônia, trabalho com povos indígenas. A Kanindé é uma organização que trabalha com 21 povos de Rondônia, do Mato Grosso e do Amazonas, e, com a pandemia, a gente estendeu o trabalho até o Pará. Com o pessoal do Pará também, fomos um pouco mais longe. Também distribuímos cestas básicas em São Paulo, mas a gente tem um trabalho muito mais focado aqui.

O tema que me deram era o tema de pensar e de falar sobre o turismo!

Eu vou falar da proposta dos Paiter Surui que vivem na terra indígena Sete de Setembro, que fica no centro do estado de Rondônia, no município de Cacoal. Para tomarem a decisão de fazer um projeto de turismo, eles primeiro fizeram um diagnóstico da sua terra, isso lá em 2000/2002. Naquela época, eles tinham uma preocupação muito grande que era: como combater o desmatamento, gerar renda e fortalecer a sua cultura.

E aí, eles fizeram um plano de gestão para 50 anos e convidaram a Kanindé para ajudá-los nesse plano de gestão.

A gente estranhava e perguntava para eles: “Mas por que vocês estão fazendo um plano para 50 anos?”, e eles diziam que era porque estavam fazendo planos para o povo deles. Eles não estavam fazendo um período de política que nem os políticos fazem, mas pensaram no povo deles no território.

E durante esse trabalho do território, com o diagnóstico que fizeram, eles viram que 7% do seu território estava desmatado, e pensaram como recuperar a terra, como devolver à terra aquilo que dela tinha sido tirado.

E no plano de gestão do território deles, eles incluíram reflorestar a terra e fizeram várias propostas, desde a educação até a saúde. Mas, entre as várias propostas que fizeram, uma proposta era de fazer o turismo no seu território, porque consideravam que, entre as várias formas de desenvolver, o turismo era uma maneira que eles viam que podia fortalecer a cultura, gerar renda e contribuir para a proteção do território.

Naquela época, isso era 2002/2003, a Funai ainda não permitia turismo em terra indígena. E aí, eles planejaram, então, fazer um projeto de um plano de turismo para o território e eles prepararam o plano de turismo durante dois anos. Foi preparado o plano de turismo discutindo com toda a comunidade, feita uma consulta a toda a comunidade, e, a partir desse plano de turismo, eles passaram a investir na formação das pessoas que iam atuar no turismo.

Olha, vocês vejam que eu tô falando de 2002 e nós estamos em 2022. Eu tô falando de decisões tomadas 20 anos atrás, né? Há muito tempo! Nesses 20 anos, eles investiram na formação dos Paiter

Surui e investiram, inclusive, em formar um jovem indígena em turismo, que é o Gasodá Surui que se formou em turismo. Ele é turismólogo, ele hoje está fazendo doutorado e além de investir nessa formação, eles investiram em outras formações como administração e biologia, numa série de formação do seu povo.

Com o plano de turismo, eles começaram. O Gasodá Surui começou a desenvolver o turismo na sua própria aldeia. São 28 aldeias na Terra Indígena dos Paiter Surui.

E o Gasodá criou um centro. Nesse centro dentro da aldeia, eles prepararam, um pouco afastado da aldeia, um local para poder receber os turistas. É um centro preparado para receber o turista que tá, que quer passar um dia ou dois. É um centro para quem gosta mais de aventura, que está mesmo disposto a dormir na mata, uma coisa mais rústica. E eles recebem os turistas, né, e falam da sua cultura, levam para conhecer alguns lugares falam e falam da cultura, mas, antes disso, eles tiveram uma formação.

A Kanindé levou eles para Mamirauá para ver como funcionava o turismo. Então eles tiveram todos uma formação e fizeram intercâmbio. Quando volta, o Gasodá, tem uns quatro anos atrás, inicia essa atividade de turismo dentro da sua aldeia.

Nas outras comunidades tem um museu que funciona dentro da aldeia para visitação, que também recebe os turistas para visitar o museu, e quem visitar tem acesso ao artesanato. Em todas, tem acesso a adquirir artesanato do indígena.

E tem uma outra aldeia aqui que também está preparando no mesmo estilo que o Gasodá, da Surui, da aldeia dele, que também é a aldeia da minha nora.

Eles também estão preparando a sua aldeia para receber turistas. Recentemente, no ano de 2021, eles passaram por várias oficinas de turismo, para retomar, reciclar e relembrar.

E nessa oficina de turismo, participaram vários órgãos, inclusive pessoal da imprensa, empresários locais que estão em comunicação e eles estão preparando agora, na Aldeia Lapetanha, a construção de um local para receber turistas também, mas aquele tipo de turista que gosta de ficar no local um pouco mais sofisticado, um pouco mais, né, com um pouco mais de conforto. Então, eles estão construindo aquilo que se chama de bangalocas, que são pousadas com estilo indígena, né, que mistura materiais não indígenas com o modelo arquitetônico indígena.

Para receber esses turistas, provavelmente, acho que, lá para janeiro, fevereiro, eles estarão inaugurando esse espaço. E o turista que vai para terra indígena, ele tem vários atrativos para ver. No caso quem for para o Lapetanha, vai ver o reflorestamento, eles têm o reflorestamento. Quando eu disse no começo da minha fala, quando eles fizeram o diagnóstico, tinha 7% do território desmatado, e eles resolveram recuperar a área deles.

E como eu estava dizendo, ele, o turista, que vai ver o resultado de uma luta indígena de conter o desmatamento. Ele vai ver o reflorestamento que é o resultado de uma luta de conter esse desmatamento na Terra Indígena que esse é um dos atrativos. Eles têm três experimentos completamente para a pessoa ver, desde recomposição de uma área degradada, de uma área que era floresta e que foi tirada as essências principais, com a área de campo que eles recuperaram, com área de capoeira. É super interessante a visita no reflorestamento, porque isso tá muito na alma dos Paiter Suruí, que é o compromisso deles com a floresta em pé.

Eles têm muito compromisso com a floresta em pé e eles têm, assim, algo muito especial para eles levarem os turistas. Lá, os turistas irão plantar árvores, porque eles têm viveiro. Então a ideia é que o turista não vá só passear, mas que ele ajude a recuperar também o espaço, com plantio de árvore, com trabalho, um pouco de educação ambiental, com essa coisa da floresta. E eles têm café, eles são produtores de café e de sistemas agroflorestais. A ideia é que também o turista tenha essa experiência de ir numa roça indígena, visitar um sistema agroflorestal, para que ele veja como funciona, que ele participe dessa vivência.

Têm apresentações culturais que eles vão fazer para que os turistas possam conhecer a cultura, que eles possam também entender como é a cultura indígena, o valor dessa cultura indígena. E que o

turista possa sair de lá e visitar todos esses lugares. Tanto lá do Gasodá quanto no museu quanto no Lapetanha e em outras áreas da terra indígena.

Porque a ideia é envolver a pessoa que for visitar para que ela também possa se tornar uma defensora do território indígena, para que ela possa contribuir com a floresta em pé e que passe a valorizar a cultura indígena. E aí vai ter acesso ao artesanato, a toda essa vivência dentro do território.

Esse é um trabalho que eles estão fazendo, visando a sustentabilidade e a união do povo, mas também é essa questão de envolver a sociedade para que ela passe a ser um guardião da floresta, para que ela também possa entender que, neste momento de extremo perigo que o planeta passa com as emergências climáticas, que essas pessoas possam contribuir com a defesa da Amazônia, com a defesa dos povos indígenas e com a defesa da floresta!

Obrigada!

Cris Faustino

Sobre a palestrante

Cris Faustino é Assistente Social, feminista negra e ambientalista e faz parte do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Ceará.

Introdução

Obrigada pelo convite e pela oportunidade de estar aqui para falar um pouco sobre o que a gente pensa em construir em relação à questão ambiental, né?

Primeiro, agradecer a Neidinha aí por esta fala, que traz uma experiência, que é uma experiência, no meu entendimento, acho que no dela e no da maioria de nós, né, do diferente, de resistência dos povos indígenas, que são assim mesmo, referências de resistência dos povos negros, dos povos indígenas, porque a vida inteira, aqui neste País, o projeto foi dizimar, escravizar, expulsar, cometer genocídio, acabar com essa diversidade na exploração. E no segundo momento ao mesmo tempo destruída.

Então, essa experiência, uma experiência que eu identifico uma experiência de resistência, uma experiência de autodefesa frente aos conflitos, aos impactos das pressões ambientais, os territórios indígenas, mas também não só, né, os povos indígenas. Suas lutas, a forma como pensa a sociedade, como se relaciona com os ecossistemas, com a biodiversidade, são formas de gestão baseadas na conservação, no reconhecimento dos ecossistemas, reconhecimento dos outros entes, dos entes naturais como importantes. Tem sido mesmo e si próprio, mas também importante para o bem comum da sociedade, então, quero agradecer essa fala!

Aí quando eu vejo esse tema conflitos ambientais e sociedade de risco... que a Neidinha já traz a resistência. Eu fico pensando, eu fico fazendo vários questionamentos... acho bom, porque a gente fala muito sobre esses temas ambientais, conflitos ambientais, racismos ambientais. Mas cada vez a gente pode puxar linhas diferenciadas, né, pontos de vistas, jeito de olhar as questões de formas diferentes, mas que caminham para conclusões de denúncia, mas conclusões de possibilidades, né?

Aí, uma primeira pergunta que me veio à cabeça: certo, mas o que são, o que são os conflitos ambientais dos termos que nós estamos falando aqui? O que são conflitos ambientais? Por que eles acontecem? Por que esses conflitos acontecem e quais são os seus agentes, quais são os agentes envolvidos nesses conflitos e quais são as relações estabelecidas entre esses agentes? Eu acho que são questões fundamentais para a gente pensar os conflitos ambientais e nos ajudam a compreender. Acho que uma primeira coisa relevante desse ponto de vista, é que os conflitos ambientais no Brasil, na América Latina e, de forma geral, nos países do sul global, eles estão marcados por uma pressão, né, uma pressão do capitalismo, uma pressão consumista, né, capitalista, sobre os territórios, sobre a terra, sobre a água, sobre os ecossistemas de modo geral. Existem aí objetivos de exploração das

riquezas ambientais e socioambientais, né, para geração de lucro e para sustentar sociedades que são explicitamente insustentáveis, sociedades baseadas no alto consumo de energia, de minério, de petróleo, sociedades que são marcadas por uma ideia de que tudo que é diverso, né, tudo o que é de múltiplo precisa se transformar em um único, né, precisa tudo virar monoculturas, né, ou na monocultura de soja, uma monocultura de hortifrutí, lá na monocultura de gado, na monocultura de pensamento, monocultura de culturas. É um percurso que tem por método, e por princípio por certo, transformar tudo numa coisa só! Inclusive os desejos, inclusive, os afetos. Eu tenho, você tem essa pressão capitalista, não é especialmente no Brasil e na América Latina. Ali na economia global, essa pressão se materializa através de políticas e projetos econômicos que demandam vastos territórios, que demandam a riqueza dos ecossistemas, né, que demandam até o vento, né, que demandam água quente, água, muita água, né, que demandam muita terra, né, que demandam vastos territórios, que demandam ecossistemas de um modo geral, que demandam a floresta, que demandam, enfim, toda a riqueza do diverso em termos ambientais ecológicos, mas também do diverso em termos de grupos sociais, né?

Então a gente tem essa pressão e tá muito baseada na ideia de que determinados países, principalmente do sul global, são destinados a produzir matérias-primas para sustentar o mundo, né, vender essas matérias-primas que são transformadas em outros países mais ricos, e voltadas em forma de objetos para consumo, né. É assim, né, com preços maiores para suprimentos de consumo e demanda de mercado, embora a gente tenha essa coisa do econômico, né, muito forte como *liga-mãe*, vamos dizer assim, dessa pressão sobre os territórios. Essa pressão, ela não é somente econômica, ela não tem, a gente não separa esse processo econômico, né, de processos políticos, porque é para você fazer assentar determinados modos de economia e de exploração, uso, exploração da terra e do território. Você precisa ter o arcabouço político e jurídico que justifique que avalie esse tipo de uso e exploração predatória em larga escala, carregada de veneno, carregada de exploração do trabalho, carregada de contaminação dos ecossistemas, né?

E também são projetos que têm um forte apelo cultural, né, os grandes projetos de mineração, de agronegócios, energia, extração de petróleo. E tudo que a gente for falar de atividade de altas escalas de ocupação e exploração, né, de territórios. Eles também têm uma incidência cultural, né, sobre a comunicação, sobre as mídias, sobre os intelectuais, sobre as próprias comunidades que são afetadas que, muitas vezes, né, é são assediadas ou acabam considerando os valores externos o valor da acumulação de dinheiro, valor da apropriação privada, dos bens comuns, como sendo meta de todo mundo, né?

Então, os conflitos ambientais, eles são ambientais atravessados por projetos econômicos, por formas de fazer política, por formas de pensar o cotidiano, a vida e a cultura, né? E aí os monocultivos que engolem tudo, toda a diversidade; engole floresta, engole mangue engole duna, engole rio e minérios... enfim!

Então, frente a essas necessidades do capitalismo vamos dizer, né! Porque os conflitos ambientais, eles são uma demanda do sistema capitalista e dessas formas de exploração e de produção de pobreza e de produção de múltiplas desigualdades e conflitos ambientais. Eles são demandas, porque os espaços, os territórios que são demandados, eles não são territórios vazios, nem de ecossistemas, nem de possibilidades dos chamados recursos naturais, mas nem também de gente. Geralmente, os territórios são ocupados por comunidades que vivenciam a ancestralmente ali naquela região, que estabelecem relações culturais, que estabelecem relações de trabalho com a natureza, que estabelecem relações religiosas, relações e até relações afetivas. Então, nos territórios demandados, você tem diferentes modos de vida, diferentes modos de pensar o que é o bem-viver, o que é inclusive o próprio desenvolvimento, diferentes modos de pensar, o que é a vida cotidiana. Só que essa diversidade, ela é extremamente prejudicada e nesses territórios estão as pessoas que habitam ancestralmente, né, e que, nela, desenvolve essa multiplicidade. Então, essas comunidades vão dizer que são, representam os lados fragilizados nos conflitos ambientais, né, são elas mesmas que fazem a resistência, que trabalham

tanto para manter seus modos de vida até apoio, visibilidade, fortalecimento, reconhecimento desses modos de vida, mas também dos ecossistemas e da biodiversidade, né, que servem a toda a humanidade.

Então, é bastante legítimo e é uma estratégia de legítima defesa a resistência indígena, a resistência dos Sem Terra, a resistência quilombola, a resistência dos sem-teto, né, a resistência da população negra de um modo geral, a resistência das comunidades de pesca artesanal, a resistência das comunidades de fundo de pasto, a resistência das comunidades quebraadeiras de coco, enfim, são muitos e múltiplos sujeitos que são afetados, que são prejudicados, que se veem na situação de estarem sempre lutando pelos seus direitos, mas que faz essa resistência que deve ser para nós, para todos, todo o resto da sociedade, né, exemplos e referências, é de como se promove, como se constrói a diversidade sociocultural, como se conserva os ecossistemas e a biodiversidade cultural e de como se enfrenta os altos níveis de integração ambiental, que é também degradação social, uma vez que esses modos de vidas e essas sociedades estão situadas, estabelecem vínculos com a natureza, vínculos com os ecossistemas.

Então, a degradação ambiental, ela é também a degradação social, e até porque nós, seres humanos, nós dependemos de uma qualidade ambiental para a gente viver, nós precisamos de qualidade ambiental pra gente se alimentar, pra gente respirar, pra gente tomar banho, pra gente comer, para a gente matar a sede.

Então, a gente, embora nossa sociedade tenha feito uma incrível movimentação, né, de descolar nós, humanos, nós, humanidade da natureza, né, nós somos colada a isso, e é por isso que a gente precisa agradecer muito a vocês e comunidades tradicionais por fazerem esse trabalho de resistência, né!

Considerando que os conflitos ambientais acontecem na vida real material nos diversos territórios, me vem uma outra pergunta que é: Tá, mas e o que é que são as sociedades de risco, né? O que é uma sociedade de risco, né? Aí a gente pode puxar várias pontas, né? Inclusive, assim, viver é um risco, né, a humanidade, né, individualmente e coletivamente, ela é uma aventura, né, aventureira na Terra, um risco, né?

Então a gente pode dizer, né, que é caracterizar a sociedade de riscos ambientais, e como isso se articula com os conflitos ambientais pensei um pouco sobre isso, né?

Aí uma coisa que me vem aqui na memória, né, é que os conflitos, na memória, na fala, sistematização inclusive na repetição, que a gente faz o que a gente diz por aí, né, os conflitos ambientais, eles são, necessariamente, atravessados por múltiplas dificuldades históricas, né, como o racismo, como o patriarcado, como a hetero cis normatividade, né? São estruturas de desigualdade, que naturalizam mesmo o poder dos homens e mulheres brancas e dos poderes e os privilégios dos homens e mulheres brancas e a prática de violência contra os povos originários e a população negra, ou seja, ela urbana, seja ela camponesa, rural, camponesa, então, uma marca desses conflitos ambientais, né, e que é fator de risco que eu acho para essa incrustação das desigualdades estruturais, dentre elas o racismo dentre elas o patriarcado.

O patriarcado são, em geral, ou, em geral os homens brancos, estão na frente das funcionalidades que são os principais agentes violadores de direitos, geradores de conflitos ambientais, né? São os homens brancos, as mulheres brancas em menor medida, mas são os homens brancos que estão na política, pensando sobre o a política; mas não tem representação, comunidades afetadas não têm representação da política, são esses mesmos homens, é sua gente, seus ancestrais que estão no sistema de justiça, que estão nos altos cargos públicos no Estado, que é o que. Muitas vezes, é o violador de direitos, aliás, não existe a violação de direito das comunidades tradicionais e conflitos ambientais sem uma agência, seja por omissão, seja por ação mesmo do Estado, né, mas o Estado, ele é carente, né?

A nossa democracia é forjada na desigualdade. A gente vive num país, né, que surge a partir da dizimação, da escravização, do genocídio da população negra, da apropriação privada dos territórios

originários da exploração da biodiversidade e da natureza, se a gente for pensar os ciclos econômicos do Sul Global. Ele vai ser histórico, ele vai ser, desde sempre, baseado na apropriação privada da terra e na exploração exaustiva da biodiversidade!

E aí vale a pena... alguns pensadores e ambientalistas têm pensado principalmente nessa linha decolonial, né, para a gente pensar em futuro melhor, para a gente pensar, assim, que nós temos como enfrentar os dilemas dos problemas ambientais do nosso tempo, a gente precisa reconhecer que a história dos ecossistemas, a história das relações com a natureza, elas são anteriores à colonização e os povos que aqui estavam, né, e os povos que também foram capturados, escravizados. Tem um profundo conhecimento dos ecossistemas e da biodiversidade não estabelece, nunca estabeleceram, apesar de vários processos, né, corruptíveis, vamos assim, será sempre estabelecendo relações com os ecossistemas, que são relações de conservação de proteção, de respeito e qualidade, inclusive de reconhecimento dos ecossistemas como entes importantes às religiões de matriz africana, de matriz indígenas fazem a natureza e os ecossistemas como centrais como... regidas por divindades ou como representações de divindades. Então, não é à toa que, nos territórios tradicionais, quilombolas, indígenas e pescadores, para você, vai ser uma realidade ambiental totalmente diferente das populações urbanas, dos territórios urbanos, em termos de presença ambiental, da presença de floresta porque esses povos, tem uma vida, uma vida marcada por isso e historicamente marcada por isso.

Então, se quem pode muito nos ensinar para enfrentar esses tempos, né, para enfrentar a degradação ambiental que foi gerada por esse outro violador europeu branco, capitalista, racista, são exatamente os povos e comunidades que foram silenciadas, que foram vítimas de genocídios, que foram e são vítimas de racismo, mas que resistem, que resistem, e vivem até hoje sob diversas condições e processos de desigualdade, né, então a gente tem, eu acho que isso, é que é sociedade de risco, né, são sociedades que são marcadas por regras que naturalizam regras sociais que tratam pessoas como inferiores, que tratam grupos sociais como inferiores, como incapazes de pensar sobre si, incapazes de pensar sobre o mundo, incapazes de ter projeto de fortalecimento da economia, né, então, são marcados. Então, para mim, esses são os riscos do grupo e sociais, né? São impedidos ou prejudicados na sua existência por serem isso, né, por serem diversos por serem múltiplos, né? E tem seus próprios corpos em condições de vida colocados como secundários, às vezes como inexistentes, ou como destino de todas as formas de violência, porque é quem está mais vulnerável a essas violências, são esses sujeitos, né, são esse sujeito que não é conhecido historicamente pela democracia brasileira, pela cidadania brasileira por essas marcas racistas patriarcais, hetero cis normativas.

E aí você já vive numa sociedade, assim, de muitas ausências. Quando chega os conflitos ambientais, tudo isso se agrava mais ainda.

Obrigada!

Raquel Giffoni

Sobre a palestrante

Raquel Giffoni Pinto possui bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais, mestrado em Sociologia e Antropologia, e doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora do Departamento de Análise Geoambiental da Universidade Federal Fluminense.

Introdução

Boa tarde a todas e todos! Parabéns pela organização do evento! Pude acompanhar algumas mesas... depois quero ver com calma, as discussões: fundamentais! Queria agradecer a oportunidade

de estar aqui ouvindo a Neidinha e a Cris, que são pessoas sensacionais.

A Cris aí já falou tudo que importa com relação ao conflito, injustiças e sociedade de risco, né, e a Neidinha deu aí um exemplo, conforme a Cris mencionou, de diferentes tipos de resistência dos povos indígenas, de criação de saídas coletivas e criativas e de resistência, mas vou tentar, então, reduzir aqui a minha fala, mais para deixar para as perguntas, né, que imagino que haja muitas, muito interesse né tanto na trajetória da Cris e da Neidinha do trabalho que elas desempenham no campo!

Bom com relação à minha contribuição aqui, né? A gente, conforme aqui já mencionou, né, a nossa sociedade capitalista o que o Ulrich Beck tipo modernidade tardia ela na produção da riqueza, na produção social da riqueza ela vem produzindo, ela é acompanhada da produção sistemática de riscos, só que ao contrário do que reza o razoável né, uma determinada forma de conceber a questão ambiental. Esses riscos, eles não são igualmente distribuídos, eles perpassam toda desigualdade estrutural que a Cris mencionou, né, todo o racismo estrutural da nossa sociedade.

Então, é claro que os riscos ambientais, eles são, eles vão incidir diretamente nos povos e comunidades tradicionais sistematicamente violentados pelo nosso Estado, pelos agentes privados e também pelas comunidades negras e pessoas que se tornam vulnerabilizadas, entendendo aí a vulnerabilidade como um processo social e não como uma característica, intrínseca dos atores sociais, mas com um processo, né?

Mas é claro que esse processo não se dá sem resistência, e aí entra a questão dos conflitos. É importante a gente pensar que uma das características do autoritarismo na sociedade brasileira é a negação dos conflitos, né, a negação das contradições, porque a Marilena Chauí vai nos dizer que é isso, fere aquela imagem mítica da sociedade brasileira como harmoniosa, né, e os conflitos mostram que isso não é verdadeiro, eles revelam que há muitas desigualdades, há muitas violências sistêmicas no nosso País.

Nesse sentido, você tem uma perspectiva autoritária na condução dos conflitos, porque uma vez que você entende que o conflito é sinônimo de perigo, de desordem, a resposta possível a isso é repressão policial militar ou dos agentes privados, que vai incidir, principalmente, as camadas que são vulnerabilizadas.

Então, essa sociedade auto-organizada que luta e reivindica os seus direitos, ela é vista como perigosa para o Estado; e, também, ela é vista como um risco à rentabilidade das grandes empresas, que aqui falam tanto da segurança jurídica, da importância da segurança jurídica. Quando os grandes conglomerados empresariais, agronegócio e da mineração falam em segurança jurídica, eles estão falando em insegurança e violência para as comunidades tradicionais, para todos aqueles que sofrem danos desses projetos. E a gente sabe que a sociedade é dividida, e em uma democracia, essas divisões, esse questionamento, eles têm que ser possível de ser prestado de forma pública, né, e não sujeitos à violência e também não sujeitos a tecnologias de construção de imposição de consenso, né.

Então, essas tecnologias de negociação de conflitos em que a gente vê isso, né, o tempo todo, de iniciativas de: vamos então construir soluções, ganha-ganha, e todos saem satisfeitos; só que não é assim, né?

Para a gente ir para a gente proteger, regularizar a terra quilombola, terra indígena, terras outras com povos e comunidades tradicionais, você vai certamente precisar confrontar privilégios, então, muitas vezes, não é possível, né, essas resoluções negociadas, que acabam por subjugar e submeter as pessoas, os grupos sociais que têm menos poder na arena judicial, pública e política.

Mas, de qualquer forma os sujeitos sociais continuam se manifestando e denunciando e mostrando tanto de ações diretas quanto de exigências que se cumpram os direitos, tanto pela criação de novas leis como o Babaçu livre, né, que as quebradeiras de coco-babaçu tanto lutaram e continuam lutando aí.

Questionando as fronteiras de público e privado, como é que pode privatizar palmeira? Será que é possível ter Babaçu livre em terra presa então? Mas começa a fazer diversos questionamentos a partir de uma identidade coletiva, de uma luta pela territorialidade. E essas resistências, esses padrões

de dominação, desapropriação dos territórios, elas vão criando, na base, os direitos e a democracia, né. Ações muitas vezes transgressivas, né, inventivas, e é por isso que a sociedade democrática, ela é uma sociedade que tá o tempo todo fazendo com que se comprem os direitos inventando novos direitos.

É claro que nesse contexto que a gente se encontra de desmonte, de desestruturação de bens comuns da política ambiental e de todas as outras críticas, a gente tá muito nessa luta para não perder direitos, né?

Bom, e os conflitos ambientais, eles são justamente a percepção de que o meio ambiente não é um único, ele é diverso, né? Ele é composto por diversas formas de pensar qualidade socioculturais e atravessado por diferentes sentidos sociais. A professora Cecília Melo, que tem um trabalho incrível sobre os manguezais no extremo sul da Bahia, ela vai descrever o manguezal dos pescadores, dos marisqueiros, menos como um lugar e mais como uma relação, né, entre ser extrativista e o mangue; ela vai falar com os manguezais, são diferentes. Você tem os manguezais daqueles que querem impor uma fazenda de camarão. A carcinicultura vai definir o manguezal pela ausência, pela negatividade, né? Você tem um manguezal dos extrativistas, tem manguezal dos biólogos, tem um manguezal das crianças e o modo de ser extrativista da criança que é o manguezal como fonte de brincadeira, de autonomia, de sonhos e de medo.

Então, é claro, ambiente múltiplo e diverso, ele vai ser contestado vai haver conflitos, e o problema não está no conflito em si, e, aí, até professor Celso Sanches, que é professor da UNIRIO, ele vai falar da potencialidade pedagógica, né, dessa dimensão dos conflitos ambientais que ajudam a pensar, novas formas de lutas emancipatórias, de novos projetos de sociedade e então constrói na prática. Isso é importante a gente ter aqui, né, A Neidinha e a Cris representam tanto as pessoas, que refletem teoricamente sobre essa questão e também sujeitos políticos na prática como muitos outros que falaram no seminário é importante para a gente dar centralidade aos sujeitos dos conflitos ambientais.

Os conflitos ambientais emergem quando sujeitos políticos denunciam as desigualdades ambientais; denunciam uma expropriação; denunciam a poluição. A negação de seus direitos aos riscos que as suas atividades são submetidas né, então é importante a gente considerar essa agência dos povos atingidos. Geralmente como se o sujeito atingido não tivesse agência, mas sim tem, né, porque justamente são eles, ela disse, que mobilizam e criam alternativas de forma coletiva para defender seus direitos. A professora Gabriela Scotto tem uma reflexão muito importante sobre isso.

Bom para fechar, né!

Houve muitas conquistas nos últimos anos, justamente pela resistência desses povos e comunidades tradicionais. De 1988 a 2012, Aurélio Viana traz esses dados para gente. Foram demarcados, durante esses anos, mais de 158 milhões de hectares de terras comunitárias, entre elas terras indígenas, reservas extrativistas e comunidades quilombolas outras. Isso é só um exemplo, né, várias outras conquistas da resistência dos povos e comunidades tradicionais fizeram com que muitas empresas e corporações, agentes privados, comessem a entender essa luta social, a democracia, enfim, como um risco aos seus empreendimentos.

Aí desenvolvem uma série de atividades de projetos e de estudos para controlar esses riscos que, na verdade, não são os riscos que elas oferecem às comunidades e grupos sociais, mas os riscos que os sujeitos politizados, né, não dominantes, oferecem à lucratividade dos seus negócios e aí com essas tecnologias todas de mediação de conflitos.

Obrigada!

Mesa redonda

Mediação: **Andressa dos Santos Dutra**

Ideias para Adiar o Fim do Mundo: O TBC e a Educação Ambiental de Base Comunitária como Alternativas Contra Hegemônicas

TBC – Turismo de Base Comunitária como ferramenta de luta do Território Tradicional

Santiago Bernardes

Sobre o palestrante

Santiago Bernardes é Caiçara de Ubatuba, escritor, biólogo, membro do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba (FCT), da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), pesquisador comunitário do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), programa da Fundação Oswaldo Cruz em parceria com o FCT.

Introdução

Em suas diversas formas de execução e desenvolvimento convencional, o turismo se caracteriza como uma intensa presença em áreas de atrativos naturais, históricos e culturais visando a circulação financeira que, em geral, beneficia de forma desigual os envolvidos nessa atividade.

O turismo de luxo capta locais e mão de obra de forma a manter a estrutura hierárquica da sociedade capitalista. Nesta, os bens de consumo são usufruídos por poucas pessoas, ou seja, as que possuem recurso financeiro elevado e para as quais são ofertadas oportunidades de viagens, hospedagens, diversões, serviços e valores com um padrão que a população não pode acessar.

Já turismo de massa, embora considerado mais democrático, apenas o é devido à sua própria natureza de pasteurização das experiências do público a partir do acesso mais direto a locais onde se pode usufruir de momentos e serviços de lazer com padrões de valores mais populares, porém sem preocupação com a manutenção da qualidade dos espaços visitados.

As duas formas não contemplam necessidades que devem estar em conjunto com as práticas turísticas em qualquer nível, como a sustentabilidade, a preservação ambiental e dos modos de vida dos povos e das comunidades tradicionais que vivem nos territórios visitados. Ambas são predatórias de espaços e de culturas e não se realizam sob uma perspectiva de inclusão, mas de exploração e competição.

O turismo de luxo se apropria e explora áreas naturais para a construção de grandes estruturas que impactam diretamente o ambiente natural, estruturas como condomínios, resorts, clubes, marinas, hotéis que servirão a um público pequeno detentor de poder aquisitivo alto, mas também de alto poder de impactar negativamente os espaços onde se instalam. Frequentemente, esse público exclui, pela expulsão direta, os povos e as comunidades tradicionais que anteriormente ocupavam

essas áreas, nas quais desenvolvem seu modo de vida de forma diretamente relacionada à natureza.

Como o nome diz, o turismo de massa contém a possibilidade de maior acesso aos lugares explorados, porém degrada também intensamente os lugares e as culturas nativas tanto pelo número elevado de pessoas transitando nesses espaços naturais — que, na maioria das vezes, não possuem estruturas suficientes para tamanha demanda — quanto pela forma com que é realizado, aumentando o crescimento desordenado de cidades e comunidades numa corrida para suprir o mercado e obter renda para viver.

Nas duas formas de exploração de territórios naturais, constata-se a desigualdade latente de uma sociedade fundada e estruturada em práticas dominantes de privilégios e excludentes de direitos. Embora sejam diferentes em aspectos específicos, principalmente em relação aos recursos financeiros envolvidos, elas dialogam paralelamente em outros aspectos como o uso de mão de obra explorada tanto para a construção de estruturas — sejam de alto padrão, sejam populares — quanto para a prestação de serviços.

Nas extensas áreas litorâneas de todo o País, vê-se o retrato dessa exploração de terras e de gente e a espoliação de povos e culturas. Grandes empreendimentos turísticos que são instalados em áreas naturais essenciais aos ciclos dos ecossistemas e às dinâmicas de marés e de populações pesqueiras e ribeirinhas. Manguezais, alagados, caxetais são aterrados para construção de garagens náuticas, hotéis, pousadas, condomínios, assim como as restingas e costões também são ocupadas por esses empreendimentos de grande porte e impactos.

Os espaços não requisitados e explorados pelo turismo de luxo são ocupados pelas atividades do turismo de massa, sendo que, em muitos lugares, estes dois tipos de atividade estão muito próximos e, mesmo que não interajam diretamente, são vizinhos e somados intensificam ainda mais os impactos sobre os territórios.

As populações locais, desprovidas de seus meios e locais de práticas tradicionais de vida, tentam se adequar às situações colocadas abruptamente, sem planejamento social e ambiental. A própria forma como se inserem — ou ao menos tentam não ser excluídas totalmente dos lugares de origem — é feita de maneira frágil e em desequilíbrio com os próprios fazeres e saberes até então praticados. Estes são esmagados, substituídos por um modo urbano de vida importado, baseado no consumo imediato de superficialidades que englobam desde a alimentação aos costumes. A ruptura cultural é imensa e reflete nas gerações que vão se sucedendo, as quais não conseguem, muitas vezes, se relacionar de forma a transmitir e perpetuar suas tradições construídas intrinsecamente pela relação familiar e com o território em que vivem.

O turismo no Litoral Norte de São Paulo teve um início de desenvolvimento ainda em proporção pequena a partir da década de 1950, quando foram feitas obras de melhoria nos caminhos que ligavam as cidades do litoral ao interior do estado, como a rodovia dos Tamoios, que liga Caraguatatuba a São José dos Campos, e a rodovia Oswaldo Cruz, que liga Ubatuba a Taubaté, antigas trilhas de tropeiros que foram primeiramente alargadas e depois pavimentadas. Era um primeiro momento de mudanças sociais e econômicas vindas do turismo para estas cidades, que passaram décadas em decadência depois dos ciclos econômicos coloniais, do império e do início da República.

A presença do turismo nas Regiões do Litoral Norte de São Paulo e Sul Fluminense teve um alavancamento rápido e intenso a partir da construção do trecho da rodovia BR-101, entre Rio de Janeiro e Santos, um projeto do início da década de 1970, época dos governos militares. Com a abertura rápida dos territórios ao turismo, o valor comercial da terra passou a prevalecer sobre o valor de uso, que era a forma comumente de relação do povo local com as terras pela agricultura principalmente, mas também pelo uso dos recursos por meio do extrativismo e da caça e pesca. Terrenos até então utilizados para cultivos que tinham como característica a itinerância de áreas — forma de agricultura herdade dos indígenas, a coivara.

O traçado da rodovia passou por cima de muitos desses terrenos e até mesmo de casas. A partir de então, as terras foram valorizadas enormemente e entraram em ação a grilagem e a especulação

imobiliária expulsando os moradores nativos, especialmente os dos terrenos chamados “pés na areia”, que são os mais próximos ao mar e por isso mesmo os mais cobiçados pelas imobiliárias, modificando de forma violenta a paisagem através de grandes projetos imobiliários.

Numa época em que os instrumentos de proteção legal de uso do solo eram frágeis e a legislação ambiental ainda incipiente, o capital de investimento imobiliário se apropriou de diversas e imensas áreas naturais espoliando a população tradicional e causando impactos sociais e ao meio ambiente. Tais atos repercutem na atualidade das cidades de forma ainda muito intensa, visto que as forças que operam essas atividades se mostram cada vez mais intensas e destrutivas, pois, mesmo com o avanço das proteções legais ao território natural e das lutas organizadas dos povos tradicionais, os danos continuam a ser perpetuados por meio de novas investidas desses empreendimentos turísticos, muitas vezes com a conivência ou mesmo o favorecimento das administrações municipais.

Quando a rodovia BR-101 estava sendo construída no trecho Rio-Santos, a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) – atualmente Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo – fez um convênio, chamado Projeto Turis, com a estatal francesa Société Centrale pour L'équipement du Territoire (SCET), no qual previa-se a realização de um levantamento de capacidade de ocupação e de suporte das praias e de desenvolvimento econômico, cujo objetivo era estabelecer regramento para a ocupação do solo e para a instalação de atividades turísticas. Previa também que os projetos de edificações fossem adequados às características físicas da região.

Embora originalmente o projeto apresentasse uma proposta de rodovia para o desenvolvimento do turismo, mas que preservasse as paisagens naturais e freasse a especulação imobiliária que aumentaria rápida e exponencialmente a população local, na prática, ele nunca foi implementado. Mesmo com esse viés, o projeto não abrangia, de forma participativa e igualitária, a presença dos povos tradicionais locais, ficando estes à mercê das ações desordenadas e intensas dos grandes empreendimentos imobiliários, que vorazmente se estabeleceram sobre o território, e do turismo de massa, que ocupou os nichos mais populares da atividade.

Nas décadas seguintes à construção da rodovia BR-101, trecho Rio-Santos, as cidades da região vivenciaram um aumento populacional e de empreendimentos turísticos de portes diversos sem desenvolverem planos satisfatórios de ordenamento para as demandas do crescimento. Tal fato ocasionou, assim, problemas que persistem e se intensificam constantemente, como inchaço da população fixa e visitante; ocupação de áreas de florestas, encostas, margens de rios, manguezais; poluição de praias e rios; violência urbana; desemprego; trânsito.

Todo o contexto histórico mencionado fez com que as cidades litorâneas crescessem de forma inadequada às suas configurações naturais geográficas muito peculiares, por se tratar do trecho de Mata Atlântica no qual a Serra do Mar é mais próxima às praias, com pouco espaço para a expansão das áreas urbanas. Elas carecem de serviços básicos eficientes e abrangentes, principalmente de saneamento, essencial para a qualidade dos ambientes e da vida dos moradores e turistas.

Diante dessa situação, os povos e as comunidades tradicionais, durante muito tempo, se viram privados de desenvolverem possibilidades de atividades turísticas mais apropriadas ao seu modo de viver baseado na relação direta com a natureza por meio de conhecimentos herdados da sua ancestralidade. Eles foram carreados pelo turbilhão do crescimento desordenado que invadiu suas terras, os espoliou e os induziu a se inserirem como podiam na nova realidade das cidades, que passaram a ter no turismo e nos serviços adjacentes sua principal fonte de renda. Sendo muitas vezes expulsos das áreas de moradias perto das praias, ocuparam locais impróprios para habitação, como áreas de encostas e morros, surgindo assim um processo de favelização similar ao das grandes cidades. As pessoas foram absorvidas como mão de obra barata para a construção civil em larga escala, como prestadoras de serviços informais, empregadas de turistas e de condomínios. Ainda assim, foi necessário que mão de obra externa fosse utilizada, intensificando a migração para a região, que, por sua vez, elevou e saturou também os serviços públicos insuficientes e as áreas de ocupação desordenada, gerando uma crise social que só tende a aumentar perante a inoperância das sucessivas

administrações municipais.

Assim, depois de muitas lutas pontuais das comunidades pelo direito aos seus territórios tradicionais, em 2007, foi formado, pela união de lideranças indígenas, caiçaras e quilombolas de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, o movimento social Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT). O Fórum é um espaço de articulação e de enfrentamento das adversidades e agressões do processo de crescimento das cidades a partir das demandas turísticas impostas à região. Organizado em frentes de lutas baseadas em suas práticas tradicionais — como agricultura, pesca artesanal, juventude, agroecologia, cultura, educação diferenciada, nas quais são inseridas pautas a partir da nova realidade do território como saneamento ecológico e Turismo de Base Comunitária (TBC) —, o FCT tem desenvolvido frequentes ações em defesa dos direitos dos povos e das comunidades tradicionais, tendo, além das lutas no território, ocupado seu lugar de fala naquilo que se convencionou chamar de disputa de narrativas.

Nos processos civilizatórios modernos em que a cultura urbana capitalista se expande para as áreas rurais, descaracterizando-as em busca de novos mercados e de consumidores padronizados em extratos sociais desiguais, as memórias são escolhas políticas. Nas atividades turísticas convencionais predominantes, o que se evidencia não é a vivência integrada ao ambiente natural — característica histórica dos povos tradicionais e premissa lógica de um turismo verdadeiramente sustentável —, mas a obtenção de lucro imediato e alto a partir do comércio da terra; do loteamento dela; e da instalação de empreendimentos turísticos em variadas escalas de quantidade, tamanho e de acesso financeiro. O que está a se fazer é um apagamento intencional da presença dos povos e das comunidades tradicionais do território.

Assim, o estado realiza um discurso de desenvolvimento tecnológico e financeiro para a região a partir da atividade turística, desvinculando-o da presença e da história dos povos tradicionais locais, enaltecendo um conceito artificial de vocação para o turismo, que dilui a memória anterior presente na região, na qual a história está intrinsicamente relacionada com a cultura e com o ambiente natural.

Quando o estado opta por implementar atividades turísticas no território sem efetivar políticas públicas de proteção ambiental e de inclusão social conjuntamente, seja por inoperância, corrupção ou desinteresse, ocorre o favorecimento de empreendimentos particulares que promovem, em ritmo acelerado, a degradação ambiental das cidades e a marginalização das comunidades tradicionais em seus próprios territórios de vida.

Quando, perante o avanço da ocupação de áreas naturais importantes, o estado decide instalar Unidades de Conservação, como o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PARNA) e o Parque Estadual Serra do Mar (PESM), ainda assim prevalece a lógica não inclusiva, pois os povos tradicionais passam a ser criminalizados em suas práticas tradicionais realizadas em baixa escala para suprir as necessidades familiares. O modelo de turismo previsto pelos parques também apaga a memória e a presença das comunidades tradicionais, vistas como invasoras de seus próprios territórios e pressionadas a deixarem suas terras, seja pela força, seja pela negação de seus direitos.

Como resposta a este cenário, o FCT adotou e vem desenvolvendo a prática do TBC, que dialoga diretamente com as tradições e os modos de vida seculares das comunidades a partir da construção interna própria da realidade delas, e não dos estereótipos de visões externas reducionistas. Busca, com isso, construir uma possibilidade consistente e significativa de resistência cultural diante das intensas transformações sofridas pelos territórios com a introdução do turismo convencional.

Para o desenvolvimento do TBC de forma integrativa, acolhendo as experiências amplas e diversas das comunidades do território de atuação do FCT, foi criada a Rede Nhandereko (nosso modo de vida, em guarani) de Turismo de Base Comunitária, que articula ações, formações, eventos, partilhas e diálogos institucionais para o fortalecimento da própria ferramenta, dos entendimentos, da autonomia das comunidades na gestão do turismo e para o enfrentamento tanto dos discursos opressores quanto das práticas intromissivas que incidem sobre seus territórios.

O TBC é também um termo debatido de forma conceitual em espaços acadêmicos e disputado

por discursos que não contêm o protagonismo legítimo das comunidades tradicionais. TBC não é uma fórmula pronta que se aplique de maneira padronizada pelas comunidades, nem uma teoria e tampouco é um segmento de mercado da cadeia produtiva de turismo ou um produto de consumo, mas um modo de se fazer, de se promover um turismo com justiça social, com a comunidade local sendo a protagonista em todas as etapas, planejamento, implementação e realização, agregando as práticas ambientalmente sustentáveis com princípios que valorizam a história e a cultura da comunidade. Estimula a reflexão a partir de vivências aprofundadas no modo de vida local, gerando uma renda que seja justa e equitativa e fortalecendo ganhos que abrangem o econômico. Vai também além ao proporcionar aprendizados e relações que não são baseadas na padronização de atividades, mas nas interações humanas e de respeito mútuo.

O TBC é uma maneira de se fazer turismo como contraponto aos processos de massificação e de descaracterização que o viés convencional da atividade turística, feita apenas sob o ponto de vista econômico, causa às comunidades tradicionais. Parte de princípios nos quais a gestão é coletiva e os recursos econômicos são utilizados com transparência, unindo a conservação dos ambientes naturais à conservação da história e da cultura tradicional; inserindo os visitantes em experiências personalizadas e profundas que compõem os saberes, os modos de ser e fazer do povo local em seu dia a dia; potencializando a proximidade com realidades distintas do modo industrializado de turismo que explora a experiência superficial de visita e estadia em lugares naturais apenas para o consumo de bens, paisagens e lazeres momentâneos.

O valor econômico para o TBC não é o objetivo único e primeiro; ele é regido sob um olhar mais focado na complementariedade de atividades e com perspectivas integrativas. A geração de renda não se dá em caráter passivo, mas em forma de construção de um caminho de aprendizados que, ao mesmo tempo que destaca a própria luta pela existência das comunidades por meio de seu percurso histórico, se faz de forma mais pedagógica e estrutural, estabelecendo-se laços que vão além da vivência física de um roteiro, ou seja, perduram na memória afetiva; na desconstrução de estereótipos; na valorização das matrizes culturais nacionais; no respeito; na conscientização dos visitantes sobre a sua própria experiência no lugar, que é o território de vida de um povo, e não um atrativo consumível oferecido no mercado.

O fruto do trabalho do TBC não se caracteriza como um resultado final ou um produto. E não é dimensionado de forma quantitativa, mas aprofundado com o tempo, com o pensamento; é o processo que é valorizado, a travessia com interação e comprometimento. Requer um exercício de percepção que incentiva o olhar plural e diverso sobre as expressões culturais dos povos visitados, vendo-os não como algo exótico diante da realidade dos grandes centros urbanos ou algo paralisado no tempo, mas como uma forma de vida que se identifica e se integra aos seus espaços de uso, de existência, de conexão com elementos naturais e saberes que, interligados, compõem o grande mosaico de povos tradicionais vivendo na natureza há muitos séculos sem que a sua presença seja uma ameaça à sobrevivência dos ciclos dinâmicos das outras espécies e do ambiente como um todo.

É uma experiência que se fundamenta na dimensão humana das relações com o ambiente e com o intercâmbio de vivências diversas, não com caráter comparativo ou sob uma visão construída com parâmetros estereotipados dos povos tradicionais e sem o romantismo que muitas vezes é também incutido a eles por essas visões.

Por isso o TBC não se encaixa na lógica mercadológica do turismo, que é oferecer serviços padronizados, em quantidade e impessoais com o objetivo do lucro, em grande escala e desigual, porque baseado na competição. Esse Turismo pode até ser, para algumas comunidades, a principal geração de renda, mas, ainda assim, essa atividade estará envolta pelas práticas orgânicas que a comunidade desenvolve em sua vida, que não são necessariamente voltadas para a economia em tempo integral, como acontece nas atividades do turismo convencional.

Trabalhando prioritariamente com grupos pequenos, numa atividade agendada, programada, planejada e de baixa escala, que proporciona melhor acolhimento e atenção ao visitante numa relação

mais pessoal e direta, assim como respeito aos recursos locais não gerando impactos pela quantidade de pessoas, o TBC atende às demandas das comunidades e dos ambientes em que elas vivem, pois não é de interesse delas saturar esse meio com a presença exagerada de pessoas. Atende também a uma demanda de pessoas que buscam experiências mais ricas e profundas que não sejam intromissivas e degradadoras de ecossistemas e de culturas, dialogando com a construção de responsabilidade social e ambiental.

Além de uma prática organizativa interna e dinâmica do turismo sob uma perspectiva mais elaborada que atenda às exigências econômicas, sociais, culturais e ambientais das comunidades tradicionais — que contrapõe a lógica predominante do lucro em escala industrial —, o TBC é também, essencialmente para as comunidades que o desenvolvem, um instrumento contemporâneo de luta e de resistência em seus territórios, uma atividade que integra as práticas culturais históricas e de afirmação de suas existências e de seus direitos, de protagonismo em seus territórios ancestrais e de sustentabilidade para as gerações presentes e futuras.

Palestra

Produtos técnicos e artísticos do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação - PPGEC

Luiza Corral Martins de Oliveira Ponciano¹
Camila Reis Tomaz

¹ luiza.ponciano@unirio.br

Sobre as palestrantes

Luiza Corral Martins de Oliveira Ponciano é docente e pesquisadora na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), artista e coordenadora do @geotales. Bióloga e Paleontóloga, possui Doutorado e Mestrado em Geologia pela UFRJ. Docente permanente do Mestrado em Ecoturismo e Conservação (PPGEC - UNIRIO), orienta pesquisas que envolvam as Artes, enfocando a Geopoética como um dos caminhos para alcançar os objetivos do Ecoturismo e Conservação da Natureza. Co-fundou e co-coordena o Grupo de Estudos Saberes de Fresta (GESF), associado ao GeoTales - UNIRIO.

Camila Reis Tomaz é bacharel em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Capoeirista. Pesquisa territorialidades na e da Conservação da Natureza com um olhar sobre as identificações com e a partir do Meio. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, 2019-2021). Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integra o Núcleo de Estudos Cultura Popular e Sociedade (UFRJ), o Grupo de Trabalho Pesquisa e(m) Ação e o Núcleo de Estudos Território e Resistência na Globalização (ambos UFF). Co-fundou e co-coordena o Grupo de Estudos Saberes de Fresta (GeoTales - UNIRIO).

Apresentação

Nossa palestra abordou um relato de experiências em cruzo entre discente e docente do Programa de Pós-graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC)[1] sobre o pensar a conservação da natureza em um programa de pós-graduação público e gratuito, com olhar sobre projetos de pesquisa que já foram realizados em unidades de conservação e que geraram produtos técnicos e artísticos[2], além das dissertações, artigos e livros, os chamados produtos científicos, numa proposta de refletir sobre os nomes que utilizamos de um modo geral no ambiente acadêmico, por exemplo, neste caso, do que poderiam ser chamadas de criações, em vez de produtos.

Nos relatos apresentados, enfocando as experiências baseadas nas criações artísticas durante e após a realização das pesquisas de mestrado associadas com o PPGEC (em conjunto com projetos de extensão, ensino e pesquisa da graduação, como os diversos projetos do grupo @GeoTales UNIRIO, incluindo o GESF – Grupo de Estudos Saberes de Fresta), os bloqueios que costumam aparecer nos processos de escrita foram analisados, e as propostas de dissolução deles foram baseadas na ética do cuidado, herdada pelas distintas e aliançadas ancestralidades em encontro das autoras.

Destacamos também como as memórias e os saberes de terreiros e florestas se traduzem em nossas práticas na construção e (re)produção de saberes dentro da academia, no nível “superior”

de ensino (incluindo projetos de extensão e pesquisa, na graduação e no mestrado, em diversos cursos: Ecoturismo e Conservação, Ciências Biológicas, Ciências Ambientais, Ciências da Natureza, Museologia e Artes Cênicas) e os enfrentamentos que isso gera na lógica atual da universidade. Os lugares de fala de quem relata as experiências e co-apresentaram esta palestra se cruzam em momentos distintos do tempo, para a partir de então costurarem propostas de criações que podem ser encontradas nas dissertações e outras criações do PPGEC desde a turma de 2017 até a turma de 2021, que se encontra pelos meandros das metades do caminho neste momento.

O primeiro encontro entre as autoras da palestra foi permeado pelo reconhecerem-se memórias ancestrais de mesma etnia originária, mesmo tendo sido desterritorializadas em tempo, espaço e documentação histórica. O segundo encontro se dá em suas inquietudes quanto às formas de apropriação dos saberes originários, tradicionais, de rodas e terreiros para pretensas, rasas e limitadas subversões e críticas aos sistemas de organização e gestão do que, ainda que supostamente pautados nestes saberes, seguem chamando de recursos ou bens naturais, assim como a usual prática do “encaixe” de imaginários discentes em agendas “objetivas” de pesquisa que não as/os representam e desconsideram suas Naturezas e expressões.

A individualidade neoliberal em autorias subalterniza as subjetividades coletivas que participam de formas diretas e indiretas, abrindo espaço para competições e outras práticas de uma sociedade que consome a Natureza e, conseqüentemente, a si própria, até o completo esgotamento de todas as Naturezas envolvidas.

Estes desconfortos foram originados por vivências que constituem uma educação libertária absorvida em rodas, igarapés, florestas, montanhas e mares, assim como em terreiros, onde se (re) educaram as autoras em momentos distintos de suas vidas, incorporando ancestralidades de povos historicamente marginalizados.

O terceiro encontro é decisivo (porém não por isso mais importante que os anteriores) para os desenlaces que as análises dos relatos apontam, pois se dá na própria relação de orientação no mestrado em si, onde ambas se vêem Naturezas disputando seus corpos-territórios físicos, espirituais e epistêmicos em mais um espaço, agora o acadêmico, e juntas.

O neoliberalismo indiscutivelmente presente nas práticas de ensino hegemônicas se nota em diversos marcadores dos relatos, como o uso frequente de “produção”, “produtos” e “produtivos” conectados com a expectativa alimentada pelo conjunto do corpo docente em relação a todo o corpo discente (e de toda a estrutura da universidade e agências de fomento dos projetos de pesquisa em cima dos nossos corpos todos), e outra prática, que estimula trabalhos realizados efetivamente em conjunto, com termos como “criar”, “coletivo”, “orientar” e “encontros” que aparecem mais frequentemente nos relatos sobre as práticas exclusivamente discentes, muitas vezes realizadas em paralelo às participações docentes nos projetos e atividades em geral.

Durante o período da pandemia da Covid-19, há o aumento de trechos que descrevem a sobrecarga do corpo docente e maior pressão no corpo discente, o que sugere uma reprodução do sistema patriarcal e, também por isso, opressor das classes subordinadas, assim como da racionalidade dominante na (por vezes inconsciente) replicação das opressões vividas e reproduzidas automaticamente no âmbito do ensino formal, até mesmo na pós-graduação.

Inserida nos mecanismos neoliberais de produção, performance e individualidade da pós-graduação, a discente, que é afroindígena e usualmente lida preta, criada em ambiente ruralizado periférico a um grande centro urbano, descreve constantes incompreensões dos processos de decisão, organização e avaliação das construções(?) hegemônicas dos saberes técnico-científicos universitários. A docente, lida branca e de olhos claros, usualmente considerada de origem apenas europeia por conveniência às branquitudes cuja culpa social busca assimilar as branquitudes em trânsito, traz consigo desde a infância uma proximidade que não era explicada com os povos originários e afro-diaspóricos, pois dentro da sua família o apagamento dessas origens também ocorreu, e a descoberta desta parte de sua ancestralidade foi realizada apenas nos últimos anos, quando já era docente em

universidade pública. Criada em um bairro classe média da zona Norte carioca, mesmo tendo tido vivências distintas e estando numa outra “posição” dentro da academia, compartilha de muitas das incompreensões descritas pela discente, oriundas da falta de alinhamento de discursos de acadêmicos, como projetos/atividades que são teoricamente descoloniais, com propostas de trabalhos em equipe e focadas em metodologias participativas, mas que na prática continuam a reproduzir as mesmas opressões do sistema patriarcal que sofreram ao longo do percurso dentro das instituições de ensino e pesquisa, inclusive reproduzindo o que passaram quando ainda eram discentes, e agora as replicam enquanto docentes, sem mudanças reais e efetivas nas práticas de ensino, pesquisa e extensão cotidianas realizadas junto com os/as discentes atuais.

Por meio de novas propostas de criações artísticas, técnicas e científicas de forma coletiva e contra colonial, como o Grupo de Estudos Saberes de Fresta (GESF), uma ação do @GeoTales (UNIRIO) vinculada à pesquisa “ENCRUZILHADAS GEOPOÉTICAS NA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: TERRITORIALIDADES E GUARDAS-PARQUES EM TERRITÓRIO CUNHAMBEBE”, convidamos para dentro da universidade saberes e fazeres dos Guardas-Parques, moradores de favelas/faveladxs, comunidades tradicionais, povos originários e demais construções do pensar e fazer marginais à hegemonia. Neste sentido, abrimos juntxs frestas de acesso à academia para estes corpos, a partir de encontros de leituras, escritas coletivas e oficinas de construções metodológicas que se adequem às pesquisas pretendidas por elxs e no autocuidado e auto(re)conhecimento de cada pessoa em si, como uma base diferencial para os seus projetos.

Desde dezembro de 2020 no GESF, temos focado em diversos temas, em especial os que são associados com uma visão mais ampla e integrada dos Territórios a partir da Geopoética, que quando incorporada em atividades de Conservação da Natureza (ou Conservação do planeta Terra, como propomos de uma forma mais ampla), também traz em si uma proposta de valorização da diversidade de todas as formas de vida e do (re)encantamento do mundo pelo afloramento de nossas percepções, adormecidas por várias adaptações que fomos sendo forçadxs/ nos forçando a fazer, especialmente para “avançar” no sistema atual de ensino “superior”, pois como diz o rapper Kayuá “conheço atalhos, prefiro construir caminhos”[3].

A rede de pesquisas, de pessoas, de afetos e de brincadeiras que é tecida toda semana no GESF é uma base para que todes possam falar suas próprias práticas e propostas para o funcionamento de novas pesquisas contra hegemônicas / contra coloniais dentro da academia, pois ainda é necessário destacar que “Diz a quem manda que é difícil / Iemanjá mandou dizer[4] / (...) / “Luta é por igualdade, não segregação / Não existe momento perfeito, além do agora / Quando acordo ou me deito, isso ferve no meu peito / Vou buscar minha verdade, encarar medo faz parte[5].”

Nestes cruzos que seguimos fazendo, para finalizar a palestra, trazemos a proposta de SANT, que nos inspira em “Fecha a boca e cala os olhos / pra ouvir teu coração / essa é a luz que invade celas / brechas serão vossos caminhos / pois tudo que é fácil, é vão / e nossos sóis nem cabem nelas.”[6]

Notas

1. Disponíveis em [@ppgecunirio](http://www.unirio.br/ccbs/ecoturismo/corpo-docente)
2. Disponíveis em <http://www.unirio.br/ccbs/ecoturismo/produtos>
3. Música “Curvas” de Kayuá. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiFfp81nOuE>
4. Música “Ogunté” de Majur e Luedji Luna. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7OT1sSQLanw>
5. Música “D’Outro Jeito” de Kayuá. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a9MZr4P8bQk>
6. Música “Coragem” de SANT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5WoFgNxsgtk>

Mesa Redonda

Mediação: **Eloise Silveira Botelho**

Parcerias em Áreas Protegidas

Boa tarde a todos e todas! Muito obrigada, professor Rodrigo, pelo início da apresentação desta mesa.

Sejam bem-vindos, então, a esta segunda tarde do Seminário do Programa de Ecoturismo e Conservação da UNIRIO. Este é o segundo seminário que ocorre, o primeiro aconteceu em 2019. E estamos aqui nesta edição no formato on-line devido a esta grave pandemia que ainda vivenciamos. Preciso dizer que sou solidária a todos e todas que sofreram e ainda sofrem com as consequências da forma como essa pandemia tem sido conduzida. Bom, então, a gente está na segunda mesa com o tema “Parcerias em áreas protegidas” e já, já vou apresentar para vocês os convidados.

Eu sou professora Eloise Botelho, sou professora permanente do Programa de Pós-graduação em Ecoturismo e Conservação e vinculada ao Departamento de Turismo e Patrimônio, ambos da UNIRIO. Coordeno, junto com a professora Camila Rodrigues, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e que também é colaboradora do programa, o grupo de pesquisa Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas.

E a partir dessa atuação e da vinculação do Observatório com o PPGEC - com a professora Camila Rodrigues - gostaríamos de encaminhar essa proposta para trazer esse tema sobre as parcerias em áreas protegidas.

Antes de apresentar ainda os nossos convidados, eu gostaria de parabenizar a organização do evento pela iniciativa e programação superinteressante que pontua temas da ordem do dia. Parabéns, professor Rodrigo Vilani e professor Carlos Augusto, professor Daniel Fonseca, coordenador do Programa e demais colegas que aqui participaram. Também agradeço e parabeno as mestrandas Hedinene, Andressa Dutra e Marília Oliveira e o bolsista de extensão Arthur Neves. Agradeço também à FAPERJ pelo apoio e à intérprete Talita, que está aqui conosco, obrigada Talita!

Bem, vamos dar, então, início à mesa. A mesa conta com três exposições. A primeira vai ser feita pelo Alaildo Malafaia, que é pescador e presidente da cooperativa Manguezal Fluminense, que atua há mais de 15 anos com serviços de turismo de base comunitária na região da Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim, na Baixada Fluminense, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Seguindo, nós vamos ter como convidada a analista ambiental do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, Cecília Vilhena, com o tema “Desafios e perspectivas na implementação do Programa de Parcerias em Minas Gerais”. Em seguida, então, a professora Paula Brumatti, com o tema “Ecoturismo e Concessões: oportunidades e desafios”, em que a Paula vai apresentar um trabalho de pesquisa que ela vem desenvolvendo sobre esse tema junto ao Instituto Federal do Rio Grande do Norte.

O objetivo desta mesa é promover um debate sobre o tema das parcerias para o turismo e lazer em áreas protegidas, com foco nas Unidades de Conservação, considerando os diferentes olhares sobre o tema, ou seja: em que base ocorre a parceria com a iniciativa de base comunitária que organiza e empreende o turismo em uma Unidade de Conservação? Quais as perspectivas na implementação do programa de parcerias, desde a perspectiva do Estado? E aos olhos da academia, que oportunidades e desafios podem ser apontados para o desenvolvimento do ecoturismo por meio das concessões e outros tipos de parcerias?

As parcerias entre as esferas pública e privada, com e sem fins lucrativos, buscam atender a

diferentes demandas de gestão a fim de contribuir para o atendimento dos objetivos de conservação, entre eles, os objetivos de visitação e turismo.

No Brasil, as parcerias têm sido estimuladas como principal estratégia para o desenvolvimento do turismo em áreas protegidas, com grande prevalência do instrumento de concessão de serviços em parques. É sabido, também, da existência de parcerias do tipo autorização ou, então, aquelas mediadas por acordos não formalizados, com vistas a incluir as iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em áreas protegidas.

De olho nas políticas e estratégias sobre o tema, o grupo de pesquisa “Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas”, coordenado pela professora Camila e por mim. É composto por diferentes pesquisadores de diferentes instituições de ensino superior do Brasil e busca “fomentar, registrar e divulgar as pesquisas relacionadas ao tema, entendendo que as parcerias podem funcionar como instrumentos de implementação de políticas públicas, e não apenas como um aparato para viabilizar a participação privada na gestão da coisa pública”.

Neste sentido, o PPGEC dá a oportunidade para que o tema seja colocado no âmbito do Segundo Seminário de Ecoturismo e Conservação com a expectativa de que possamos dirigir uma contribuição para este debate, de modo que todos e todas possam fazer uma escuta atenta, direcionar perguntas aos convidados e, assim, obter e construir conhecimentos sobre o tema das parcerias em áreas protegidas.

Como vai, então, funcionar esta mesa? Cada um vai ter de 15 a 20 minutos para sua exposição. Vocês podem participar com perguntas dirigidas para os palestrantes no chat do YouTube, que vão ser, então, selecionadas e encaminhadas aos nossos convidados. E a gente vai ter, então, este momento para poder fazer esse debate e vai ser muito interessante a participação de vocês.

Bem, vamos convidar para dividir a tela comigo, o Alaildo Malafaia, que é pescador, morador de Magé, do município da Baixada Fluminense, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Seja bem-vindo, Malafaia! Obrigada, mais uma vez, por você se fazer presente aqui nas nossas rodas de conversa na UNIRIO! É sempre muito bom te ouvir, e a gente gostaria, então, que você contasse um pouco para gente sobre a Cooperativa Manguezal Fluminense, da qual você faz parte e é o atual presidente.

Obrigada!

Alaildo Malafaia

Sobre o palestrante

Alaildo Malafaia, pescador artesanal. Cooperativa Manguezal Fluminense.

Introdução

Boa tarde a todos e todas! Obrigado pelo convite de participar deste seminário, desta mesa, que é sempre bom a gente tá falando da Baía de Guanabara, dando certeza para a população do entorno que a Baía de Guanabara tem muita vida, tem muita beleza cênica, e é isso, sempre interessante!

A minha convivência com a Baía de Guanabara tem um mínimo de 40/45 anos, que eu nasci e me criei sendo pescador; aliás, depois de adolescente, comecei a ser pescador e não parei mais. Trabalho minha vida inteira como pescador e, no ano de 2006, eu e mais 75 pescadores e pescadoras artesanais do entorno da Baía de Guanabara, nós fomos convidados para participar de um projeto com três cursos distintos. Na época, se falava muito de ecoturismo, que é diferente do turismo de base comunitária, de artesanato e de viveirismo. Então, essa ideia do curso surgiu de dentro do Conselho da Área Guapimirim, que é parte da Baía da Guanabara fundada naquele momento, estava sendo criada naquele momento.

A APA de Guapi-Mirim é de 1984, foi a primeira Unidade de Conservação federal a ser criada para proteger o manguezal no Brasil, mesmo o manguezal já sendo um ecossistema protegido por

lei. Mas, aqui, nós temos uma dificuldade, porque a vigilância, a fiscalização não era próxima, então, o próprio pescador que tinha interesse no peixe, cortava o mangue para fazer curral. Outras pessoas cortavam para queimar a lenha, outras pessoas usavam como cabo de ferramentas. Então, que dizer, mil e uma utilidades tinha a madeira do mangue, e de uma forma discriminada. Então, graças a Deus foi criada a APA de Guapi-Mirim. E parou todo esse processo de destruição.

Então, vamos lá! Saiu do Conselho da APA de Guapimirim uma ideia: vamos pegar esses pescadores artesanais e pescadoras no entorno da Baía de Guanabara, vamos dar uns cursos para eles, igual eu já falei, de artesanato, ecoturismo e viveirismo, para ver se a gente qualifica a mão de obra desse grupo e eles não precisam viver só dos recursos naturais do meio ambiente. À medida que eles começaram a participar do curso, muita coisa, por incrível que pareça, eu e vários pescadores o que eles falavam com a gente, a gente já sabia, só que não sabia que sabia. E isso foi sendo muito interessante e muito empolgante, porque começou a dar um conhecimento, que teve uma época que eu saí para catar um pouco de caranguejo no estado de São Paulo, por causa desse desmatamento aqui já tava bem degradado. Quando eu cheguei em São Paulo, eu fui abordado, praticamente, digamos assim de uma certa forma, preso dentro de uma Unidade de Conservação. Eu não sabia o que era uma Unidade de Conservação. Até questionei, falei assim: “Ah, mas minha carteira de pescador não é válida para todo o território nacional?”, “É, mas você tá dentro de uma Unidade de Conservação”. Comecei a ter esse aprendizado, tentar respeitar, porque, quando a gente não tem nenhum tipo de educação ambiental, fica difícil entender por que aquela ação, por que aqueles caras estavam ali porque o caranguejo é público, digamos assim, e eu sou brasileiro e tenho direitos. Mas aí, a gente começa a entender as coisas, e isso é muito importante.

E depois desses três projetos estando concluídos, foi a ideia de criar a Cooperativa Manguezal Fluminense, porque tinha que aproveitar essa mão de obra, digamos assim, de certa forma, qualificada. Os pescadores, algumas mulheres, que mesmo sendo pescadoras ou catadoras de caranguejo, aprenderam a fazer artesanato, outras foram para o lado do viveirismo. E eu não sabia que eu já fazia isso como pescador, que era o ecoturismo, na época, lá em 2007/2008, que era o ecoturismo. E nós desenvolvemos, criamos, a cooperativa Manguezal Fluminense, com o apoio de uma ONG e com todo o apoio da gestão da APA Guapi-Mirim, recém-criada. A gente deve muito, posso nem citar nomes aqui senão vou ficar aqui devendo alguém, mas foi fundamental o apoio deles, o apoio técnico, o apoio de estender um espaço para a Cooperativa Manguezal Fluminense ter um espaço para ir tocando devagar. Porque, se cria milhões de empresas no mundo e poucas delas conseguem chegar há dois anos, e nós estamos, praticamente, há 15 anos no mercado. Com hoje, o viveirismo, o que era viveirismo virou restauração ecológica do manguezal, o que era ecoturismo virou turismo de base comunitária, de uma forma simples e que nos remete a passar para pessoas todo esse conhecimento que nós adquirimos como pescador e como depois que a gente aprendeu a parte técnica também. Que é super, mega importante quando se junta o técnico e o notório, o prático, que foi fundamental. Pra mim, na minha vida, foi um divisor de águas, hoje eu não posso mais pescar, que eu não tenho tempo para pescar, mas sou coordenador de turismo de base comunitária aqui na APA de Guapi-Mirim pela cooperativa do Manguezal Fluminense e tem outras pessoas que fazem, Nós da Guanabara, tem cooperativa recém-criada, Manguezais da Guanabara.

Então, já tem outros pescadores também, independentemente de eles serem um grupo criado, uma entidade, tem outras pessoas que fazem isso também. Que é muito gratificante porque dissemina todo esse trabalho, que é um trabalho grandioso, mas um trabalho de formiguinha que nós fazemos. Há muito tempo, não tenho nenhuma data, foi em 2013, o Ministério do Meio Ambiente fez um termo de parceria com a cooperativa Manguezal Fluminense, que, naquela época, nem era termo de parceria, era termo de reciprocidade. A gente tem parcerias com hotéis; ONG, no caso, com a Guardiões do Mar, no caso, tivemos com SOS Mata Atlântica; faz muito trabalho com faculdades do Rio de Janeiro, escolas particulares, escolas públicas no entorno da Baía de Guanabara; até de fora do Brasil a gente faz trabalho de parceria. Que isso é muito importante, que nos enche de um orgulho

imenso de saber que aquele pescador sabia tanta coisa, só que não sabia que sabia. E hoje, tenho a felicidade de poder passar para outras pessoas todo esse conhecimento, juntando com o conhecimento técnico. Com certeza, o conhecimento técnico foi de grande valia para incluir nossos conhecimentos. E hoje, estamos há 15 anos no mercado.

Essa pandemia quebrou todo mundo, quer dizer, não seria diferente com a gente. Mas não quebramos de cair, deu uma diminuída, mas estamos retornando de novo. Nós, pescadores artesanais, só com essa parceria com a Guardiões do Mar, nós já plantamos mais de 40 hectares de restauração de manguezais, mais de 100 mil árvores. Então, são coisas que, às vezes, o próprio pescador não tem noção do tamanho que nós estamos fazendo.

Eu sinto muito prazer e muito orgulho quando participo destas mesas, que é muito gratificante de falar que todo esse manguezal, infelizmente que só 25% de manguezal aqui no recôncavo da Baía de Guanabara, que o manguezal começava lá em Botafogo e chegava em Itaipu, foram todos detonados. A metrópole do Rio de Janeiro, os municípios do entorno não conseguiram abraçar o manguezal que tinha na Baía de Guanabara. Agradeça a criação da APA Guapimirim, que foi mega superimportante, porque, senão, hoje em dia, nós não tinham nem 5% de manguezal, que é um dos ecossistema terrestres mais produtivos, ele só perde para o recife de corais, que sequestra cinco vezes mais carbono por metro quadrado e produz muito mais vida que qualquer outro ecossistema terrestre. Aquele cheiro de enxofre, aquele cheiro desagradável do manguezal não é cheiro de morte, é cheiro de vida. O manguezal tem beleza cênica, tem muita ciência... E, até esqueci! Eu também trabalho como auxiliar técnico de campo transportando os pesquisadores, que também são de grande valor. A pesquisa é importante para a gente descobrir que ainda tem muita coisa para a gente descobrir e ajudar a proteger o que a gente já tem.

Então, o nosso trabalho da cooperativa Manguezal Fluminense, com a parceria da APA de Guapi-Mirim e da Estação Ecológica da Guanabara com o Ministério do Meio Ambiente e ICMBio é de grande valor, que nos remete a ter uma visibilidade através dessas parcerias. As professoras que ajudam muito com auxílio técnico, com orientação, até. Às vezes, de uma certa forma, somos pescadores, não administradores, então, ajuda até em outras áreas. Porque é super gratificante, a única palavra que eu posso definir de tudo que aconteceu na minha vida através da Cooperativa Manguezal Fluminense e através do apoio, da gestão das faculdades, da UNIRIO, da professora Eloise e de outras universidades é obrigado.

Obrigado porque eu descobri que eu era apaixonado por esse ecossistema ainda a tempo de fazer alguma coisa por ele. Porque, quando eu só pescava, eu tinha uma visão que nem vários outros pescadores: é um monte de lama, mosquitos, cobra, fedido, de onde eu tiro o sustento da minha família. Hoje, eu olho de frente para ele, não olho de lado, e respeito. Que as pessoas, geralmente, não dão valor a um ecossistema que sustenta milhares de pessoas no entorno da Baía de Guanabara e até fora, que é direta e indiretamente. Só de caranguejo, são mais de 2 milhões de caranguejos ao ano que são extraídos aqui dentro da APA de Guapi-Mirim, são mais de 400 famílias, multiplicando essas 400 famílias por, pelo menos, 5 pessoas. Aí vem o dono do posto, da empresa de ônibus, o restaurante, o garçom, cozinheiro, todo mundo leva isso. São mais de 5 milhões, anualmente, que é distribuído através do caranguejo uçá, só falando do caranguejo. Aqui no entorno da Baía de Guanabara, nós temos mais de 80 espécies de peixes, porque, se não tivesse essa porção de 5500 hectares contínuos de manguezais aqui no recôncavo da Baía de Guanabara, a costa do Rio de Janeiro seria mais pobre em peixe. Olha o tamanho da importância que nós fazemos! Tem a modalidade de pesca que se chama curral de pesca. Quando os europeus chegaram aqui na Baía de Guanabara, os índios já pescavam assim. Olha! é uma forma de pesca milenar, olha que coisa interessante!

Temos os nossos botos, que é a menina dos olhos dos turistas. Tem a de pesca, tem a cata do caranguejo, tem educação ambiental dentro do manguezal com apenas três espécies de árvore. Nós produzimos, nos remetem a tanta coisa boa. O mangue preto, o mangue branco, o mangue vermelho... no mundo, tem mais de 40 espécies, mas tô falando aqui da Baía de Guanabara, três espécies de

árvores. Ele sequestra cinco vezes mais carbono do que qualquer outra floresta continental e nos dá o direito de deliciar vários produtos pesqueiros. Infelizmente, o pescado para ser consumido não é caça, é uma pesca que é diferente. Então, é muito interessante tá aqui falando nisso e botando esse ecossistema tão maravilhoso no lugar que ele merece.

Obrigado pelo tempo, que, senão, daqui a pouco eu vou passar, eu devo ter passado uns 15 minutos, né? Obrigado, e hoje... pera aí, rapidinho... hoje foi lançado um programa da O ECO, que vai falar sobre a Baía de Guanabara, com vários episódios. Hoje, o primeiro foi com nosso grande amigo Pedro Belga, que você tem que ficar bem. A Baía de Guanabara precisa muito de você, nós também. E hoje foi lançado o primeiro programa, vai ter outros, eu vou participar e vai ter várias pessoas participando defendendo essa baía maravilhosa, que, infelizmente, tem pessoas que acham que ela tá morta e não merece respeito e não merece ser tratada. Eu vou usar uma palavra aqui do meu amigo Pedro Belga, ela tá doente, mas não tá morta. E outra, se cuidar um pouquinho a mais ela se autorregenera, que é um ecossistema com muita resiliência porque, se não fosse assim, já tinha morrido.

Obrigado pela oportunidade de me emocionar todas as vezes que eu falo. Obrigado.

Desafios e perspectivas na implementação do programa de parcerias em Minas Gerais

Cecília Vilhena

Sobre a palestrante

Cecília Vilhena é analista ambiental do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, integra o Núcleo de Projetos Especiais do IEF, setor responsável pela condução do PARC – Programa de Concessão dos Parques Estaduais.

Introdução

Obrigada a todos da coordenação do evento pela oportunidade de estar aqui falando um pouquinho para vocês da experiência de Minas Gerais. Fiquei emocionada com a fala do Malafaia. Então, agradeço a oportunidade de ouvir essas experiências inspiradoras.

Então, vou trazer para vocês um pouco dos desafios das perspectivas da implementação do programa de parcerias em Unidades de Conservação do estado de Minas.

O programa de parcerias em Unidades de Conservação em Minas Gerais

O programa, ele foi lançado pelo governo em 2019. O estado tinha algumas iniciativas, algumas tentativas de como formalizar suas parcerias e concessões anteriores, mas nada em um formato muito estruturado. Então, em 2019, o governo do estado lançou esse programa com a meta de estabelecer concessões e parcerias em até 20 Unidades de Conservação do estado até 2022.

Hoje, o estado de Minas tem 94 Unidades de Conservação; são 41 parques e, apesar do programa levar o nome de parques, ele envolve também outras categorias de Unidade de Conservação, como eu vou mencionar adiante. E esse programa, ele tem uma governança formalizada por meio de um acordo de cooperação técnica envolvendo várias secretarias. Então, o Instituto Estadual de Florestas é quem coordena o programa, mas tem um envolvimento da Secretaria de Meio Ambiente, da Secretaria de Cultura e Turismo e da Secretaria de Infraestrutura de Estado, que, juntos, compõem um comitê executivo. E, também, a gente gosta sempre de reforçar a importante parceria, também,

que foi formalizada com o Instituto SEMEIA, que nos apoia nesse processo, com todo o know-how que eles têm na formalização de parcerias e concessões de Unidades de Conservação.

Primeiro, assim, o que motivou o estabelecimento desse programa: a gente sabe que o estado de Minas, ele tem passado, em alguns anos, em calamidade financeira, dificuldades fiscais, os orçamentos das Unidades de Conservação cada vez maiores. Então, a gente tem já inúmeros problemas que eu imagino que são de conhecimento da maioria de vocês, para gestão das Unidades de Conservação como um todo. E quando a gente fala da visitação não é diferente, né? Mas a visitação, ela é uma atividade muito específica e, para ser promovida, ela envolve uma certa dedicação, uma certa expertise. Uma atividade complexa, envolve uma promoção, uma equipe qualificada, existência de recursos para manutenção e reparo que, muitas vezes, dentro do processo de estado, a gente acaba enfrentando uma grande morosidade, uma escassez de recurso financeiro, escassez de recurso humano, e o nosso trabalho, quando essa gestão fica nas nossas mãos, ele fica aquém da nossa vontade. Assim, a gente sabe que a gente tem um potencial muito rico dentro do nosso estado, assim como no Brasil inteiro, mas a gente não consegue ofertar serviços de qualidade, a gente não consegue atrair a grande sociedade, porque a gente atrai um público muito específico, muitas vezes, mais aventureiro para conhecer essas áreas protegidas, todo esse potencial, essas belezas. Mas a grande sociedade ainda não conhece os nossos parques, em função dessa ausência de serviços. E a gente acredita que isso acaba gerando um distanciamento da sociedade em relação às Unidades de Conservação, que, muitas vezes, são vistas como entraves ao desenvolvimento de uma região, e não como uma oportunidade.

Então, em função de todos esses fatores, o estado passou a buscar modelos de gestão mais inovadores para as Unidades de Conservação, buscando inovação e excelência. Aí, o intuito do programa é, então, ofertar serviços diversificados nas Unidades de Conservação, uma melhoria também na infraestrutura dessas Unidades. Muitas vezes o estado consegue fazer até um investimento em infraestrutura, mas não consegue garantir uma manutenção ou melhorar ao longo do tempo, isso acaba ficando obsoleto e acaba gerando diversos problemas.

A gente pretende, também, ter um envolvimento maior da comunidade contribuindo com a sensibilização da sociedade para as causas ambientais, uma vez que a gente acredita que o programa vai atrair mais pessoas para conhecer essas áreas, e quem conhece gosta, quem gosta cuida. Então, a gente acha que é uma política que fortalece o sistema de Unidades de Conservação como um todo, nesse sentido, a política do turismo em si. Também, com o número de visitantes, acredita-se na geração de emprego e renda para a população do entorno, uma redução do custo para o estado também na manutenção dessas áreas podendo dedicar, reverter parte do orçamento do IEF, gasto com visitação, e é um fato que as Unidades, hoje, que são mais estruturadas e que recebem mais visitantes são quem fazem uso da maior parcela dos recursos, do orçamento do IEF. Então, a ideia é reduzir o custo nas ações de visitação e poder reverter essa parcela do orçamento para outras Unidades de Conservação do estado que não têm um orçamento adequado. E também, o estado passaria a se concentrar nas ações da instituição e suas atividades finalísticas nas ações de conservação ambiental propriamente dita.

Então, essas propostas de parcerias e concessões, elas são exclusivamente voltadas para a promoção, para gestão de atividades e de serviços relacionados ao turismo nas Unidades de uso público, como, por exemplo, o transporte, lojas de produtos relacionados à Unidade, de souvenirs, camping e serviços de hospedagem, as atividades de aventura, aluguel de equipamentos, como bicicleta, serviço de alimentação, venda de ingressos on-line, atendimento no centro de visitantes. Nós temos, também, alguns museus, então, são somente atividades voltadas para visitação.

Então, nesse arranjo, o governo, ele é responsável por aprovar as atividades turísticas que serão executadas, e ele mantém as suas atribuições de conservação ambiental, coleta pesquisa, educação ambiental, prevenção e combate a incêndios e ele incorpora, também, a importante função de monitorar e fiscalizar o desempenho desse parceiro privado; não é uma privatização. A gente não tá repassando o direito de exploração sem regras e diretrizes, então, esse monitoramento e essa fiscalização contratual,

ele é uma importante função que o estado, no caso, o IEF, vai assumir dentro desse processo. Em contrapartida, o ente privado é responsável por implantar infraestrutura, fazer todo o investimento necessário para visitação turística, garantir padrões superiores de serviços turísticos existentes na Unidade e serviços de apoio também, e tem o direito de explorar comercialmente esses serviços, e ele compartilha as receitas dessas parcerias com o estado. E esse compartilhamento vai depender de um estudo de viabilidade econômica que é realizado previamente a esses editais, a essas licitações.

O instrumento jurídico que tem sido buscado com maior ênfase hoje, assim, eu vejo, não só no estado de Minas, mas tem sido uma grande tendência no País, são as concessões que, em geral, são contratos mais longos que envolvem empresas maiores e que abrangem ali os diversos serviços turísticos que podem ser ofertados naquela Unidade. Entretanto, em algumas outras Unidades, a gente também tem buscado diversificar essa agenda de parcerias trazendo outros instrumentos, como permissões e autorizações de uso e, até mesmo, parcerias com o terceiro setor. Então, existem diferentes modalidades que estão sendo trabalhadas nesse processo.

A participação social, ela acontece de uma forma ampla. A gente sabe que, muitas vezes, quando a gente divulga que uma parceria vai ser celebrada em uma determinada Unidade de Conservação e a gente compartilha com o conselho, gera muitas ansiedades, muitas dúvidas, muitas inquietações. Entretanto, o processo, ele é participativo, ele é divulgado; mas, para o estado, antes de abrir todas as informações, é feito um estudo prévio para depois ser compartilhado, principalmente, nos fóruns no período de consulta pública e audiência pública. Mas, antes disso, a gente já colhe contribuições do conselho, do poder público municipal, a gente busca gestores das Unidades de Conservação, que têm uma participação direta nesse processo... as informações sobre quais os principais aspectos, as peculiaridades que precisam ser levadas em consideração, porque cada estudo, cada processo, ele é o único e ele tem que considerar essas peculiaridades, mas a gente busca escutar todos os interessados da comunidade local, inclusive o setor privado, possivelmente interessados também nesses processos, para tentar fazer um projeto com sucesso na sua execução.

Então, o processo, o estabelecimento de uma parceira, ele passe, primeiramente, por um diagnóstico prévio, depois os estudos de viabilidade econômica, que vão dizer o que que é possível fazer. Às vezes, a gente quer colocar muitas contrapartidas ou exigir demais de um parceiro privado, mas ele também assume inúmeros postos.

Então, isso é uma balança, e a gente busca o equilíbrio nessa balança: ter um empreendimento que seja atrativo economicamente para o mercado e que também seja interessante do ponto de vista da conservação e do interesse público, principalmente. A partir da viabilidade é que a gente seleciona um modelo de parceria mais adequado e parte para a elaboração dos instrumentos jurídicos, editais de chamamento público, quando são parcerias mais simples, ou editais de licitações com seus anexos, passa pelo processo de consulta e audiência pública até chegar na licitação e assinatura do contrato.

Aqui, rapidamente demonstrando que as Unidades contempladas dentro do programa, elas estão espalhadas por diversas regiões do estado. Para selecionar essas Unidades, a gente fez uma matriz, uma pré-análise de viabilidade considerando alguns critérios que foram incorporados em uma matriz e que se chegou a essa relação de quais Unidades seriam mais propícias para o estabelecimento de parcerias. Então, essa matriz, ela leva em consideração os critérios econômico-financeiros, como número de visitantes que a Unidade recebe, alguns índices que a gente já tinha de um estudo anterior, até em parceria com o SEMEIA, que são sobre a atratividade turística e atratividade de mercado, que consideram a beleza da Unidade, o potencial de atração, o acesso, facilidade de acesso, entre outros fatores, e também, a existência de infraestrutura nessa Unidade.

Como critérios técnicos, a gente tem a necessidade de existência do plano de manejo, porque todo contrato, todas as previsões de possibilidades para exploração turística dentro da Unidade de Conservação, ele segue as regras impostas pelo plano de manejo e o critério, como critério jurídico. A gente considera, também, a questão da regularização fundiária, que tem sido um de nossos grandes gargalos; nem todas as Unidades de Conservação, elas foram regularizadas fundiariamente. Então,

tem propriedades privadas que não podem fazer parte de uma concessão, que muitas vezes tem outros usos que são ali compatibilizados até essa situação ser sanada. Infelizmente, a gente tem um passivo muito grande, não só em Minas Gerais, mas como em todas as Unidades do Brasil na questão da regularização fundiária, então, a gente analisou todos esses critérios e compôs essa matriz com essa relação de 20 Unidades de Conservação, cada uma numa condição, numa situação muito peculiar, muito singular que envolve estudo bem específico para gente chegar, de fato, ao estabelecimento dessa parceria. Um exemplo é o número de visitantes que essas Unidades recebem e que é bem diferente. Claro que a gente sabe que o nosso controle, em alguma dessas áreas, ele não é efetivo; tem áreas que você não consegue nem estabelecer o controle, de fato, de quantas pessoas estão entrando nas áreas, por ausência de estrutura ou por ausência de pessoal e de recursos humanos nas Unidades de Conservação. Mas a gente já consegue identificar uma relação de algumas Unidades que têm uma visitação que seria atrativa, interessante de incrementar um processo de parceria mais elaborado, como uma concessão. E outras Unidades têm uma visitação ainda bem pequena, bem aquém, muito diferente dos grandes parques nacionais que já estão concedidos. Então, é um modelo que atraia interessados no mercado privado, que viabilize uma ação adequada, também, desse futuro parceiro privado; que ele consiga não só explorar, mas explorar com cautela, com responsabilidade, seguindo todas as regras do contrato; para isso, ele precisa ter recursos.

Então, a gente faz uma pesquisa de demanda de possibilidade de implemento dessa visitação dentro do escopo dos contratos. Mas, ainda assim, é um grande desafio para Minas ampliar essa visitação, tornar essas Unidades mais visitadas e conhecidas. E principalmente que esse acho que é um dos pontos também interessantes da concessão; é que o recurso, ele acaba ficando na Unidade, porque, quando o estado gere, o recurso arrecadado na portaria, numa cobrança de ingresso, ele cai no caixa único do estado, ele não volta para o orçamento do IEF, a gente não tem acesso a esse recurso. E com isso, a gente enfrenta problemas, às vezes, das Unidades, que são mais visitadas, como por exemplo, a de Ibitipoca. Queima um chuveiro da área de campo e não tenho dinheiro para trocar a resistência, o gerente tira o dinheiro do bolso, aquela resistência, aquele atendimento não é feito. Então, são questões, às vezes, muito pequenas que acabam gerando transtornos ali no dia a dia, uma simples ferramenta para fazer um manejo de trilha adequado. Enfim, então, a gente acredita que, quando se estabelece a concessão, também, ou outro tipo de parceria, esse recurso, ele acaba voltando de alguma forma para investimento na Unidade de Conservação.

Com qualquer perspectiva, hoje, do nosso programa, Minas teve o primeiro contrato de concessão assinado em agosto de 2021, super recente, a gente ainda tá passando por uma fase de transição contratual. A concessionária assume, de fato, as Unidades no dia 3 de janeiro. Essas Unidades compõem a rota das Grutas Peter Lund, que compreendem as três principais cavernas turísticas de Minas. Para quem conhece, o Parque do Sumidouro abrange a Gruta da Lapinha, Gruta do Maquiné e a Gruta Rei do Mato, que são outros dois monumentos naturais. Então, são áreas que já têm uma certa visitação, e foi o nosso primeiro contrato de concessão firmado. Além dessas três Unidades que compreendem um único contrato, sete outras Unidades estão em estudo em uma parceria com o BNDES, e aí o estudo, a gente coloca, para concessão, a intenção primordial do estado, mas, caso não tenha uma visibilidade para a concessão, não se descarta que algumas dessas Unidades possam ser indicadas para um outro modelo de parceria.

O primeiro, a gente tá com uma expectativa de lançar o primeiro lote com duas Unidades de Conservação. Dentro desse lote das Unidades, está sendo estudado, pelo BNDES, lançar a consulta pública ainda esse mês, até o final do mês, no mais tardar em janeiro. A gente também tem uma Unidade com estudo para ser contratado, uma parceria com o Ministério do Turismo, que é o Parque Nova Baden, e a gente tem outras duas Unidades com processos de licitação do próprio IEF para contratação desses estudos, que é o Serra do Papagaio e o Parque Fernão Dias, que, na verdade, ela chama APA-Parque, mas ela tem uma característica bem de parque urbano no município de Betim Contagem, aqui na Grande BH.

E dentro dessa perspectiva para outras modalidades de parcerias, então, mencionei aqui três Unidades, estão tendendo a serem formalizados contratos de concessão, mas existe já uma minuta de acordo de cooperação, com organização da sociedade civil, em estágio bastante avançado de elaboração. Provavelmente, a gente vai publicar o edital de chamamento público, no primeiro semestre do ano que vem, para o Parque Estadual do Pau Furado, que é na região do Triângulo Mineiro. Estamos, também, minutando um decreto de adoção de Unidades de Conservação que deve ser publicado.

A gente não inventa muita roda não, a gente aprende bastante com os órgãos federais e com iniciativas que já existem e que têm dado bons frutos. O decreto de adoção é uma delas, que já existe em nível federal, e a gente tá trabalhando em nível do estado. Em algumas portarias, também regulamentando a atuação para credenciamento de condutores de visitantes e também para prestação de serviços aquaviários, passeio de barco em algumas Unidades que têm esse perfil, então, para essas portarias, também, já estão minutados, estão passando pelo processo de análise jurídica interna, e devem ser publicadas no ano que vem para que consigamos estabelecer alguns processos de autorização. Nesse sentido, com prestadores de serviços e também avançando em algumas concessões simples de serviços de alimentação, como, por exemplo, lá no Parque Estadual de Lapa Grande, Montes Claros.

Desafios para a implementação das parcerias

A gente tem inúmeros desafios nesse processo, né? Eu trouxe aqui alguns deles.

O tempo é curto, né? Eu falo que a gente tem assunto para falar desse tema por um dia inteiro! Então... mas alguns desses desafios que a gente enfrenta, a própria quando a gente fala das concessões, é a complexidade desses estudos, né? Por serem contratos muito longos, traz uma complexidade; a gente tem que pensar em várias questões, não é um processo simples, não é um processo rápido, o que demonstrou, logo de cara, que essa meta do estado colocada para 20 Unidades de Conservação em três anos e meio era um pouco audaciosa demais, quase que inatingível. Então, a gente também não se preocupa tanto com o cronograma do estado, a gente se preocupa mais com qualidade técnica. E vamos avançando, na medida do possível, para termos bons estudos e bons editais no mercado.

Também a viabilidade técnica das Unidades de Conservação, alguns planos de manejo muito defasados, que já não compreendem nem a realidade hoje praticada pelo gestor, então, a gente precisa, muitas vezes, trabalhar numa atualização do plano no processo amplo, democrático e participativo para, depois, pensar no estudo da concessão, porque ele respeita o assoreamento ali previsto nos documentos e também a regularização fundiária, que eu já mencionei. Se a gente não tem a posse da área, um documento do título, a propriedade não é registrada em nome do estado, a gente não consegue estabelecer tipo de contrato.

A viabilidade econômica das UCs também já mencionei um pouquinho, né? Tá ligado ali, esse estudo de demanda das Unidades, as possibilidades de receitas que, no nosso caso, não são comparáveis com parque nacionais que a gente teve concedidos, como Foz do Iguaçu, Noronha; são outras realidades, são lindíssimos, é uma outra realidade, e a gente tem que trabalhar muito ali, no equilíbrio do contrato. E isso tudo gera riscos na atração de interessados.

A gestão contratual é outro ponto, o risco na atração de interessados. É porque, hoje, é uma tendência muito forte, no Brasil, o estabelecimento de concessões. Eu já consegui mapear mais de 60 Unidades de Conservação sendo estudadas para concessões, e a gente tem, em torno, de seis empresas no mercado. Então, o mercado está crescendo, mas ele ainda é muito pequeno para a quantidade de parques que pretendem ser concessionados. Além disso, um grande desafio é a gestão deste contrato, o monitoramento, que é extremamente importante para a gente conseguir os nossos objetivos. É algo novo, e é uma cidade diferente para a maioria dos analistas ambientais dentro do órgão, e é um aprendizado.

Quando a gente fala de outros tipos de parcerias, como autorizações, permissões e os acordos de cooperação com o terceiro setor, a gente enfrenta desafios, também, na estruturação desses

editais, é muito mais simples. Os contratos, eles envolvem os acordos e as autorizações, eles são mais precários, eles duram pouco tempo, podem ser renovados. Mas, muitas vezes, você não encontra uma região com operadores, com comunidade organizada, com prestadores de serviços estruturados e organizados. Então, esse é um desafio para a gente também quando a gente busca esse tipo de parceria, diferentemente das concessionárias, que têm uma alta capacidade de investimentos. Nessas parcerias, a gente tem uma baixa capacidade de investimentos, então, elas são muito interessantes quando você possui alguma infraestrutura, já tem uma condição de auxiliar na prestação do serviço. Em muitos dos casos, há peculiaridades nesse processo, mas, muitas vezes, a gente não consegue mudar tanto a realidade da Unidade, tanto como a gente gostaria.

E também, tem riscos na atração de interessados por um edital publicado, um edital de chamamento público. Aí a gente tem alguns exemplos: mesmo quando você fala de um serviço isolado de restaurante, não adianta, se o visitante não tá lá, não adianta você ter uma estrutura de restaurante e fazer uma terceirização, uma permissão para aquele serviço que não vai parar em pé; o restaurante vai quebrar, e ele não se sustenta sozinho. Então, se não tiver alguém ali responsável por promover, vender, comercializar on-line aquele ingresso, vender o restaurante com souvenirs, com atividade turística, você não consegue mudar um pouco o cenário da Unidade de Conservação. E aí, conduzir também vários contratos similares ao mesmo tempo dentro da Unidade de Conservação é uma outra complexidade. Então, são desafios que a gente enfrenta e a gente vem superando e aprendendo a cada dia mais.

Algumas premissas relacionadas ao projeto: a gente tem..., todos os nossos projetos, principalmente de concessão, levam em consideração a contratação de mão de obra local como indicador de desempenho do parceiro privado. A gente não obriga a contratação da mão de obra local, mas quem contrata mão de obra local, tem um percentual de mão de obra local dentro de seu contrato. Ele tem alguns abatimentos dentro do procedimento de mensuração do desempenho do privado ao longo do contrato; tem, também, a existência de um programa de monitoramento de impactos, que é sempre uma preocupação das pessoas, de ter uma exploração indevida, de causar muitos impactos, então, o contrato, ele vem atrelado a um programa de monitoramento de impactos, e o monitoramento é constante, às vezes, envolve uma mensuração rotineira; e a manutenção da política de isenções e descontos, não só para a comunidade local, pros conselhos, para os parceiros, então, a gente mantém a atual política de isenções e descontos, que é aplicada pelo IEF em todos os contratos. O concessionário tem que seguir essa política, um respeito ao zoneamento ambiental da Unidade, com todas as suas regras de uso, e, para os projetos, estão sendo estruturados agora; a Rota Lund ainda não teve essa proposta. Tem sido previsto um percentual das receitas das concessões aplicadas no que a gente tá chamando de macrotemas; alguns projetos federais já trouxeram essa inovação. Ou seja, ao invés da concessionária pagar uma outorga, ou seja, pagar por ano um valor, a gente consegue... e esse valor entrar no caixa único do Estado..., a gente consegue reverter isso para que a concessionária envie seus projetos locais, gerando benefícios sociais e ambientais para a região.

Eu acho que eu já tomei um pouquinho mais do meu tempo, até saltei alguns slides, mas fico à disposição para esclarecimento de dúvidas de vocês. Obrigada!

Ecoturismo e Concessões: oportunidades e desafios

Paula Normandia Moreira Brumatti¹

¹ paula.brumatti@ifrn.edu.br

Sobre a palestrante

Doutora em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Cultura & Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Campinas. Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Professora do Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Norte (IFRN).

Introdução

Desde a década de 1980, o ecoturismo desponta no mercado turístico internacional como um segmento da atividade turística que busca, em sua essência, a valorização do patrimônio ambiental e cultural. Inicialmente definido como uma “viagem para áreas naturais não degradadas, com o objetivo específico de estudar, admirar e fruir a paisagem e sua fauna e flora, tanto quanto manifestações culturais (do passado e presente) encontradas nestas áreas” (Ceballos-Lascurain, 1998), sua prática e seu desenvolvimento passam a assumir responsabilidades econômicas, ambientais e, principalmente, sociais na medida em que o paradigma da sustentabilidade evolui.

Considerando os últimos 30 anos, o ecoturismo foi promovido por diversas nações como uma alternativa ambientalmente e socialmente responsável de desenvolvimento turístico, porém são diversos os casos retratados na literatura acadêmica e científica em que ele, na prática, representou a simples utilização de ambientes naturais pelo turismo, sem o efetivo envolvimento e engajamento das comunidades locais (Dedina & Young, 1995). Assim, seria o ecoturismo um conceito mal compreendido ou uma prática promovida de maneira incompleta? Quais seriam as oportunidades e os desafios para a promoção do ecoturismo, baseado em princípios da sustentabilidade, considerando a expansão de arranjos institucionais como as concessões turísticas em áreas protegidas no Brasil?

Foram esses questionamentos que subsidiaram a apresentação da autora em sua participação no II Seminário de Ecoturismo e Conservação, promovido pelo Programa de Pós-graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A partir de suas pesquisas, seu objetivo foi provocar uma reflexão sobre oportunidades e desafios de promoção do ecoturismo, em sua concepção mais ampla, considerando alguns resultados da implementação dos modelos de concessões turísticas em áreas protegidas no Brasil e limitações em sua aplicação no cenário latino-americano.

Promoção do ecoturismo

A perspectiva da sustentabilidade traz para a concepção do ecoturismo uma abordagem ética da atividade em áreas protegidas (AP), exigindo, ao segmento, o compromisso com a adoção de medidas para: a minimização dos impactos negativos nas diferentes dimensões (econômica, ambiental e social); o incremento das oportunidades de sensibilização e educação ambiental; o apoio à conservação e ao financiamento das AP; a promoção de experiências positivas para turistas e anfitriões; a democratização (participação e inclusão social) e distribuição de benefícios socioeconômicos às comunidades locais; finalmente, mas não menos importante, a criação de oportunidades para o empoderamento dessas comunidades, com respeito a suas culturas e seus modos de vida, em especial das populações originárias.

O que de fato parece mais evidente na promoção do ecoturismo são ações governamentais das diversas instituições e organizações públicas e/ou privadas para alavancar o fluxo da visitação nos espaços naturais — como forma de reconhecimento e valorização do patrimônio ambiental pela sociedade e melhoria da qualidade de vida —, criando maiores oportunidades de apoio financeiro e social para sua conservação. Ademais, é cada vez mais exigida a oferta de produtos e serviços recreativos e turísticos que respeitem limites aceitáveis de impactos às áreas e aos seus recursos, visando maior responsabilidade ambiental e aprimoramento da qualidade da experiência da visitação.

Embora essas ações contribuam para a gestão da conservação e do uso público das AP, o aumento do fluxo da visitação incita preocupações, principalmente, em contextos em que ações voltadas para a educação e interpretação ambiental são incipientes, especialmente aquelas direcionadas aos próprios visitantes, que assumem papel protagonista no uso público. O turismo é promovido numa perspectiva predominantemente econômica e mercadológica em que o negligenciamento das comunidades locais — enquanto atores fundamentais para o desenvolvimento local e conservação destes espaços — persiste.

Portanto, promover efetivamente o ecoturismo, como forma de integrar a conservação ambiental ao respeito pela cultura local e a diversificação de atividades econômicas via processos participativos (WWF- Brasil, 2003), coloca a governança como elemento fundamental.

Isso porque, hoje, a complexidade envolvida na efetividade de gestão das AP e do uso público está atrelada a diversos fatores, destacando-se: a ampliação do Sistema de Áreas Protegidas, incorporando espaços e territórios com características socioambientais e objetivos de conservação distintos; a crescente demanda e importância atribuída ao uso turístico e recreativo; a expansão dos sistemas democráticos e tipos de governança; e a diversidade de arranjos institucionais entre os setores públicos e privados para a gestão do turismo. Entre estes diversos arranjos, destacam-se, no contexto brasileiro, as concessões dos serviços de apoio à visitação.

Concessões turísticas

As concessões turísticas são definidas como uma licença, permissão ou autorização concedida pela administração pública (agência governamental) a terceiros, por meio de diferentes instrumentos (leilões, concursos, licitações, seleção direta), para prover serviços relativos ao uso público — turístico e recreativo — no interior das AP por um período pré-determinado (Dinica, 2018; Spenceley et al., 2017). Podem envolver algum repasse de arrecadação ao governo e a diferentes atores sociais, sendo comum as parcerias com organizações privadas com fins lucrativos.

As parcerias com empresas privadas representariam uma estratégia de gestão do uso público proveitosa para todos (win-win solution), em que os turistas se beneficiariam com a melhoria da qualidade da experiência por meio de maiores investimentos em infraestrutura pelas empresas privadas; o governo, com a arrecadação de recursos para a gestão da conservação; as comunidades, com maiores oportunidades de emprego e renda; e as empresas, com os lucros decorrentes da comercialização de produtos e serviços turísticos (Brockington & Duffy, 2010; Nyahunzvi, 2016).

Entretanto, o êxito das concessões depende de uma série de variáveis e de seu contexto político e institucional de implementação — considerando especialmente o conjunto de instrumentos políticos e legais de definição e delineamento de diretrizes do modelo; de ferramentas de prospecção do processo para definição de oportunidades, estruturas, preços e operadores; bem como de instrumentos de gestão e monitoramento dos acordos (Eagles et al., 2002; Wyman et al., 2011).

No Brasil, o governo federal tem cada vez mais fomentado as concessões de serviços de apoio à visitação, envolvendo projetos de grande envergadura para investimentos em obras e operações, por meio de processos de licitação, especialmente em Parques Nacionais. Até 2020, já eram sete parques concessionados, com contratos firmados com empresas privadas.

Estudando as concessões turísticas, Brumatti (2020) identifica que, de fato, no Brasil, elas têm

contribuído, em especial, para o aumento e a ordenamento da visitação; a melhoria de infraestrutura e qualidade dos serviços; a geração de emprego; e o aumento da arrecadação. Entretanto, as principais limitações do modelo se aproximam das mesmas identificadas no contexto latino-americano, onde as concessões são promovidas e implementadas com foco em grandes e poucos investidores privados, pouca participação pública e sob mecanismos débeis de monitoramento.

Nesse sentido, as oportunidades para a consolidação do ecoturismo estariam relacionadas, principalmente, a ações para a diversificação de produtos e serviços turísticos; para o incremento da receita para financiamento das AP e reinvestimentos em programas de conservação e educação ambiental; para a valorização do patrimônio ambiental e promoção do empoderamento econômico; e para a melhoria de qualidade de vida na área de entorno.

Ao mesmo tempo, os desafios se consolidam, especialmente, em aspectos sociais, destacando a necessidade de um maior comprometimento desse modelo de gestão com ações mais efetivas de democratização do acesso e uso às AP; de distribuição dos benefícios socioeconômicos relacionados à visitação e ao turismo (Brumatti & Rozendo, 2021); assim como para a geração efetiva de oportunidades para o desenvolvimento local e para o monitoramento dos impactos socioambientais.

Referências

- BROCKINGTON, D.; DUFFY, R. Capitalism and conservation: The production and reproduction of biodiversity conservation. *Antipode*, v. 42, n. 3, p. 469-484, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.2010.00760.x>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- BRUMATTI, P. N. M. O espelho das concessões turísticas em Parques Nacionais do Brasil: uma perspectiva sobre vulnerabilidades. 2020. Tese (Doutorado em Turismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.
- BRUMATTI, P. N. M.; ROZENDO, C. Parques Nacionais, turismo e governança: reflexões acerca das concessões dos serviços turísticos no Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 15, n. 3, p. 2119-2119, 2021.
- CEBALLOS-LASCURAIN, H. Ecoturismo. México: Editorial Diana, 1998.
- DEDINA, S.; YOUNG, E. Local People and Gray Whale Tourism in Baja California Sur, México. *Journal of The American Cetacean Society*, v. 29, n. 2, p. 8-13, 1995.
- DINICA, V. The environmental sustainability of protected area tourism: Towards a concession-related theory of regulation. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 26, n. 1, p. 146-164, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2017.1322599>. Acesso em: 02 jun. 2019.
- EAGLES, P. F.; MCCOOL, S. F.; HAYNES, C. D. Sustainable tourism in protected areas: Guidelines for planning and management. Gland; Cambridge: IUCN, 2002. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-008.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- NYAHUNZVI, D. K. The changing nature of national parks under neoliberalization. In: Mosedale, J. (Ed). *Neoliberalism and the political economy of tourism*. London/New York: Routledge, 2016. p. 111-128.
- SPENCELEY, A.; SNYMAN, S.; EAGLES. Guidelines for tourism partnerships and concessions for protected areas: generating sustainable revenues for conservation and development. Secretariat of the Convention on Biological Diversity and IUCN, 2017. Disponível em: <https://www.cbd.int/tourism/doc/tourism-partnerships-protected-areas-web.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2018.
- WWF-Brasil. Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. MITRAUD, S. (Org.). Brasília: WWF-Brasil, 2003.470p.
- WYMAN, M.; BARBORAK, J. R.; INAMDAR, N.; STEIN, T. Best practices for tourism concessions in protected areas: a review of the field. *Forests*, v. 2, n. 4, p. 913-928, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/f2040913>. Acesso em: 10 fev. 2018.

Mesa de Encerramento

Mediação: **André Scarambone Zaú**

Importância e aplicabilidade das pesquisas em Ecoturismo e Conservação

Manuela Tambellini¹

¹ manuelatambellini@gmail.com

Sobre a palestrante

Manuela Tambellini é Turismóloga, trabalha na área ambiental há mais de 20 anos. Atualmente é Gerente de Visitação, Negócios e Sustentabilidade da Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas do Instituto Estadual do Ambiente (INEA/RJ).

Introdução

Boa tarde. Gostaria de saudar a todos(as) que estão nos assistindo, aos colegas da mesa e à intérprete Eliza.

Assisti às palestras anteriores e quero agradecer pelos ensinamentos da Profa. Luiza Ponciano (UNIRIO), Profa. Paula Brumatti (IFRN), Alaildo Malafaia (Cooperativa Manguezal Fluminense) e Cecília Vilhena (IEF) que enriquecem tanto o nosso trabalho.

Vou mostrar um pouco das ações da Gerência de Visitação, Negócios e Sustentabilidade da Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas do INEA.

Gerência de Visitação, Negócios e Sustentabilidade

A gerência trata dos aspectos da visitação e esse é o link para a página do INEA que apresenta os parques estaduais do Rio de Janeiro: <http://parquesestaduais.inea.rj.gov.br/inea/>.

Nessa imagem temos as unidades de conservação (UCs) do Estado.

Temos uma demanda muito grande por ecoturismo nas UCs do Estado. Eu queria trazer isso aqui, pois é um tema trabalhado pela Gerência. E nós demandamos por pesquisas nessa área e hoje já temos inúmeras pesquisas sobre ecoturismo.

Estamos focados em promover a visitação e a sustentabilidade nas UCs. Temos serviço voltado tanto para a sustentabilidade financeira como a sustentabilidade política, cultural, ambiental.

Venho trazer aqui essa demanda pelo ecoturismo, pelo lazer em áreas naturais. A gente busca e acho que poderíamos trabalhar juntos nisso; para pensarmos no lazer, nas pessoas se apropriando das UCs como um espaço onde elas podem praticar esportes, por exemplo. Aqui me refiro aos moradores do município ou do estado. Isso influencia também no crescimento dessa questão do ecoturismo né. Ele está cada vez maior e as nossas necessidades que antes a gente já tinha sobre pesquisas cada vez aumenta mais.

Como a gente trabalho muito ligado a turismo, a gente gosta de fazer essa relação com as atividades turísticas do estado do Rio de Janeiro.

Aqui já traz uma possibilidade de pesquisa em relação à paisagem. Porque a paisagem que é vendida para essas regiões turísticas, esses destinos turísticos, até internacionais como no caso de Búzios e Angra dos Reis, normalmente, as paisagens são de UCs. Sejam estaduais, municipais ou federais.

Aqui temos uma estimativa da visitação no ano de 2019. Esses números estão muito mudados agora e isso também já demanda uma pesquisa para se atualizar os dados sobre visitação dentro das UCs.

Quanto ao perfil de visitantes, tema que também demanda pesquisa, pois nossos dados estão um pouco defasados – são de 2013 – e é um aspecto muito importante para o desenvolvimento de políticas públicas e de parcerias e para um conjunto diverso de ações, como a elaboração de placas etc.

Aqui é um equipamento que nós temos e gostaríamos que fosse usado por todos, no sentido de que os dados trazem um controle bastante preciso da visitação, que é o eco-contador. Temos aqui algumas trilhas de algumas UCs e ele indica a hora que o visitante passou por ali e ele dá a quantidade exata de pessoas e isso já nos ajudou em algumas situações para ordenamento da UC. Além disso, temos os livros de registro e de cume.

Aqui são os dados dos eco-contadores, eles são muito precisos:

Esses são dados que podem ajudar em pesquisa e estão disponíveis para a universidade. É lógico que a pesquisa precisa estar cadastrada no INEA.

Nós temos outros levantamentos, também um pouco defasados, sobre as trilhas mais utilizadas nos parques estaduais. A distância e o tipo de trilha, se ela é usada para recreação, se é uma travessia. Enfim, é um banco de dados que só é disponibilizado quando solicitado.

Monitoramento e ordenamento da visitação

Aqui eu queria falar para vocês um pouco sobre essa questão do monitoramento e ordenamento da visitação na prainha do Pontal do Atalaia no Parque Estadual da Costa do Sol (PECS).

É interessante ressaltar que teve um estudo de capacidade de carga né pela universidade. E a gente utilizou esse estudo e aí mostra como é fundamental para a gente estudos e pesquisas. A gente usou esse estudo para montar um termo de compromisso que envolveu Ministério Público, as prefeituras, outras secretarias do Estado e isso tudo a gente se baseia nesse estudo de capacidade de carga.

Sobre a Pedra do Telégrafo, a gente tem algumas pesquisas sendo trabalhadas na Pedra do Telégrafo que fica no Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), na região metropolitana do Rio de Janeiro. Como vocês podem ver, nós temos uma visitação intensa. E aí nós utilizamos pesquisas também para fazer um ordenamento, especialmente voltado para esse momento de pandemia.

O monitoramento da Cachoeira do Saco Bravo na Reserva Ecológica Estadual da Joatinga (REEJ) a gente utilizou alguns estudos e uma conversa – aí eu lembro da fala da Camila do quanto a gente cria de produtos em conversas com a comunidade. A comunidade nos trouxe essa necessidade de fazer um ordenamento e a obrigação de o pessoal subir ali só com condutores locais. Então, a gente trabalhou a formação de condutores locais em parcerias com as universidades. A gente tem diversos professores e professoras da UERJ, UNIRIO e UFRJ que não aula gratuitamente e voluntariamente nesses cursos. Aqui a gente acabou de encerrar o segundo curso de formação de condutores locais.

E aí também vem a criação da política pública. Não só curso, como já é dado. Mas se comprovou, se demonstrou a necessidade de que os visitantes não subam, nesse caso específico, pelo risco de morte e de acidentes, sem condutores locais. Isso nos apoia, nós criamos uma resolução para normatizar essa visitação.

Programa de Formação de Guias e Condutores

Aí trazendo então o Programa de Formação de Guias e Condutores que já formou inúmeros condutores em várias UCs.

E é sempre realizado em parcerias com as universidades públicas. E coloco a dificuldade de os órgãos públicos, como universidades e o INEA, de estabelecer parcerias. Às vezes a gente tem parceria com o professor ou a professora e com a universidade ainda tá caminhando né para uma parceria formalizada. Mas a universidade sempre está muito presente com a gente, representada pelos professores e professoras.

Sinalização e manejo de trilhas

Aqui então a sinalização e manejo de trilhas é interessante ressaltar e eu vou trazer um exemplo bem fresquinho que foi até o Ivan e o Paulinho do Parque Estadual do Cunhambebe lembraram.

É que tem pesquisas científicas que às vezes a gente pensa poxa estão lá fazendo pesquisas sobre anfíbios e faunas específicas, endemismo e poxa eu tô aqui, sou turismóloga, trabalhando com gestão da visitação, mas nossa a gente tem e numa pesquisa foi descoberta agora uma espécie de um sapinho [eu vou falar dessa maneira] endêmico em um determinado local que já tem um uso público. Então agora a gente tem essa necessidade de pensar em conciliar né. A gente quer a visitação, esse é o objetivo da unidade de conservação, do parque, mas também é o objetivo principal a preservação e a conservação da biodiversidade local.

Então por isso eu trouxe sinalização e manejo para conciliar com esse tipo de pesquisa. Precisamos fazer o ordenamento para que a gente concilie a visitação com a conservação dessa espécie, nesse caso o sapinho. E a gente já teve situações semelhantes em outros parques também.

Eventos em UCs

Aqui os eventos em parques que nós temos bastante com universidades e escolas. Aqui a foto no quilombo do PEPB que agora a gente tá com parceria com outras instituições. Quem está coordenando agora é a Bárbara, grande turismóloga, que entrou como estagiária e agora coordena diversos cursos e programas dentro da Gerência. E quero ressaltar esse de turismo de base comunitária que foi o primeiro que a gente conseguiu ter um foco maior sobre isso, sobre turismo comunitário que é algo que a gente deseja há muito tempo, mas até por falta de estrutura e segurança também, até porque a gente respeita muito esse tema, agora com a parceria a gente tá fazendo o curso voltado para condutores do PEPB com turismo de base comunitária em quilombos.

Observação de aves

A observação de aves que é o Vem Passarilhar que também, vocês podem ver nesse folder, é fruto de pesquisa de diversos observadores de aves e pesquisadores que atualizam as listas de fauna e de flora também.

Vem Pedalar

Que é um sucesso também dentro das UCs. A gente tem pesquisas ligadas diretamente a isso que nos ajudam a incentivar e a implantar.

Trilhas de Longo Curso

As trilhas de longo curso agora estão bombando, então é uma outra demanda de trabalhar a pesquisa em cima delas.

Quero convidar vocês a visitarem nosso site, para nos conectar. Temos diversos materiais lá que vocês podem baixar.

A visitação e a COVID-19

A visitação aqui, como tinha comentado, foi um momento que a pesquisa realmente nos ajudou, porque a gente precisava saber que agora olha só podem subir tantas pessoas. Aí baseado em estudos de capacidade de carga e distanciamento, enfim porque existiam pesquisas científicas já. A gente tinha a Bárbara e o Tarcísio que são turismólogos e fizeram todo estudo de capacidade de carga para definir o agendamento e o uso na época de maior restrição do uso dessas áreas naturais.

E é isso. Então aqui a equipe Gerência de Visitação, Negócios e Sustentabilidade e as estagiárias sem as quais isso não seria possível. Obrigada.

La investigación: estrategia sociocultural y socioambiental para fomento del ecoturismo. Importancia y aplicabilidad

Lillyam López de Parra¹
Cristian David Plaza Pérez

¹ mar.lopez@udla.edu.co

Sobre os palestrantes

Lillyam López de Parra: Licenciada en Lingüística y Literatura, Magister en Tecnología Educativa, Doctora en Educación. Profesora de la Facultad de Ciencias de la Educación. Universidad de la Amazonia. Florencia, Caquetá Colombia.
Cristian David Plaza Pérez: Biólogo, especialista en Gestión Ambiental. Magister en Agronomía/Fitopatología. Doctor en Agronomía y ciencia de los cultivos. Universidad Federal de Lavras. Brasil. Coordinador del Doctorado en Educación y Cultura Ambiental. Facultad de Ciencias de la Educación. Universidad de la Amazonia. Florencia. Caquetá Colombia.

Resumen

Este trabajo aborda una experiencia de investigación como estrategia sociocultural y socioambiental para el fomento del ecoturismo; su objetivo es identificar la importancia y aplicabilidad de la investigación como estrategia sociocultural y socioambiental para el fomento del ecoturismo en la zona rural de Florencia Caquetá. Metodología: enfoque vivencialista, tipo cualitativo, método fenomenológico y hermenéutico. Se aplicó la técnica de grupos de discusión a nueve grupos de diferentes actores sociales y el análisis de contenido para la interpretación de los datos. En los resultados se identificaron los siguientes tópicos en relación con la importancia de la investigación: identificación de problemáticas del territorio; relacionamiento con las comunidades; contribución a la formulación de políticas, aportes para la definición del campo disciplinar, conciencia ambiental, implementación de prácticas de investigación. Conclusión: la formulación de proyectos, el conocimiento y valor del territorio, la apropiación de las tecnologías de la información y la comunicación y, el inventario de la biodiversidad, favorecen la integración de lo sociocultural y socioambiental a través de la formulación de proyecto de tipo comunitario donde se avizoren las soluciones a las necesidades más sentidas.

Palabras clave: investigación, sociocultural, socioambiental, territorio, ecoturismo.

Resumo

Este documento trata de uma experiência de investigação como estratégia sócio-cultural e sócio-ambiental para a promoção do ecoturismo; o seu objectivo é identificar a importância e aplicabilidade da investigação como estratégia sócio-cultural e sócio-ambiental para a promoção do ecoturismo na zona rural de Florencia Caquetá. Metodologia: abordagem experiencial, tipo qualitativo, método fenomenológico e hermenéutico. A técnica do grupo focal foi aplicada a nove grupos de diferentes actores sociais e a análise do conteúdo foi utilizada para interpretar os dados. Nos resultados, foram identificados os seguintes tópicos em relação à importância da investigação: identificação de problemas territoriais; relação com as comunidades; contribuição para a formulação de políticas, contribuições para a definição do campo disciplinar, sensibilização ambiental, implementação de práticas de investigação. Conclusão: a formulação de projectos, o conhecimento e valor do território, a apropriação das tecnologias de informação e comunicação e o inventário da biodiversidade favorecem

a integração dos aspectos sócio-culturais e sócio-ambientais através da formulação de projectos de tipo comunitário onde se prevêem soluções para as necessidades mais sentidas.

Palavras-chave: investigação, sócio-cultural, sócio-ambiental, território, ecoturismo.

Abstract

This paper deals with a research experience as a sociocultural and socioenvironmental strategy for the promotion of ecotourism; its objective is to identify the importance and applicability of research as a sociocultural and socioenvironmental strategy for the promotion of ecotourism in the rural area of Florencia Caquetá. Methodology: experiential approach, qualitative type, phenomenological and hermeneutic method. The focus group technique was applied to nine groups of different social actors and content analysis was used to interpret the data. In the results, the following topics were identified in relation to the importance of research: identification of territorial problems; relationship with communities; contribution to the formulation of policies, contributions to the definition of the disciplinary field, environmental awareness, implementation of research practices. Conclusion: the formulation of projects, the knowledge and value of the territory, the appropriation of information and communication technologies and the inventory of biodiversity, favor the integration of socio-cultural and socio-environmental aspects through the formulation of community projects where solutions to the most felt needs are foreseen.

Key words: research, sociocultural, socioenvironmental, territory, ecotourism.

Introducción

Con el objetivo de posicionar la imagen positiva de Colombia en el extranjero varias campañas han sido diseñadas e implementadas en los últimos años para atraer turistas al país. Colombia es pasión, fue una campaña de mercadeo y publicidad financiada por Proexport y empresas del sector privado puesta en marcha en 2005. Esta estrategia tuvo como objetivo generar sentido de pertenencia de los colombianos, así como promocionar a nivel mundial la imagen positiva del país para atraer beneficios traducidos en inversión, exportaciones y turismo. Posteriormente, en el año 2008, fue implementada la propuesta: Colombia: el riesgo es que te quieras quedar, campaña en la cual los extranjeros que decidieron quedarse a vivir en el país fueron los protagonistas de la nueva estrategia de promoción. Esta iniciativa buscó que además del café, las flores y las frutas, Colombia fuera identificada como un destino turístico seguro para todos, haciendo énfasis en países con los cuales el país mantiene hasta hoy lazos comerciales y que se consideran prioritarios para estimular el turismo, entre ellos se destacan Estados Unidos, Canadá, España y Brasil. Otros destinos fueron Italia, Alemania, Chile, Perú y otros países de la subregión andina. Otra campaña, *Vive Colombia, viaja por ella*; también, tuvo éxito como medida para recuperar la confianza de turistas como consecuencia del conflicto armado colombiano, el cual produjo declive del turismo en la primera década del siglo XXI.

El turismo en Colombia ha sido agrupado en siete sectores, así: a) sol y playa, ubicadas en ambos océanos Atlántico y Pacífico, b) riberas de los ríos, c) lagos, d) lagunas, exaltando su historia y cultura, e). agroturismo, f) ecoturismo y g) deportes y aventura. Dentro del marco cultural se ha dispuesto de ferias y fiestas en ciudades capitales y demás municipios para promover la economía local de sitios con potencial para el desarrollo turístico (Procolombia, 2017).

Por muchos años, los servicios turísticos en Colombia eran ofrecidos por ciudades localizadas en la costa atlántica. Santa Marta, Cartagena y las islas de San Andrés y Providencia eran los destinos elegidos por colombianos para descanso y esparcimiento. Entre tanto, la oferta de destinos comenzó a diversificarse entrado el siglo XXI, el sector turístico de Colombia encontró lugar en otras regiones basados en atractivos de nuevos proyectos enfocados en turismo de aventura, turismo de salud, agroturismo y ecoturismo.

El ecoturismo es un sector económico creciente en Colombia, intensificándose aún más con la firma del acuerdo de paz entre el gobierno y la guerrilla de las FARC en 2016, el cual trajo consigo

efecto positivo para la imagen del país en el exterior. De acuerdo con el informe de la Organización Mundial del Turismo (OMT, 2018) de 2011 a 2018 la tasa de crecimiento del número de visitantes extranjeros no residentes que visitaron Colombia, se mantuvo en 8.4 %, de los cuales 3.5% correspondieron a actividades relacionadas directamente con ecoturismo, destacando avistamiento de aves, ballenas, reconocimiento de flora y fauna, senderismo, espelología, etnoturismo, etc. Según el Sistema de Información sobre Biodiversidad para Colombia (Humbolt, 2017), el país cuenta con aproximadamente 56.343 especies registradas, distribuidas en 3435 especies de peces 1.921 de aves, 26.177 de plantas, 803 de anfibios, 537 de reptiles, 492 de mamíferos y aproximadamente 9153 especies endémicas. En este sentido, la diversidad biológica representa la oferta más atractiva para Colombia en términos de servicios ecoturísticos buscados por los visitantes.

La región amazónica constituye 45% del bosque húmedo tropical del mundo (Malhi, et al, 1999). Para Colombia los departamentos de Amazonas, Caquetá y Putumayo representan el 3% de la Amazonia total continental y 20% del territorio nacional. Entre tanto, con la salida de actores armados de las áreas rurales del departamento del Caquetá los ecosistemas han sido impactados en dos sentidos, de un lado se ha permitido el descubrimiento y exploración de paraísos naturales con potencial turístico, lo que propone una alternativa de desarrollo en el departamento. Por otro lado, la extracción de recursos naturales principalmente en zonas alejadas con poca presencia de las instituciones del estado ha resultado en impactos negativos para los ecosistemas al causar pérdida de biodiversidad, aumento en tasas de deforestación, contaminación de fuentes hídricas e impacto negativo directo en los bienes y servicios ecosistémicos del territorio.

Ante esta realidad, la Universidad de la Amazonia, ubicada en Florencia Caquetá Colombia con cobertura para toda la Amazonia colombiana ha realizado acciones en pro de investigar acerca del turismo de naturaleza y en particular, sobre el ecoturismo; en la perspectiva, de incentivar la creación de experiencias ecoturísticas con responsabilidad social y ambiental por parte de las comunidades rurales. No obstante, hay desconocimiento de los resultados y sus características o, efectos de dichas prácticas investigativas; en particular, en el Doctorado de Educación Ambiental-DECA, con el proyecto: *Estrategias socioculturales y ambientales para el fomento del ecoturismo comunitario en el Municipio de Florencia Caquetá*.

En este mismo sentido, son pocas las investigaciones que abordan la problemática de la metainvestigación acerca de los logros y limitantes de las investigaciones realizadas en conexión con el ecoturismo comunitario. Al respecto, Varisco, Benseny & Padilla (2016) efectúan la revisión sobre el rol de la articulación de los procesos de investigación - extensión en la ejecución de un programa de concientización turística ambiental. En el ámbito de esta temática, Trejo & Marcano (2016) en un arqueo bibliográfico sobre los aportes del ecoturismo y geoturismo y, mediante un análisis comparativo-interpretativo concluyen que la conciencia ambiental y sociocultural es indispensable para el cambio actitudinal requerido para el cuidado, protección y defensa ambiental.

En la dimensión política, Garavito & Roza (2021), indagaron acerca de la investigación de las políticas turísticas en España e Hispanoamérica e identificaron que pese al interés académico aún es marginal el aporte del análisis de las políticas públicas y su importancia para el campo. Por otra parte, en concordancia con el ecoturismo comunitario Burgos (2016) efectúa una revisión documental para concluir que para el desarrollo de este es muy importante lograr la participación de la comunidad en los procesos de planeación, gestión, comercialización, promoción, mercadeo de los atractivos turísticos; para lo cual es importante el apoyo del Estado, otras entidades y de la academia. En esta óptica, el interrogante formulado es: ¿cuál es la importancia y aplicabilidad de la investigación como estrategia sociocultural y socioambiental para el fomento del ecoturismo en la zona rural de Florencia Caquetá?

En coherencia, el objetivo es identificar la importancia y aplicabilidad de la investigación como estrategia sociocultural y socioambiental para el fomento del ecoturismo en la zona rural de Florencia Caquetá.

Resolver este interrogante es importante, en primer lugar, porque la autorreflexión acerca de la práctica investigativa contribuye a la formulación de aportes a tener en cuenta en esta campo emergente de la investigación como es el ecoturismo comunitario; en segundo lugar, porque es necesario el fortalecimiento y organización del sector ecoturístico en torno de la promoción del uso sustentable de los ecosistemas, mejoramiento de la infraestructura, la profesionalización de sus operadores y promotores, entre otros, a través de la participación de la institucionalidad, en particular de la academia, mediante el desarrollo de la investigación. De acuerdo con Medina (2012) la investigación sobre el turismo en general es importante, entre otros, por lo siguiente: a) plantear la solución a problemas; b) planificar y definir políticas en beneficio de todos los sectores involucrados; c) predecir hechos que favorezcan o alerten para la toma de decisiones que favorezcan su positivo desarrollo; c) emular los modelos de gestión y de promoción previo análisis de factibilidad. Además, de su contribución a la definición de su campo disciplinar dada su complejidad multidisciplinaria requiere desarrollar nuevas estrategias de investigación y de intervención social y ambiental (Barbini, 2004).

El supuesto teórico de este trabajo es la relevancia de la investigación como una estrategia sociocultural y socioambiental para el fomento del ecoturismo comunitario; en este sentido se requiere el empoderamiento de las comunidades locales, en este caso de la zona de estudio, para el desarrollo de experiencias ecoturísticas comunitario cimentadas en el diálogo de saberes promovido desde la investigación.

En los fundamentos teóricos, se abordan los conceptos de ecoturismo, investigación, estrategia:

- **Ecoturismo:** se comprende el ecoturismo como una práctica social, lo cual implica que, en su estudio no se puede desconocer el contexto, en el que se analizan las funciones y los sentidos adquiridos en el marco social (Bertoncello, 2010). Por otra parte, esta práctica social tiene relación con el disfrute, el descanso, la valoración y conservación de la naturaleza y de la cultura del territorio. Otro elemento a su vez, importante es la participación de las comunidades rurales para su promoción; Orgaz & Cañero (2015) formula que desde la teoría del intercambio social proporciona una base conceptual para el análisis de las percepciones de los costes, beneficios, impactos y apoyo.

- **La investigación:** en concordancia con Orozco (2016) se considera una actividad imprescindible en todos los ámbitos de la vida: el científico, educativo, y en particular del ecoturismo. Lo más importante es la generación de conocimiento, materia prima para la educación y en especial, para los aprendizajes; estos están cimentados en su producción. Asimismo, la investigación se instituye en el vínculo entre la Universidad y la sociedad, a través de los programas de extensión, en los que se busca la difusión, divulgación y apropiación del conocimiento científico por parte de las comunidades. De ahí que, la investigación ha de ser la actividad que soporta las otras dos funciones de la Universidad: la docencia y, la extensión.

El aporte es en primera instancia, un acercamiento a la realidad del contexto para indagar acerca de las problemáticas más acuciantes de un campo de investigación y, mediante la aplicación del método científico encontrar respuestas que, contribuyan a la producción de nuevo conocimiento, en lo posible aplicable como alternativa de transformación de las características de la realidad indagada. Un segundo aspecto es la promoción de la investigación participativa para que, las comunidades se acerquen a su territorio, lo conozcan por ejemplo, en lo biológico, político, social, educativo, cultural, entre otros, identifiquen los principales problemas y, acorde con sus necesidades e intereses formulen proyectos orientados a encontrar respuestas a las preguntas de investigación a partir de la confrontación del saber cotidiano con el conocimiento científico (Barbini, 2004).

En esta perspectiva, la investigación participativa se instituye en una alternativa de empoderamiento de las comunidades porque se invita a conocer y por ende, a valorar el territorio. En esta óptica, se eleva su autoestima porque se les otorga la palabra no solo para suministrar datos sino para validar y corroborar los análisis de la información cuando esta es divulgada y socializada con los participantes en el proceso investigativo. Para Canal, Wills, Gutiérrez & Trujillo (2007), el

empoderamiento se comprende como un proceso con las siguientes características: a) selectivo, b) consciente, c) intencionado para brindar igualdad de oportunidades a todos los participantes. Se le da el poder para la reflexión, el análisis y definición de alternativas en pro de la toma de decisiones con carácter participativo. Es decir, se da la oportunidad de ser sujetos, actores, agentes para actuar según sus intereses y acorde con sus capacidades.

- **La estrategia:** de acuerdo con Cedeño (2016), una estrategia se entiende como la “manera global de decidir tipos de acciones diferentes que serán aplicadas a lo largo del curso de una actividad” (p. 16). Según este autor, se caracterizan por ser flexibles, simultáneas al operar en diferentes niveles al mismo tiempo, sensibles, y con posibilidades de cambiar. La característica de globalidad está en conexión con la planeación y diseño de manera sistemática de acciones diferentes y complejas para manejar la incertidumbre de las demandas del contexto.

Para llevar a cabo una estrategia se requiere tener objetivos claros, conocimientos y deseos para implementarla (Contreras, 2013). Esto implica establecer metas, objetivos y realizar acciones a largo plazo. Es decir, implica la definición previa acerca de: a) ¿qué se desea efectuar?, b) ¿cómo se logra?, c) ¿en qué tiempo se va a obtener?, d) ¿cuál es la participación y colaboración de los actores participantes en el proceso?

Las estrategias socioculturales integran como su nombre lo indica, lo social, en este sentido, las relaciones e intercambios comunicativos, las representaciones sociales, es decir, el conocimiento, valoraciones, actitudes derivadas de la comunicación, las prácticas sociales; la autoestima y la participación. Por otra parte, lo cultural, asociado con los marcadores identitarios que conllevan a la distinción de los diferentes grupos sociales: su cosmovisión, sus tradiciones, educación, expresiones artísticas, entre otros.

Las estrategias socioambientales se consideran como un constructo social, mediado por elementos culturales y representaciones simbólicas, que están ideológica y políticamente condicionadas y que ejercen un papel decisivo en los modos de interpretar la vida cotidiana, la construcción de valores y conocimientos (Bautista, 2018). Para su comprensión crítica se hace necesario hacer una lectura del contexto natural, social, político, histórico, ético y estético, como base para la transformación de las realidades (Pérez, 2008); en particular, de los problemas ambientales en aras de construcción de un mundo democrático y justo. En lo ambiental se entrecruzan en una textura de relaciones los sistemas de la naturaleza y los sociales en pro de la calidad de la vida, la conservación, preservación o renaturalización de la naturaleza, minimización de los impactos negativos generados por el antropocentrismo, en pro de la sustentabilidad de procesos que posibiliten un mejor vivir de los ecosistemas, elevación de la calidad de vida y bienestar social tanto del ser humano como de la naturaleza.

La investigación como estrategia sociocultural y ambiental para el fomento del ecoturismo se concibe como fundamental para el conocimiento del territorio, de la comunidad y de los turistas visitantes; se puede materializar a través de los siguientes tópicos, expuestos por Reguero (2004): planificación, lo cual conlleva al conocimiento del territorio en sus diversas aristas, respecto al inventario de lo natural, histórico, artístico, cultural, equipamientos ecoturísticos y la infraestructura; además, la capacidad de carga y, la cartografía del territorio para ubicar las zonas con potencialidades ecoturísticas. Esta zonificación implica la definición de por lo menos tres tipos de zonas: muy controlada o vetada, controlada o mesurada, y de visita intensiva.

De igual manera, a través de: la gestión local y consenso de la población local, y la integración de las comunidades y los gobiernos; la hotelería ecotiquetada; la oferta diversa de actividades: -observación de la naturaleza y disfrute de la misma;- culturales, entre otras, visitas a artesanos, a producciones locales de alimentos, festivales, cursos, seminarios. También, las infraestructuras de uso público: limpieza, incendios; transporte público, centros de interpretación, guías y monitores; restaurantes, gastronomía y agricultura ecológica; despolarización o descentramiento de sitios ecoturísticos únicos;

manejo de la contaminación de las basuras y del consumo de energía, rehabilitación de efectos degradados. Asimismo, una característica muy importante, la oferta de turismo de calidad antes que de cantidad y, el código de comportamiento ecoturístico (Reguero, 2004).

Metodología

La localización de esta investigación se enmarca en los cinco corregimientos de la zona rural de Florencia Caquetá Colombia. Esta ciudad está ubicada en el piedemonte amazónico, una región rica en biodiversidad, en particular, en fuentes hídricas; lo cual se constituye en fuente potencial para la organización de ofertas de experiencias ecoturísticas comunitarias. En la Figura 1, se indica la ubicación de la zona:



Figura 1. - Departamento de Caquetá, Colombia. Fuente: Caquetá (2020)

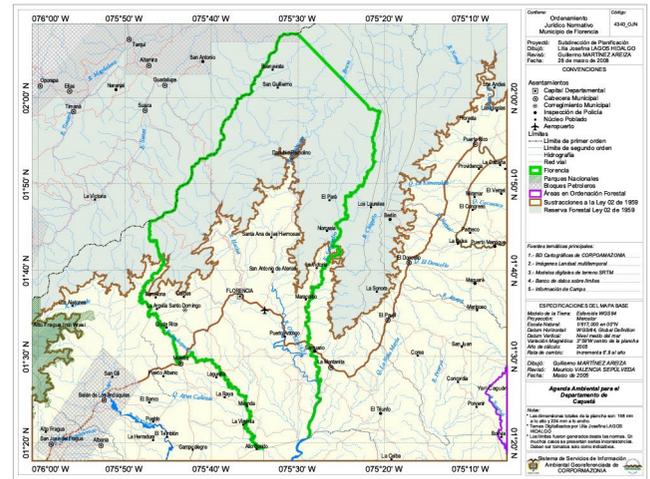


Figura 1. - Corregimientos zona rural de Florencia Caquetá. Fuente: Corpoamazonia (2020).

Los seis corregimientos rurales de Florencia son: El Caraño, Santo Domingo, Venecia, San Martín, Orteguzaza, San Pedro y Danubio. Es una región rica en varias fuentes hídricas: la del río Hacha, San Pedro y Orteguzaza. La población de Florencia está estimada en 173.011 habitantes, la población rural es de 18.685 habitantes, que corresponde al 10.8% de la totalidad de la población y 154.326 (89,2%) habitantes de la zona urbana. Tiene una extensión de 2.292 (Alcaldía de Florencia, 2020).

Esta investigación tiene enfoque vivencialista en el que se rescata la voz de los participantes y a partir de los datos obtenidos se construye la interpretación y comprensión de los mismos en aras de producir conocimiento. Es de carácter descriptivo, proyectivo e interpretativo, y de tipo cualitativo. El método descriptivo, permitió recopilar información de las comunidades relacionadas con el ecoturismo comunitario y los procesos asociados. El método proyectivo busca diseñar o proponer estrategias a partir del resultado de la caracterización, configuración y análisis de los elementos asociados a la investigación en el componente sociocultural y ambiental, según los aportes de las comunidades relacionadas con el ecoturismo comunitario.

En este trabajo se empleó la técnica de tipo cualitativo: grupos de discusión; al respecto participaron los siguientes grupos: a) expertos en turismo, b) personas que adelantan proyectos turísticos en la región, c) expertos en energía renovables, d) expertos en prácticas sostenibles medio ambientales, e) estudiosos de los procesos de inclusión en etapa de postconflicto, f) representantes de entidades gubernamentales, g) docentes, h) habitantes de los corregimientos, i) Líderes políticos de la región. El método es el fenomenológico porque se analizan los hechos de la vida cotidiana relacionada con el ecoturismo comunitario; además se emplea el método hermenéutico para el análisis de los datos e interpretación de los mismos. En la Tabla 1 se indican las fases y la descripción de las actividades, y los productos obtenidos en el desarrollo del proyecto:

Tabla 1. Fases del proyecto. Actividades y Producto(s). Fuente: elaboración propia (2021).

Fase	Descripción	Producto
1. Fase documental	Búsqueda, selección e identificación de los documentos sobre estado del arte y referentes teóricos.	Conceptualización de las variables/categorías.
2. Fase de Trabajo de Campo	<ul style="list-style-type: none"> - Diseño de las categorías y subcategorías para la formulación de preguntas del cuestionario a aplicar en cada uno de los nueve grupos de discusión. Formulación de los interrogantes por cada categoría para la recolección de información acorde con el objetivo del proyecto. - Organización de las preguntas en el cuestionario. - Validación del cuestionario por parte de expertos y pilotaje de los mismos con personas similares a las de las unidades de información del proyecto. - Ajuste de las preguntas del cuestionario. - Selección de la muestra y definición de los criterios de inclusión. - Selección de las unidades de información con la técnica de bola de nieve.- Contacto con las posibles unidades de información. - Aplicación de la técnica. 	Cuestionario. - Cuestionario ajustado. - Cuestionarios resueltos.
3. Sistematización de los datos y análisis de la información.	<ul style="list-style-type: none"> - Transcripción de los datos recolectados. - Sistematización en el software Atlas Ti. - Organización de la información de cada una de las categorías. 	- Datos organizados por categoría.
4. Fase de análisis y procesamiento de la información.	Categorización y codificación de la información Aplicación de la técnica de análisis de contenido. <ul style="list-style-type: none"> - Agrupación de la información similar y denominación de las categorías de análisis. - Ubicación de la información relevante y de semejanzas y diferencias, entre otras informaciones emergentes. - Relectura y decodificación del material 	Análisis de la información.
5. Fase de intervención	<ul style="list-style-type: none"> - Orientación de cuatro talleres definidos según los resultados de la información de los grupos de discusión. - Elaboración de bitácoras durante su desarrollo. - Evaluación de logros y dificultades en el desarrollo de los seminarios. 	Certificación de los talleres. Evaluación conjunta de la etapa de intervención.
5. Interpretación	Deducción de los sentidos y significados de los resultados emergentes, en función de las interrogantes, objetivo de estudio	Formulación y generación de conceptos pertinentes.

Resultados y Discusión

En la primera parte, en correspondencia con la sistematización de los datos y la interpretación obtenida en los grupos de discusión se obtuvieron los siguientes resultados en torno a la pregunta de investigación:

- **Identificación de problemáticas del territorio.** El escenario del ecoturismo es el territorio en todas sus dimensiones. Por tal razón, se ha de tener conocimiento acerca de sus principales problemas y esto, solo se obtiene mediante la investigación; esta es valorada como el punto de partida para la obtención de conocimiento: “Partir de un proceso de investigación: si Usted no sabe lo que tiene no lo valora, la investigación primero y luego, la divulgación (Entrevistado 0209). La importancia dada al proceso investigativo es la carencia de conocimiento del territorio:

Estamos ante un objeto, un territorio que es bastante sensible y vulnerable, y por tanto, se debe conocer muy bien. Es decir, esta persona debe tener unas competencias muy importantes en investigación para que pueda identificar precisamente, y valorar todos esos bienes que están inmersos en ese territorio y en la medida que los conozca, pues ya, los puede tratar. (Grupo Discusión Expertos Turismo [GDET]. Entrevistado 00102)

Como se evidencia, el eje central de la dinámica es la investigación acerca de las potencialidades del territorio, realizada de manera consensuada con las comunidades del territorio objeto de estudio: “[...] hacen unos grandes desarrollos pero, todo esto a partir de una investigación muy profunda del territorio y de un conocimiento del contexto” (GDET. Entrevistado 00102).

- **Relacionamiento con las comunidades.** En este caso, no solamente con las locales; también, con las regionales y nacionales. De manera específica con las entidades del Estado, la institucionalidad:

[...] conocer precisamente, ¿cuáles son las fortalezas que tiene cada una de las instituciones públicas y privadas que se están desempeñando en el tema del turismo?, y poder general proceso de articulación para realmente generar y vender un producto real que beneficia el territorio y no solamente beneficie a una población local o un sector de la localidad sino que sea mucho más general (GDET. Entrevistado 00104).

- **Diálogo de saberes.** Este es otro aspecto reiterativo a partir del relacionamiento con las comunidades y con la academia representada en las universidades:

[...] también es necesario el conocimiento y reconocimiento del territorio porque a veces, obviamos a las personas que habitan en el territorio; ¿quién más puede conocer su territorio? quienes lo habitan; pero a veces, para reconocer los potenciales se pueden hacer en alianzas con las universidades, con las instituciones o con externos (Grupo Discusión Energías Renovables [GDER]. Entrevistado 01002)

Por ejemplo, la Universidad de la Amazonia se dé como a la tarea de decir como bueno, vayámosla construyendo y rescatar esos saberes porque aquí es que tienen más saberes ellos que la academia y entonces a veces uno, no valora esos saberes que tienen nuestros campesinos, nuestros indígenas y demás y sería el momento oportuno también para rescatarlo. (Grupo de Discusión Procesos de Inclusión en el pos-acuerdo [GDEPI]. Entrevistado 00605)

El tema de la docencia, el tema de la investigación y el tema de la extensión es tema pertinente en un trabajo mancomunado con las comunidades pero creo que todos hemos insistido en que eso debe generarse en un diálogo de saberes y de reconocimiento de los saberes propios de las comunidades, si queremos realmente revindicar y armar un proyecto de ecoturismo sólido que se pueda proyectar, yo creo que hay que darle mucho valor a esos saberes que tienen las personas. (GDEPI. Entrevistado 00605)

Se integran en otras formas de conocer, se le da un valor a esas formas de conocer en la concepción de la diversidad, no solamente una diversidad biológica, no solo una diversidad biológica; sino también, algo cultural, una diversidad étnica, lingüística, bueno toda esta mega diversidad que nosotros tenemos, que va más allá de lo biológico, mucho más complejo, entonces yo creo que cuando lo asumimos, lo podemos asumir, desde los proyectos. (GDEPI, Entrevistado 00601).

[...] la recuperación y la validación de unos saberes que han estado fuera de la académica, si, unos saberes que han estado que se han colado, se han dejado siempre como saberes asociados al cuidado, saberes de mujeres, de indígenas, de afrodescendientes, de campesinos, [...] se integran en otras formas de conocer, se le da un valor a esas formas de conocer en la concepción de la diversidad, no solamente una diversidad biológica, sino también algo cultural, una diversidad étnica, lingüística, bueno toda esta mega diversidad que nosotros tenemos, que va más allá de lo biológico, mucho más complejo [...] lo pueden asumir desde los proyectos; hay una posibilidad de formación para los chicos y las chicas que les permite fortalecer el arraigo del territorio. [...] También, darle a la comunidad un lugar como formadores dentro de la escuela, como la gente de la comunidad termina haciendo parte de la institución educativa y promueven procesos de formación al interior de la comunidad desde sus lógicas de vida desde sus lógicas de conocimiento (GDEPI. Entrevistado 00601).

[...] aquí muy importante ese diálogo de saberes [...]: muchas veces decimos en nuestro territorio están hechos esos encuentros interculturales pero a la postre yo creo que culturalmente hay muchas islas debido a que finalmente nos cerramos. [...] Me parece que es un diálogo de saberes amplio y generoso donde nosotros también tenemos que aprenderle muchísimo a ellos. (GDEPI. Entrevistado 00602).

En concordancia, el concepto clave es: interrelación: [...] interrelación entre la academia: investigación (técnicas, tecnologías) y, formación: énfasis en cada carrera o programas específicos sobre turismo de naturaleza en pregrado y posgrado (maestría y especialización). [...] Interrelación entre el Estado: políticas públicas, infraestructura y seguridad. (Entrevistado 0208).

La problemática del diálogo de saberes ha sido abordada por otros investigadores como: Hernández-Rincón, Lamus-Lemus, Carratalá-Munuera & Orozco-Beltrán (2017) lo comprenden como un método que posibilita la comprensión, la síntesis y contextualización para la identificación de los problemas y necesidades a través de la reflexión y discusión de los actores, basándose en sus propias palabras. Se propone el abordaje de los problemas con visión intercultural y la integración de la cultura en los procesos de formación. Para Bastidas, Pérez, Torres, Escobar, Arango, Peñaranda (), reconocen al otro como sujeto responsable y actor de su destino; en esta óptica conciben el diálogo de saberes como una postura ontológica cimentada en el respeto por el otro y en las relaciones de horizontalidad y democracia. De ahí que, las consideraciones expresadas por los diversos actores participantes aportan en la construcción de conocimiento acerca de la importancia de la investigación

como estrategia sociocultural y socioambiental.

Es de resaltar cómo se convoca a la universidad a impulsar y promover este diálogo de saberes, tanto en el ámbito interno, entre las disciplinas como en el externo, para relacionarse de manera efectiva con diferentes actores sociales e institucionales y lograr mayor impacto positivo en las relaciones ser humano y naturaleza.

- Contribución a la formulación de políticas desde la perspectiva de las comunidades.

Situación que no es fácil de aplicar ni dirimir por las fuerzas de poder de lo institucional que, están alineadas para no permitir que, lo expresado en las normas se lleve y concrete en prácticas de participación en la gobernanza por parte de las comunidades.

[...] toda vez que hay una intervención nacional, de no permitir que ese componente político de transformación del territorio, se materialice, o sea que Hay una serie de intensiones que hay que transformar desde todos los niveles de orden de tomas de decisiones tanto nacional, departamental, como municipal y finalmente, desde lo estético. Lo estético significa ir más allá de ese concepto prefabricado de belleza [...] lo estético debe trascender a valorar la riqueza, lo hermoso que es la naturaleza, digamos, la estética desde el punto de vista del lenguaje, la estética desde el punto de vista de la armonía, que debemos tener como sociedad y con la propia naturaleza, entonces esos tres factores o pilares de la polis, de la ciudadanía, de las sociedad y propiamente que deben tener en cuenta el estado, deben ser las apuestas fundamentales [...] (GDLP. Entrevistado 00801).

- Contribución a la definición de un campo disciplinar. Se propone realizar investigaciones relacionadas con el conocimiento del territorio, los turistas y comunidades oferentes:

Fortalecer y tener el conocimiento, la formación en esos temas que dan soporte al territorio como el clima, las condiciones geográficas, las condiciones ambientales como conocer esa integralidad también del territorio que es muy importante ya que no es sólo decir por aquí es la ruta si no: ¿cuáles son las condiciones reales del territorio?, y en muchos aspectos en temas incluso de riesgo que tienen que valorarse también en esos aspectos. (Grupo de Discusión Docentes [GDD]. Entrevistado 00905).

Incorporar evaluaciones de sostenibilidad ambiental, económica y sociocultural del ecoturismo para los diferentes contextos [...] es necesario aclarar muchos de los impactos de uso del suelo; cómo influye, sí verdaderamente hay influencia en la conservación del territorio y esos vacíos hay que aclarar muy bien sobre cómo está influyendo sobre la vida silvestre y sobre el entorno biofísico, [...] posiblemente, vendrá una oportunidad de reevaluar conceptualmente el ecoturismo, desde el contexto específico de donde estamos nosotros, de una naturaleza en disputa, donde posiblemente surja la necesidad de robustecer enfoques de investigación participativa que contribuya al interés comunitario y al empoderamiento ambiental de territorio (Grupo de Discusión de Líderes políticos [GDLP]. Entrevistado 00802).

En esta dinámica, la investigación se considera esencial para la implementación del ecoturismo comunitario para conocer el territorio de manera profunda, “[...] entonces hay que conocer por lo menos el territorio” (GDER. Entrevistado 01006). Especialmente, en lo sociopolítico en lo atinente a la seguridad; además, se requiere el desarrollo de la investigación para la identificación de los perfiles de los turistas y comunidades oferentes:

Hablando de ecoturismo es decir estamos ante un objeto, un territorio que es bastante sensible y vulnerable, y por tanto, se debe conocer muy bien. Es decir, esta persona debe tener unas competencias muy importantes en investigación para que pueda identificarlo precisamente y valorar todos esos bienes que están inmersos en ese territorio; y en la medida que los conozcan pues ya los puede tratar porque no todos los territorios son susceptibles de entrar en unos procesos turísticos. Pero en ese sentido, también desde el sujeto se deben identificar muy bien los perfiles de los turistas; a quién estamos esperando en cada territorio. No todos los perfiles de turistas son iguales para todos los territorios; no podemos trabajar el mismo mercado para todos los tipos de territorio que tengamos. Entonces en ese sentido también entra mucho el tema de la investigación.

Todo esto a partir de una investigación muy profunda del territorio y de un conocimiento del contexto de estos aspectos sociopolíticos; de la seguridad especialmente, para nuestros territorios nacionales. [...] obviamente fue reconocer cómo es la apropiación de estas comunidades, en dónde es, sí piensa desarrollar ecoturismo porque a veces se conocemos mucho desde afuera pero no entramos a mirar la apropiación de las comunidades que en algunas ocasiones son las que más se oponen al desarrollo del turismo entonces hay que entrar a conocerlos concertar con ellos para no generar esas asperezas que de pronto, en algún momento, pueden digamos (.) generar unos daños en nuestros procesos de comunidad Entonces eso es lo que creo importante en esos procesos de formación de competencias. (Grupo de Discusión Expertos en Ecoturismo [GDEE].Entrevistado 00102)

También, se propone nutrir la línea de investigación del ecoturismo con otros proyectos donde se analice la problemática de sectores como la agricultura (Orgaz & Cañero, 2015), para la promoción del agroturismo en la zona. De igual manera, se propone la investigación en consonancia con “[...] los PDET- Programas de Desarrollo con Enfoque Territorial hay unos objetivos planteados desde las comunidades; digamos en cierto sentido, para incentivar económicamente los territorios” (GDPI. Entrevistado 00606).

Asimismo, se resalta la importancia acerca del conocimiento de la historia del territorio: “otro elemento importante es la historia; algo de la historia del territorio” (GDER. Entrevistado 01006). “[...] debe hacerse un acercamiento desde el componente geosocio-histórico” (GDER. Entrevistado 01002).

Los aportes no solo son de índole temático, también en lo metodológico. Implica una “revisión epistemológica de los de los instrumentos conceptuales y los marcos de interpretación del turismo” (Barbini, 2004, p. 139). En esta óptica la propuesta es la investigación de tipo mixto, con predominio de la cualitativa y métodos fenomenológico y hermenéutico, pero, también, el cuantitativo: “[...] y es necesario e indispensable, enfoques cuantitativos de investigación del tema” (GDLP. Entrevistado 00802).

De igual manera, se demanda la participación de las comunidades locales en los procesos de investigación:

[...] un elemento fundamental es trabajar esa identidad del territorio; yo estaría pensando en muchas cartografías sociales allí, para que la gente realmente entienda y valore su territorio; [...]. Tomar una valoración de lo que se tiene y lo que se es como sujeto y también, cómo es su territorio. Entonces digamos que, el reconocimiento del territorio es fundamental, esto permitiría tener unos niveles de identidad” (GDEPI. Entrevistado 00605).

[...] las metodologías participativas serían muy importantes porque nos permitirían no solamente llegar con unos saberes que, supuestamente, nosotros desde

afuera, sabemos que es lo que necesitan y, cómo los llevaríamos; sino que, realmente, desde ellos se generen las apuestas de formación [...] saberes que tienen nuestros campesinos, nuestros indígenas y demás. Sería el momento oportuno también para rescatarlo. (GDEPI Entrevistado 00605)

- **Conciencia ambiental:** de acuerdo con Varisco, Benseny & Padilla (2016), es un concepto multidimensional relacionado con aspectos cognitivos, afectivos, disposicionales y activos que alude a los procesos concomitantes con las acciones realizadas con la intención de reducir el impacto ambiental del proceder humano. Es decir, a las acciones y prácticas reflexivas que conllevan al cambio de comportamientos instaurados en el antropoceno, entendido como la era geológica en la que los cambios experimentados por el planeta tierra son ocasionados por la actividad del hombre desde una visión antropocéntrica. Una estrategia para lograrlo es la educación ambiental considerada como fundamental para la integración y el cambio sociocultural (Varisco, et al., 2016) y socioambiental: “¿cuáles son los afectos del turismo? no solamente lo económico la plática está allí; pero, ¿cuál es el efecto social que tiene el turismo?, ¿cuáles son los efectos ambientales? (GDER. Entrevistado 01006)

- **Resultados de prácticas de investigación para la integración de lo sociocultural y socioambiental.** Con base en la indagación realizada a través de la aplicación de técnicas como la encuesta, la entrevista semiestructurada y los grupos de discusión, se efectuó como práctica de investigación y de formación para la integración de lo sociocultural y socioambiental la realización de cuatro talleres, las temáticas abordadas surgieron de la información arrojada con las técnicas mencionadas. Es decir, a partir de las voces de la comunidad, se organizaron y ofertaron los siguientes talleres: a). Territorio y Cultura, b) Gestión del Recurso hídrico, c) TIC para el fomento del ecoturismo, d) Formulación de perfiles de proyectos para el fomento del ecoturismo. Los resultados obtenidos fueron los siguientes desde la perspectiva del equipo de investigadores:

- *Conocimiento y valoración del territorio:* En un primero momento, a partir de grupos de reflexión por Corregimiento, se trabajaron las actividades como: contexto del territorio, inventario y estado actual de las actividades turísticas que en el corregimiento se realizan, problemática que vive el turismo en sus localidades, los apegos y afectos por el territorio, identidad territorial, se dejaron ejercicios individuales que los asistentes desarrollarían durante el espacio inter-encuentro. Posteriormente, en un segundo momento se abordaron asuntos relacionados con: descripción de la oferta turística por corregimiento, el tipo de turismo que desean adelantar, lo que requieren para ello y los principales problemas que tendrían que enfrentar para ejecutar el proyecto.

- *Fortalecimiento de las capacidades de gestión de la comunidad rural* del municipio de Florencia en la formulación de proyectos bajo la metodología general ajustada (MGA) que contribuya al fomento del ecoturismo comunitario. En este sentido, la comunidad comprende los aspectos generales que se deben tener en cuenta para formular un proyecto de inversión, y la aplicación de los criterios de evaluación más utilizados para facilitar la toma de decisiones de inversión y rentabilidad y la evaluación de los riesgos inherentes a la inversión de los recursos.

- *Formulación de proyectos:* se desarrollan capacidades y habilidades en el proceso de identificación, recopilación, procesamiento y análisis de la información pertinente a la formulación y evaluación de proyectos. Se priorizan temáticas de proyectos a partir de la identificación colectiva de problemáticas rurales relacionados al comentarios y fortalecimiento del ecoturismo.

- Se utiliza y valora de manera crítica las fuentes de información que sirven de insumo para la toma de decisiones, saberlas comunicar, y utilizar de manera adecuada y eficiente en las nuevas Tecnologías de la Información y Comunicación.

- *Conocimiento del territorio*. Biodiversidad: Se hizo la identificación de la cuenca hidrográfica y los afluentes de su corregimiento en un mapa hidrográfico. Se identificaron y valoraron las especies de peces existentes en las fuentes hídricas del territorio. Al respecto, se realizó un levantamiento preliminar de las especies capturadas en el municipio del cual se está elaborando un manual de campo.

- *Importancia del apoyo de las TIC*: durante la realización del taller se orientaron trabajos en la búsqueda de mayor visibilidad de los emprendimientos turísticos de cada uno de los corregimientos, estas prácticas constituyeron actividades desde la creación de correos electrónicos, configuraciones de redes sociales (Facebook, Instagram, WhatsApp), integración de redes sociales, publicaciones, a nivel de contenidos la construcción, creación y administración de blog como instrumento de fomento turístico teniendo en cuenta los anteriores temas para poder integrar y relacionar, por último se desarrolló acciones multimedia con YouTube.

-La participación fue muy activa y se generó puntos de partida para nuevos proyectos que son relacionados con el uso de las tecnologías y la vinculación de muchas personas de diferentes edades y conocimientos previos

A manera de Conclusiones

Con la intervención de las comunidades, con el rescate de su voz se indican los aportes e importancia de la investigación sobre el ecoturismo comunitario para el fomento del mismo:

- Identificación de problemáticas del territorio. Esto contribuye a la indagación, búsqueda y análisis de la información de manera colaborativa.
- Relacionamiento con las comunidades; en el caso de este trabajo mediante la realización de talleres.
- Diálogo de saberes.
- Contribución a la formulación de políticas desde la perspectiva de las comunidades.
- Contribución a la definición del campo disciplinar desde los contenidos y problemas a abordar hasta los aspectos metodológicos inherentes al ecoturismo comunitario.
- Conciencia ambiental: motor del cambio antrópico y antropocentrista.
- Implementación de prácticas de investigación para la integración de lo sociocultural y socioambiental para la formulación de proyecto para obtener soluciones a las necesidades más sentidas.
- La formulación de proyectos, el conocimiento y valor del territorio, la apropiación de las tecnologías de la información y la comunicación y, el inventario de la biodiversidad, favorecen la integración de lo sociocultural y socioambiental a través de la formulación de proyecto de tipo comunitario donde se avizoren las soluciones a las necesidades más sentidas.

Agradecimientos

Este trabajo es resultado de investigación del proyecto Colciencias Código 64797. CT 18919: Estrategias socioculturales y ambientales para el fomento del ecoturismo comunitario en el Municipio de Florencia Caquetá. Financiado con recursos provenientes del Patrimonio Autónomo Fondo Nacional de Financiamiento para la Ciencia, la Tecnología y la Innovación Francisco José de Caldas, en convenio con el Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación y, la Universidad de la Amazonia

Referencias

- Alcaldía de Florencia (2020). Plan de Desarrollo del Municipio de Florencia. 2020-2023. 1-116. Recuperado de https://uploads/2020/11/Florencia_Plan-de-Desarrollo-Municipal_2020-2023.pdf
- Barbini, B. (2004). La Investigación en Turismo. Reflexiones de una experiencia de www.asocapitales.co/nueva/wp-content/

- cátedra. Recuperado de ulan.mdp.edu.ar/396/1/barbini.2004.pdf
- Bastidas, M., Pérez, F. N., Torres, J. N., Escobar, G., Arango, A. & Peñaranda, F. (2009). El diálogo de saberes como posición humana frente al otro: referente ontológico y pedagógico en la educación para la salud. *Invest Educ Enferm.*, 27(1), 104-111. Recuperado de http://parquedelavida.co/images/contenidos/el_parque/banco_de_conocimiento/el_dialogo_de_saberes_como_posicion_humana_frente_al_otro.pdf
- Bertoncello, R. (2010). Investigación en Turismo: logros y desafíos desde una perspectiva Latinoamericana. *Turismo y Recreación*, 1(14), 11-22. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/276/27621296002.pdf>
- Burgos, R. (2016). El turismo comunitario como iniciativa de desarrollo local. Caso localidades de Ciudad Bolívar y Usme zona rural de Bogotá. *Hallazgos*, 13(26), 193-214. Recuperado de <http://www.scielo.org.co/pdf/hall/v13n26/v13n26a09.pdf>
- Canal, M., Wills, E., Gutiérrez, R. & Trujillo, D. (2007). Incidencia en el empoderamiento a comunidades atendidas por Organizaciones de Desarrollo y Paz en Colombia. 1-39. Recuperado de <https://www.caf.com/media/29870/margaritacanal-incidenciaenempoderamiento.pdf>
- Corpoamazonia. (2020). El Municipio de Florencia. Recuperado de http://www.corpoamazonia.gov.co/region/caqueta/Municipios/Caq_Florencia.html
- Garavito, L. & Roza, E. (2021). Balance de la investigación sobre el turismo y las políticas públicas en España e Hispanoamérica. *Turismo y Sociedad*, 28, 75-93. DOI:<https://doi.org/10.18601/01207555.n28.04>.
- Hernández-Rincón, E., Lamus-Lemus, F., Carratalá-Munuera, C. & Orozco-Beltrán, D. (2017). Diálogo de saberes: propuesta para identificar, comprender y abordar temas críticos de la salud de la población. *Salud Uninorte*, 33(2), 242-251. Recuperado de <http://www.scielo.org.co/pdf/sun/v33n2/2011-7531-sun-33-02-00242.pdf>
- Humbolt, I. (2017). Biodiversidad colombiana: números para tener en cuenta. Recuperado de <http://www.humboldt.org.co/es/boletines-y-comunicados/item/1087-biodiversidad-colombiana-numero-tener-en-cuenta>
- Malhi, Y., Baldocchi, D. D. & Jarvis, P. G. (1999). The carbon balance of tropical, temperate and boreal forests. *Plant Cell Environ*, 22, 715-740.
- Medina, J. A. (2012). La Investigación Turística. *TURyDES*, 5(12). Recuperado de <https://www.eumed.net/rev/turedes/12/jamc.html>
- Organización Mundial de Turismo (2018). Panorama del Turismo Internacional. <https://www.eunwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419043>
- Orgaz, F. & Cañero, P. (2015). El ecoturismo como motor de desarrollo en zonas rurales: un estudio de caso en República Dominicana. *Ciencia y Sociedad*, 40(1), 47-76. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/870/87038991004.pdf>
- Orozco, M. J. (2016). La Investigación como estrategia formativa. *Revista Investigaciones Andina*, 18(32), 1-3. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/2390/239047318001.pdf>
- Pérez, R. (2008). Educación Ambiental en el Contexto Educativo Colombiano. *Revista Biografía*, 1(1), 18- 28. DOI: <https://doi.org/10.17227/20271034.vol.1num.1biografia18.28>. Recuperado de <https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/bio-grafia/article/view/67>
- Procolombia. (2017). Procolombia. Recuperado de <http://www.procolombia.co/noticias/colombia-y-su-potencial-en-ecoturismo>
- Reguero del, M. (2004). 10 Estrategias que fomentan la sostenibilidad del ecoturismo. Centro Nacional de Educación Ambiental, 1-10. Recuperado de https://www.miteco.gob.es/es/ceneam/articulos-de-opinion/2004_02reguero_tcm30-163661.pdf
- Trejo, J. A. & Marcano, N. (2016). Ecoturismo y Geoturismo: alternativas estratégicas para la promoción del turismo ambiental sustentable venezolano. *Revista de Investigación*, 40(88), 202-228. Recuperado de <http://ve.scielo.org/pdf/ri/v40n88/art11.pdf>
- Varisco, C., Benseny, G. & Padilla, N. (2016). *Concientización Turística y Ambiental. De la Teoría a la Acción Territorial*. Recuperado de <http://nulan.mdp.edu.ar/2490/1/varisco.etal.2016.pdf>.

Mesa artístico-cultural Ecoturismo e Conservação

Roteiro para vídeo institucional

Caio Salles¹
Rodrigo Machado Vilani

¹ caiodvbrasil@gmail.com

Sobre os autores

Caio Salles é jornalista, instrutor de mergulho e discente do Programa de Pós-graduação em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É o idealizador e coordenador do Projeto Verde Mar e diretor da Cumulus Comunicação e Meio Ambiente. Tem 42 anos e mais de 20 anos de experiência na produção audiovisual, com passagens por canais de televisão, produtoras e agências. Desde 2014, se dedica à produção de documentários, séries e conteúdo audiovisual relacionados à temática socioambiental.

Rodrigo Machado Vilani teve aqui sua primeira experiência na elaboração de roteiro audiovisual para a qual contou com o apoio, a paciência e o talento de Caio Salles.

Apresentação

A comunicação é essencial para a efetividade de ações de preservação e conservação ambiental. Segundo Cox (2010), ao formatar suas percepções da natureza, a comunicação ambiental leva os indivíduos a perceberem florestas e rios como ameaçadores ou como generosos; a considerarem os recursos naturais como algo a ser explorado ou como sistemas de suporte à vida a serem preservados; como algo a conquistar ou a se cuidar com apreço. Neste sentido, o Programa de Pós-graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC) busca, na comunicação por meio de produtos audiovisuais, uma melhor divulgação do programa, e este foi o ponto de partida para a elaboração do roteiro.

A ideia inicial era a de produzir um ou mais vídeos que trouxessem uma visão geral do programa. Para isso, era preciso iniciar um processo de criação que, normalmente, envolve uma equipe com vários agentes, como roteirista, diretor, produtor, editor, cinegrafista, técnico de som etc. Neste caso, alguns desafios se impunham, como o curto espaço de tempo e recursos, a pandemia da COVID-19 e a conciliação de agendas.

Construção da proposta

Ainda no mês de outubro, com os números da pandemia parecendo indicar uma diminuição das contaminações e a vacinação já avançada entre os docentes, foi feita uma primeira tentativa de conciliar agendas para a gravação de depoimentos que seriam usados nos vídeos. Na primeira data marcada, dia 19 de outubro, as chuvas intensas e toda a condição meteorológica durante a semana inviabilizaram as gravações. Como forma de garantir o desenvolvimento do material sem depender da gravação dos depoimentos, optou-se, então, pela produção de um primeiro vídeo sem as declarações.

Assim, foi elaborado um primeiro roteiro com o conteúdo a ser abordado. O roteiro intitulado **Ecoturismo e Conservação: a construção de uma proposta científica, técnica e artística** contaria, portanto, apenas com a fala do narrador (Caio Salles). A proposta foi de realizar a apresentação do programa. Para tanto, foram construídas nove seqüências para esse primeiro vídeo: (i) histórico; (ii) objetivos; (iii) perfil de egressos; (iv) área de concentração e linhas de pesquisa; (v) corpo docente; (vi)

disciplinas; (vii) seminário; e (viii) revista.

Produtos audiovisuais têm sua linguagem própria e, de acordo com o público-alvo, podem variar desde uma linguagem mais técnica ou acadêmica até algo mais coloquial.

O cinema transcende a simples exploração da nova tecnologia e cria uma linguagem, isto é, uma forma específica de comunicação. No início, até a década de 30, essa linguagem teve como suporte a articulação arbitrária de imagens, capturadas do real. A partir dos anos 30 se acrescentou o som e definiu-se o que hoje chamamos de linguagem audiovisual (FRANCO, 1995).

Dessa forma, o primeiro texto do roteiro elaborado por Vilani passou por uma revisão para que a linguagem fosse adaptada à linguagem audiovisual e alguns elementos específicos dessa forma de comunicação fossem incorporados, como a indicação de imagens e som a serem utilizados. A opção de fazer todo o vídeo a partir de uma locução, sem depoimentos – que permitem ocupar tempo do vídeo com a própria imagem do entrevistado no quadro –, demandava também um volume maior de imagens para ilustrar o vídeo.

As imagens e a mensagem

Para compor o conjunto de imagens necessárias, foram utilizadas três fontes diferentes: 1) arquivo de imagens de docentes e discentes; 2) imagens do website do PPGE; e 3) arquivo de imagens da Cumulus Comunicação e Meio Ambiente. As imagens destacam o riquíssimo patrimônio natural e cultural brasileiro e apresentam diversas experiências de visitação em contato com a natureza.

Além das fontes usadas ao longo do vídeo, a abertura contou com uma animação elaborada a partir do conceito visual utilizado para a criação do logotipo do PPGE. Assim, desde a abertura, procuramos passar elementos fundamentais para o desenvolvimento do turismo em áreas protegidas e de relevante interesse turístico — objetivo central do PPGE. Esses elementos são: (i) sustentabilidade; (ii) valorização da multiculturalidade e da megadiversidade biológica brasileira; (iii) consideração das unidades de conservação como espaço de formação socioambiental; e (iv) diálogo interdisciplinar.

A opção pela trilha sonora

Além da parte visual, o componente sonoro é fundamental para que o produto audiovisual transmita a mensagem desejada. O conceito de trilha sonora é, por muitas vezes, usado de forma equivocada ao entender apenas as músicas como parte deste elemento do audiovisual. Tecnicamente, a trilha sonora inclui todos os elementos sonoros, como locução, som ambiente, entre outros presentes em uma peça audiovisual (CARRASCO, 2010).

Portanto, pensar a trilha sonora de um vídeo do PPGE envolvia também trazer elementos que remetessem ao conceito visual usado na criação do logotipo do programa, por exemplo, o som da água logo nos primeiros segundos em conjunto com uma música que deu o ritmo inicial do vídeo.

Apesar da importância de todos os elementos sonoros, a música constitui um dos mais poderosos elementos dramáticos da produção audiovisual, ocupando uma posição privilegiada na trilha sonora cinematográfica (ALVES, 2012). A pesquisa da música para o audiovisual é processo que leva tempo e cuidado até encontrar os ritmos que se adequem à mensagem que se deseja passar. Para o vídeo do PPGE, as fontes de pesquisa incluíram a biblioteca de músicas de uso livre do YouTube e o serviço de banco de trilhas sonoras chamado Audiio, que cobra um valor fixo para o uso livre de músicas e efeitos sonoros disponíveis em seu acervo. Além disso, foi produzida uma música específica para o programa, usada para o clipe de encerramento do vídeo.

A música “Ecoturismo e Conservação” permitiu uma visita ao acervo de imagens de arquivo da Cumulus Comunicação e Meio Ambiente - <https://www.youtube.com/channel/UCBNUPpxK5WNm54dul-grxvg> -, criadas ao longo de mais de oito anos de produções de

documentários e séries pelo Brasil e pelo mundo, registrando experiências de visitação em contato com a natureza. Assim, resgataram-se imagens de diferentes estados do País — Amazonas, Pará, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Rio de Janeiro —, principalmente dentro de Unidades de Conservação, como a Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais, o Parque Nacional Marinho de Abrolhos, o Monumento Natural das Ilhas Cagarras, o Parque Nacional da Tijuca, a Área de Proteção Ambiental de Guapi-mirim, o Parque Estadual dos Três Picos, entre outras. A ideia de trazer imagens diversas retratando não só a atividade de visitação em áreas naturais, mas também comunidades tradicionais e manifestações culturais, proporcionou mais do que um clipe de encerramento do vídeo institucional do PPGEC, garantiu a produção de um videoclipe da música. Assim, durante a gravação em estúdio, foram produzidas imagens que complementaram este material.

A música em sua versão videoclipe, com duração de 2 minutos e 53 segundos, e a versão final do vídeo institucional, com duração de 13 minutos e 41 segundos, foram lançadas publicamente no dia 6 de dezembro de 2021 durante a abertura do II Seminário Ecoturismo e Conservação “Caminhos do ecoturismo – pandemia e resistências”. O vídeo está disponível no canal do PPGEC no YouTube: i. vídeo institucional: https://www.youtube.com/channel/UCF9c3Lkcx_kYZ2F4juGCPdg; ii. videoclipe: <https://www.youtube.com/watch?v=7nQNICbx95U&t=4s>.

Referências

- ALVES, B. M. Trilha Sonora: o cinema e seus sons. Revista Novos Olhares, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 90-96, 2012.
- CARRASCO, N. Trilhas: o som e a música no cinema. ComCiência, Campinas, n. 116, 2010. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000200009&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 02 dez. 2021.
- COX, R. Environmental communication and the public sphere. Los Angeles: Sage Publications, 2010.
- FRANCO, M. Prazer audiovisual. Comunicação e Educação, São Paulo, n. 2, p. 49-52, 1995.

Composição da música “Ecoturismo e Conservação”

Max Prates¹
Rodrigo Machado Vilani

¹ maxpratesjornalista@gmail.com

Sobre os autores

Maximiano Lins Prates (Max Prates) é jornalista, guia de turismo e cientista ambiental, com mestrado em Ecoturismo e Conservação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Tem 36 anos de atuação na área musical, sendo 20 destes como cantor e compositor profissional, trabalhando na criação de jingles, gravações e shows. Tendo iniciado na música erudita/de câmara, cantando em diversos coros e grupos vocais, já foi intérprete de escola de samba e possui participação em dois CDs não autorais.

Rodrigo Machado Vilani possui doutorado em Ciências pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e, desde 2014, é docente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Integrou a equipe que elaborou a proposta de criação do Programa de Pós-graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC). Essa é sua primeira tentativa no campo da música e somente tornou-se possível mediante a parceria talentosa e inspirada de Max Prates.

Apresentação

O início de preparação de um vídeo institucional para o PPGEC, em outubro de 2021, foi o pontapé para a concepção de uma música. O vídeo precisava de uma melodia, de uma letra específica sobre o PPGEC.

Assim, a ideia de escrever uma letra que, ao mesmo tempo, prestasse um tributo aos esforços dos docentes, discentes e egresso(a)s do PPGEC em lidar com uma temática complexa, colocasse em música o pensamento decolonial e apresentasse uma alternativa ao predatório status quo do desenvolvimento brasileiro foi compartilhada pelos autores ao longo das semanas de outubro e novembro de 2021. Em 30 de novembro, a versão final foi levada a estúdio e, em 7 de dezembro, lançada publicamente no encerramento do II Seminário em Ecoturismo e Conservação.

A música “Ecoturismo e Conservação” nasce da inquietação socioambiental dos autores e incorpora a crítica e as premissas teóricas de Quijano (2000), Dussel (1993), Acosta (2016), Svampa (2016; 2019), Gudynas (2016) e Lang (2016) em sua crítica ao sistema-mundo moderno/colonial e capitalista. Parte, portanto, da compreensão de que este sistema foi estruturado, a partir de 1492, com base no encobrimento do mundo do Outro; uma construção sustentada sobre a ideia de raça segundo a qual legitimou-se a escravização e o extermínio de povos originários das Américas e da África (QUIJANO, 2000; DUSSEL, 1993).

A música exalta a megabiodiversidade brasileira e multiculturalidade do País que, em última análise, remete não somente aos biomas brasileiros ou aos países cobertos pela Amazônia, mas à América Latina como um todo.

A música vai ao encontro da proposta central do PPGEC. O caráter inovador e pioneiro do Programa envolve tanto a especificidade de sua área de concentração como o diálogo interdisciplinar – científico, técnico e artístico – que orientam as disciplinas e as pesquisas desenvolvidas. E, ainda, encontra-se materializado na estrutura deste periódico – Ecoturismo & Conservação.

Ao propor o ecoturismo e conservação como um caminho, os autores tratam da concepção deste segmento turístico como uma alternativa econômica possível e necessária diante do caráter devastador do modelo de desenvolvimento brasileiro (VILANI, 2018; VILANI et al., 2020). A construção de uma transição pós-extrativista, considerada por Acosta (2016, p. 81) como “a grande tarefa do momento”, demanda diálogo e esforços críticos, de inventividade e de criatividade para o “desenvolvimento endógeno, biocêntrico, baseado no aproveitamento da biodiversidade, no conhecimento e no turismo” (SVAMPA, 2016, p. 153).

Mendonça (2007) destaca que a afetividade é o que desencadeia originariamente os processos que mobilizam as pessoas a colaborarem em prol da conservação da natureza. Partindo-se da perspectiva metacomunicativa da arte enquanto linguagem, operando como um código de representação simbólica em que o objeto discursivo é mais importante para aqueles que a produzem e fruem (a/da arte) do que propriamente o seu conteúdo semântico (MIZRAHI, 2016), entende-se que um dos principais desafios da composição foi conseguir expressar esse amor e carinho pelo meio natural, encontrando o equilíbrio entre a “licença poética” possível na criação de músicas produzidas fora do ambiente científico-acadêmico e o rigor teórico-conceitual que ele enseja.

Entendendo a historicidade e cronologia do processo de criação, inicialmente, um briefing/conceito – já quase em formato de letra – foi enviado de um para o outro autor para possíveis edições. Ainda que, do ponto de vista conceitual e acadêmico, esse material estivesse muito bem alinhado e correto, sob a perspectiva musical, foram enxergadas, de pronto, as dificuldades que se teria para imprimir harmonia entre letra e melodia e promover um encaixe perfeito dos versos à métrica da canção. Para efeito de um maior entendimento do processo criativo e do conjunto de transformações efetuadas no documento original até sua versão final, apresentaremos ambos a seguir:

Partindo da análise já da versão final, a primeira estrofe delimita bem claramente que o marco

Forma inicial da canção	Versão final
<p style="text-align: center;"> BRASIL NEM SEMPRE FOI TEU NOME TERRA DE CULTURAS ANCESTRAIS INVADIDA E ESCRAVIZADA BELEZA AMEAÇADA ABRIGA VIDA, CORES E SABERES PAISAGEM, PINTURAS E CANÇÃO PATRIMÔNIOS VERDADEIROS SOBREVIVENTES E TRANSFORMADOS A SEREM PROTEGIDOS E VALORIZADOS EM NOSSOS DIÁLOGOS DE ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO </p>	<p style="text-align: center;"> BRASIL, NEM SEMPRE ESSE FOI TEU NOME TERRA DE CULTURAS COLOSSAIS INVADIDA E ESCRAVIZADA BELEZA TRANSFORMADA, POR IMPERIALISTAS ANCESTRAIS (BIS) </p> <p style="text-align: center;"> ABRIGA A VIDA, CORES E SABERES, PAISAGENS, PINTURAS, CANÇÃO PATRIMÔNIOS DEGRADADOS, VIVOS, TRANSFORMADOS, EM NOME DE UMA FALSA EVOLUÇÃO </p> <p style="text-align: center;"> CANTO PRA TI, GAYA GIGANTESCA E PODEROSA, TEU VENTRE É COMO ÁRVORE FRONDOSA, CLAMANDO CUIDADO E AMOR </p> <p style="text-align: center;"> AS TUAS TERRAS SÃO REMANESCENTES, OS TEUS HERDEIROS FLOR, GRÃO E SEMENTE ESTÃO À ESPERA DA NOSSA PROTEÇÃO </p> <p style="text-align: center;"> O SEU FUTURO ESTÁ AMEAÇADO, MAS UM CAMINHO ESTÁ SINALIZADO: ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO </p>

zero da canção é um aspecto importante da gênese da problemática ambiental de uma maneira geral, mostrando que os processos culturais, ainda que tenham grande importância para a expansão e o ampliamiento do uso dos recursos naturais, representam também um fortíssimo aliado de nossa espécie humana no tocante à sobre-exploração deles (DRUMMOND, 1997).

Já a segunda estrofe destaca a beleza e a riqueza do enorme patrimônio socioambiental de nosso planeta, denotando, nas entrelinhas dos versos, que o processo de degradação pelo qual ele passa está relacionado a um equivocado e enganoso modelo de desenvolvimento dito sustentável, calcado em uma racionalidade ambiental produtivista e econômica, como assinalou Leff (2006), baseado ainda na “eficiência” e no consumismo inerentes ao sistema capitalista, conforme citado por Foladori (2001).

As duas estrofes seguintes tentam expressar carinho e afeto e a ideia de pertencimento dos autores e das diversas espécies – incluindo a humana – ao nosso planeta, à nossa grande “Gaya gigantesca e poderosa”, que inspira cuidados e esforços que possam convergir para a sua saudável manutenção, mostrando que, apesar das muitas ameaças, há também inúmeros caminhos possíveis de se seguir no sentido de mantê-la viva e pujante. E um deles é a essência e razão de existir do nosso Programa: ecoturismo e conservação.

Deixamos essa letra na expectativa de que vocês encontrem um abraço de resistência e esperança para construir um futuro alternativo e que nossos diálogos (promovidos por docentes, discentes, egressos e egressas do PPGEC) acerca de ecoturismo e conservação contribuam para um giro decolonial na academia e nas instituições brasileiras.

Ecoturismo e Conservação

BRASIL, NEM SEMPRE ESSE FOI TEU NOME
TERRA DE CULTURAS COLOSSAIS
INVADIDA E ESCRAVIZADA
BELEZA TRANSFORMADA, POR IMPERIALISTAS ANCESTRAIS (BIS)

ABRIGA A VIDA, CORES E SABERES,
PAISAGENS, PINTURAS, CANÇÃO
PATRIMÔNIOS DEGRADADOS, VIVOS, TRANSFORMADOS,
EM NOME DE UMA FALSA EVOLUÇÃO
EM NOME DE UMA FALSA EVOLUÇÃO

CANTO PRA TI, GAYA GIGANTESCA E PODEROSA,
TEU VENTRE É COMO ÁRVORE FRONDOSA,
CLAMANDO CUIDADO E AMOR
AS TUAS TERRAS SÃO REMANESCENTES,
OS TEUS HERDEIROS FLOR, GRÃO E SEMENTE
ESTÃO À ESPERA DA NOSSA PROTEÇÃO

O SEU FUTURO ESTÁ AMEAÇADO,
MAS UM CAMINHO ESTÁ SINALIZADO:

ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO...

Referências

- ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Orgs.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. pp. 46-85.
- DRUMMOND, J. A. *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro*. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 2). EDUFF, Niterói, RJ, 306p, 1997.
- FOLADORI, G. *Limites do Desenvolvimento Sustentável*. Campinas: Unicamp, 2001.
- GUDYNAS, E. Transições ao pós-extrativismo: sentidos, opções e âmbitos. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Orgs.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. pp. 176-212.
- LANG, M. Alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Orgs.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. pp. 24-44.
- LEFF, E. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MENDONÇA, R. Educação Ambiental Vivencial. In: JÚNIOR, L. A. F. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, vol. 2, p. 117-129, 2007.
- MIZRAHI, M. A Música como Crítica Social: lógica dual e riso conectivo no funk carioca. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, v. 27, n. 2, 2016.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World Systems Research*, v. 6, n. 2, p. 342-388, 2000.
- SVAMPA, M. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. Bielefeld, Alemanha: Bielefeld University Press, 2019.
- SVAMPA, M. *Extrativismo neodesenvolvi-*

mentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Orgs.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. pp. 46-85.

VILANI, R. M. *Ecoturismo: a conservação da natureza como alternativa aos Grandes Pro-*

jetos de Investimento (GPIs) no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 11, n. 4, p. 609-633, 2018.

VILANI, R. M.; OLIVEIRA, M. A. S. A.; VILANI, S. M. A.; MACHADO, C. J. S. *Pós-extrativismo e devastação socioambiental na Bacia do Rio Doce: ecoturismo como alternativa econômica*. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 48, p. 143-164, 2020.